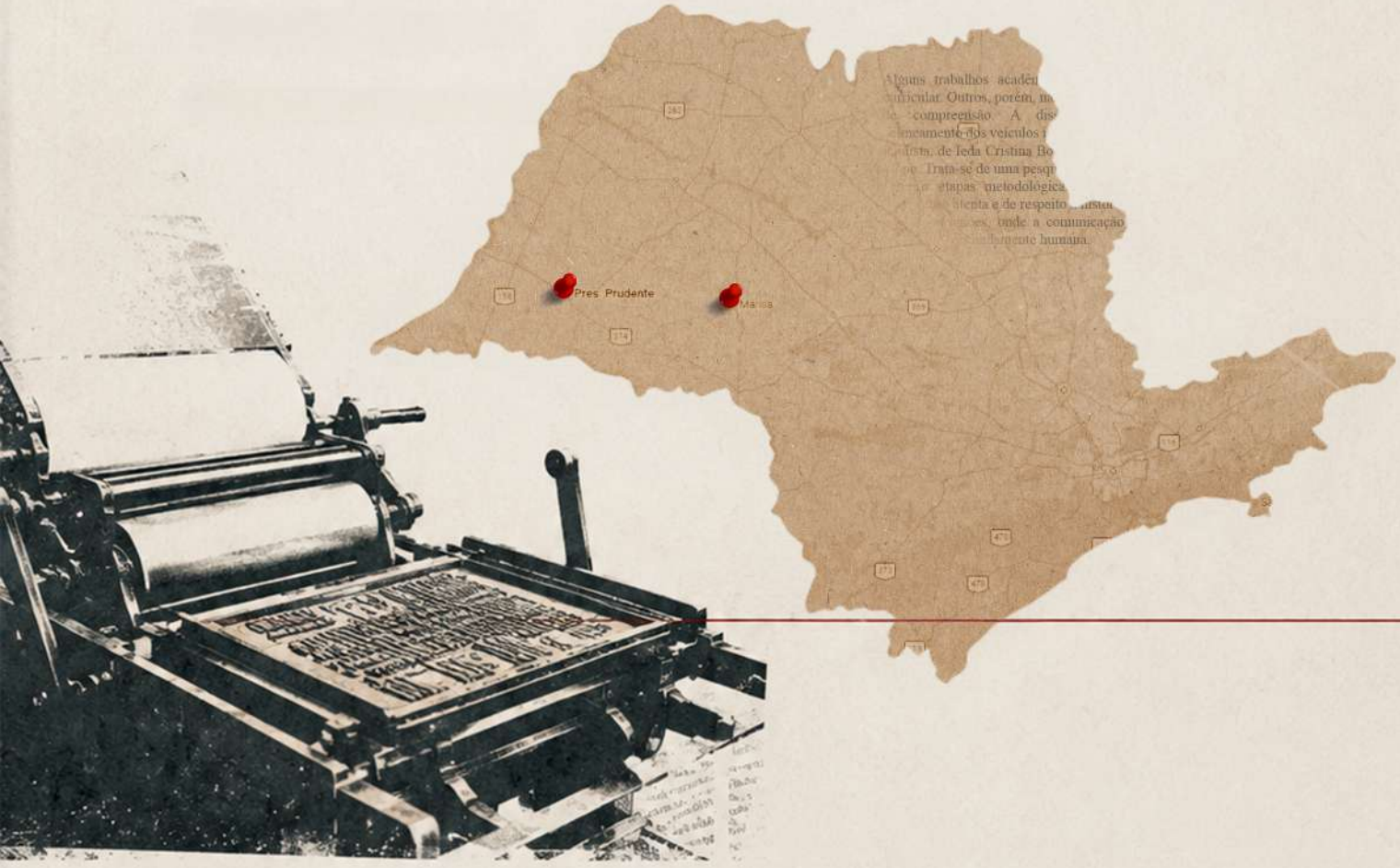
SEVEN
EDITORA
2026

MÍDIA REGIONAL:

DELINEAMENTO DOS VEÍCULOS IMPRESSOS NA ÁREA DA NOVA ALTA PAULISTA



AUTORA

IEDA CRISTINA BORGES

EDITORA CHEFE
Profº Me. Isabele de Souza Carvalho

EDITOR EXECUTIVO
Nathan Albano Valente

AUTORA DO LIVRO
Ieda Cristina Borges

PRODUÇÃO EDITORIAL
Seven Publicações Ltda

EDIÇÃO DE ARTE
Evellyn Thais de Souza

EDIÇÃO DE TEXTO
Stephanie Caroline Meyer de Quadros

BIBLIOTECÁRIA
Bruna Heller

IMAGENS DE CAPA
Evellyn Thais de Souza

2026 by Seven Editora
Copyright © Seven Editora
Copyright do Texto © 2026 Os Autores
Copyright da Edição © 2026 Seven Editora

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Seven Publicações Ltda. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Seven Publicações Ltda é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação.
Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.



O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional

CONSELHO EDITORIAL

EDITORA CHEFE

Prof. Me. Isabele de Souza Carvalho

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Barni Truccolo - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
Adriana Barretta Almeida - Universidade Federal do Paraná
Alessandre Gomes de Lima - Faculdade de Medicina da Universidade do Porto
Anderson Nunes da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins
Antonio da Costa Cardoso Neto - Universidade de Flores, Buenos Aires
Antônio Alves de Fontes-Júnior - Universidade Cruzeiro do Sul
Ariane Fernandes da Conceição - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Arnaldo Oliveira Souza Júnior - Universidade Federal do Piauí, CEAD
Caio Vinicius Efigenio Formiga - Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Charles Henrique Andrade de Oliveira - Universidade de Pernambuco
Egas José Armando - Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique
Inaldo Kley do Nascimento Moraes - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Irlane Maia de Oliveira - Universidade Federal de Mato Grosso
Janyel Trevisol - Universidade Federal de Santa Maria
Jorge Fernando Silva de Menezes - Universidade de Aveiro
Jorge Luís Pereira Cavalcante - Fundação Universitária Iberoamericana
Kleber Farinazo Borges - Universidade de Brasília
Luiz Gonzaga Lapa Junior - Universidade de Brasília
Mara Lucia da Silva Ribeiro - Universidade Federal de São Paulo
Marcelo Silva de Carvalho - Universidade Federal de Alfenas
Marcos Garcia Costa Morais - Universidade Estadual da Paraíba
Maria Gorete Valus - Universidade Estadual de Campinas
Mônica Maria de Almeida Brainer - Instituto Federal de Goiás, Campus Ceres
Moacir Silva de Castro - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Paulo Roberto Duailibe Monteiro - Universidade Federal Fluminense
Pedro Henrique Ferreira Marçal - Universidade Vale do Rio Doce
Rafael Braga Esteves - Universidade de São Paulo
Telma Regina Stroparo - Universidade Estadual de Ponta Grossa
Valéria Raquel Alcantara Barbosa - Fundação Oswaldo Cruz
Wanderson Santos de Farias - Universidade do Desenvolvimento Sustentável
Yuni Saputri M.A - Universidade Nalanda, Índia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

B732m
Borges, Ieda Cristina.
Mídia Regional [recurso eletrônico] : Delineamento dos Veículos Impressos na Área da Nova Alta Paulista / Ieda Cristina Borges. – São José dos Pinhais, PR: Editora Seven, 2026.
Dados eletrônicos (1 PDF).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-6109-428-3

1. Mídia impressa. 2. Jornalismo. I. Título.

CDU 070

Bruna Heller - Bibliotecária - CRB10/2348

Índices para catálogo sistemático:

1 Jornalismo 070

DOI: 10.56238/livrosindi2026100-001

Seven Publications Company
CNPJ: 43.789.355/0001-14
editora@sevenevents.com.br
São José dos Pinhais/PR

A AUTORA

Ieda Cristina Borges

É Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), com investigação focada na interface entre Comunicação e Saúde na linha de pesquisa *Saúde, Ciclo de Vida e Condições Sociais*. É Mestra em Comunicação e Cultura pela Universidade de Marília, bacharela em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo, pela Universidade Estadual Paulista (Unesp - Bauru) e especialista nas áreas de: Educação, Ciências da Informação e História e Mídia.

Atua como docente titular no ensino superior, dedicando-se ao ensino, à pesquisa e à orientação acadêmica. Com sólida experiência profissional e científica em mídia impressa e comunicação organizacional, centraliza suas investigações na interface entre Comunicação e Saúde, abarcando também os estudos sobre Jornalismo e Imprensa Regional, Comunicação Interna, Processos Informacionais e Metodologia Científica.

AGRADECIMENTOS

Para Isabella, o grande presente e amor de minha vida. E, a toda dedicação de Idalina e Nilton (*in memorian*), gratidão eterna.

Penso que a história é bem a ciência do passado, com a condição de saber que este passado se torna objeto da história por uma reconstrução incessantemente reposta em causa. [...] A história recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os fatos passados, em função das suas necessidades atuais. É em função da vida que ela interroga a morte. Organizar o passado em função do presente: assim se poderia definir a função social da história. (LE GOFF, 1994, p.26)

APRESENTAÇÃO

Alguns trabalhos acadêmicos nascem como exigência curricular. Outros, porém, nascem como necessidade de compreensão. A dissertação **Mídia Regional: delineamento dos veículos impressos na área da Nova Alta Paulista**, de Ieda Cristina Borges, pertence a este segundo grupo. Trata-se de uma pesquisa que não se limita a cumprir etapas metodológicas, mas se constrói como observação atenta e de respeito à história silenciosa das pequenas regiões, onde a comunicação se faz próxima, concreta e profundamente humana.

Tive a honra de acompanhar esta pesquisa na condição de orientadora, durante o percurso do Mestrado em Comunicação da Universidade de Marília, e pude testemunhar, ao longo de sua construção, o rigor metodológico, a persistência investigativa e a sensibilidade intelectual que conduziram cada etapa deste trabalho.

A investigação realizada por Ieda Borges revela-se de grande importância por dedicar-se a um campo ainda pouco explorado nos estudos comunicacionais brasileiros: a imprensa do interior, suas estruturas, seus limites, suas permanências e suas transformações. Ao voltar-se para a região da Nova Alta Paulista, a autora não apenas mapeia veículos impressos, mas reconstrói um cenário comunicacional que dialoga com processos históricos, sociais e culturais que moldam a vida das comunidades locais.

A mídia regional, muitas vezes invisibilizada diante dos grandes centros, mostra-se neste estudo como território de resistência simbólica, de produção de sentidos e de construção cotidiana da história. Compreender a mídia regional é, em grande medida, compreender as formas pelas quais a sociedade se representa fora dos grandes centros da informação.

Desde suas primeiras formulações, a pesquisa trazia consigo uma pergunta que ultrapassava a dimensão metodológica: como compreender a mídia do interior sem ignorar os vínculos humanos, culturais e históricos que lhe dão sentido? Responder a essa questão exigiu mais do que levantamento de dados: escuta, observação e disposição para reconhecer que, nos espaços distantes dos grandes centros, a comunicação assume formas próprias, muitas vezes imperceptíveis aos olhares habituados às estruturas da mídia nacional. Ao mapear os veículos impressos da região da Nova Alta Paulista, a autora não apenas organiza informações, mas reconstrói um território comunicacional que se inscreve na história social de suas cidades, em suas rotinas e em suas formas de pertencimento.

Publicar esta pesquisa significa reafirmar a importância da memória acadêmica e reconhecer que certos estudos são relevantes, porque tratam de realidades estruturais, que estão sempre a desafiar pesquisadores, profissionais e instituições.

Que estas páginas possam ser lidas não apenas como um estudo sobre a imprensa da Nova Alta Paulista, mas como um testemunho da força da pesquisa quando ela se orienta pelo desejo de compreender, pela responsabilidade de registrar e pela consciência de que todo conhecimento, para permanecer, precisa também ser memória.

Profª Dra. Rosangela Marçolla

RESUMO

O trabalho apresenta os veículos de comunicação impressos da área urbana da Nova Alta Paulista. Este estudo enfoca a experiência da mídia regional interiorana paulista, e desenvolve-se em três passos principais. Em primeiro lugar, fez-se um esforço de enquadrar esta temática no panorama mais geral das experiências do campo midiático regional, reconstituindo alguns traços de sua trajetória e as particularidades regionais. Num segundo momento, enfocamos algumas das especificidades do campo em análise e mais detalhadamente a imprensa do interior do Estado de São Paulo. O objeto deste trabalho é um delineamento da presença destes espaços midiáticos da área da Nova Alta Paulista, com a apresentação destes veículos de informação: da constituição jurídica ao processo produtivo propriamente dito. Por último, utilizou-se o material recolhido durante a pesquisa de campo, organizando-se as informações obtidas com o método exploratório descritivo para o delineamento da mídia interiorana paulista. O trabalho foi realizado com base no levantamento dos veículos impressos, atuantes nesta área administrativa do estado de São Paulo, e com análise quantitativa do material coletado cujos resultados demonstram a fragilidade da mídia no recorte proposto, fato este agravado pela precarização das redações. O conceito e características do jornalismo regional fundamentam o embasamento teórico com a valorização da mídia impressa.

Palavras-chave: Mídia Regional. Mídia impressa. Profissionalização. Nova Alta Paulista.

ABSTRACT

The work presents the means of communication printed in the urban area of Nova Alta Paulista. This study focuses on the experience of regional media inland São Paulo, and is developing in three main steps. Firstly, there was an effort to frame this issue in more general overview of the experiences of regional media field, reconstituting some traces of its history and regional particularities. Second, some of the specific focus of the field and analysis in more detail the press of the State of São Paulo. The object of this paper is an outline of the presence of these media spaces in the area of Nova Alta Paulista, the presentation of these vehicles of information: the legal constitution of the production process itself. Finally, we used the material collected during field research, organizing the information is obtained from the exploratory descriptive method for the design of media inland São Paulo. The study was based on survey of vehicles operating in this area administrative forms of the state and with quantitative analysis of the collected material whose results demonstrate the fragility of the media in the proposed cut, which is compounded by the precariousness of essays. The concept and characteristics of regional journalism based on the theoretical value of the print media.

Keywords: Regional Media. Print media. Professionalization. Nova Alta Paulista.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Posição geográfica da Nova Alta Paulista no Estado de São Paulo.....29

Figura 2 - Área da AMNAP: de Quintana à Panorama.....32

Figura 3 - Formação da Alta Paulista na década de 20.....35

Figura 4 - Mapa Região Administrativa de Marília.....37

Figura 5 - Mapa Região Administrativa de Presidente Prudente.....38

Figura 6 - Municípios da AMNAP - referência cidade de Adamantina.....39

Figura 7 - SJSP Regional Oeste Paulista e área de abrangência.....45

Figura 8 – Jornal Diário do Oeste Paulista.....46

Figura 9 – Jornal Impacto.....46

Figura 10 – Jornal da Cidade.....47

Figura 11 - Jornal Adamantina.....47

Figura 12 – Jornal Tribuna Bastense.....48

Figura 13 – Jornal A Hora.....48

Figura 14 – Jornal Regional.....49

Figura 15 – Jornal Diário Novo Jornal.....49

Figura 16 – Jornal Folha Regional.....50

Figura 17 - Jornal de Herculândia.....50

Figura 18 - Jornal A Voz.....51

Figura 19 - Jornal A Notícia.....51

Figura 20 - Jornal Gazeta Regional.....52

Figura 21 - Jornal Independente.....52

Figura 22 - Jornal O Povo.....53

Figura 23 - Jornal de Osvaldo Cruz.....53

Figura 24 - Jornal Cidade Aberta.....54

Figura 25 – Jornal Diário da Região (antigo Nosso Jornal).....54

Figura 26 – Jornal O Pacaembuense.....55

Figura 27 – Jornal Última Hora.....55

Figura 28 – Jornal O Beira Rio.....56

Figura 29 – Jornal O Regional.....56

Figura 30 – Jornal Tribuna de Pracinha.....57

Figura 31 – Jornal da Cidade.....57

Figura 32 - Jornal Diário.....58

Figura 33 – Jornal Folha do Povo.....58

Figura 34 – Jornal O Semanário.....59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Constituição das empresas jornalísticas – ano de fundação.....61

Gráfico 2 – Tipos de registros do diretor de redação dos jornais da N. A. Pta.....63

Gráfico 3 – Ano de formação dos jornalistas responsáveis pelos jornais da N. A. Pta.....66

Gráfico 4 – Registro profissional dos jornalistas responsáveis pelos jornais da N. A. Pta.....66

Gráfico 5 – Periodicidade dos veículos impressos da N. A. Pta.....68

Gráfico 6 – Formato dos jornais da N. A. Pta.....69

Gráfico 7 – Quantidade de jornalistas nas redações dos jornais.....69

Gráfico 8 – Formação dos repórteres na área da N. A.Pta.....75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sub-categorias das regiões Supra-nacionais.....20

Quadro 2 – Sub-categorias das regiões Infra-nacionais.....20

Quadro 3 – População recenseada e estimada da N. A. Pta.....32

Quadro 4 – RA de Marília e Presidente Prudente no Estado São Paulo.....34

Quadro 5 – Constituição das empresas jornalísticas nos 31 municípios da AMNAP.....59

Quadro 6 – Escolaridade e registro profissional do Diretor de Redação.....62

Quadro 7 – Graduação e registro profissional do jornalista responsável.....64

Quadro 8 – Especificação técnica dos jornais na área da Nova Alta Paulista.....67

Quadro 9 – As funções dos profissionais de comunicação nas redações.....70

Quadro 10 – Quantidade de profissionais repórteres com registro profissional (Mtb).....72

Quadro 11 – Registro profissional (Mtb) dos repórteres nas redações.....73

Quadro 12 – Formação acadêmica dos repórteres da Nova Alta Paulista.....74

Quadro 13 – Instituições de Ensino Superior nas regiões Alta Paulista e Sorocabana.....77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Associação Brasileira de Jornais do Interior.....Abrajori

Associação dos Jornais Diários do Interior do Estado de São Paulo.....Adiesp

Associação dos Jornais do Interior do Estado de São Paulo.....Adjori

Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista.....AMNAP

Associação Nacional dos Jornais .....ANJ

Associação Paulista de Jornais.....APJ

Escritório Regional de Planejamento .....Erplan

Federação Nacional dos Jornalistas.....Fenaj

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.....Seade

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.....IBGE

Instituição de Ensino Superior.....IES

Instituto Geográfico e Cartográfico.....IGC

Ministério do Trabalho e Emprego.....MTE

Regiões Administrativas.....RA

Regiões de Governo.....RG

Registro no Ministério do Trabalho e Emprego.....Mtb

Secretaria de Estado de Economia e Planejamento.....SEP

Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.....SJSP

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....15

CAPÍTULO 1.....19
A MÍDIA REGIONAL – ESPAÇO DE NOVOS LUGARES

CAPÍTULO 2.....28
DELINEAMENTO DOS VEÍCULOS IMPRESSOS NA ÁREA DA NOVA ALTA PAULISTA

CAPÍTULO 3.....42
OS VEÍCULOS IMPRESSOS NA ÁREA DA NOVA ALTA PAULISTA

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....78

REFERÊNCIAS.....80

APÊNDICES.....85

ANEXOS.....89

INTRODUÇÃO

Considerando estudos sobre a temática, já promovidos na busca de retratar os fundamentos da imprensa interiorana, verifica-se que o conceito de jornalismo regional ainda está em construção.

A história da comunicação brasileira está intrinsecamente relacionada à prática do jornalismo regional. Todavia, estudos midáticos envolvendo o processo de desenvolvimento urbanos no interior paulista e a sua importância sócio-político-cultural, ainda é uma vertente de pesquisa praticamente desconhecida.

Os estudos comunicacionais abordam temáticas relacionadas às regiões de divulgação dos centros urbanos onde se localizam os conglomerados midiáticos. Nota-se uma lacuna nas pesquisas nesse campo, ainda insuficientes para obter um mapeamento da imprensa brasileira, para a composição de sua identidade.

> Trata-se de um objeto ainda pouco explorado no país. Tenho a impressão de que os pesquisadores da área ainda cultivam certo preconceito a propósito do fenônemo e, consequentemente, o relegam a plano secundário na agenda investigativa. [..]. As ousadias de pioneiros como Carlos Rizzini, Luiz Beltrão ou Dalton Jobim não repercutiram nas novas gerações. [...] É possível que as gerações emergentes neste início de século XXI possam trilhar caminhos investigativos consentâneos com o ethos (“modo de ser”) brasileiro. (MARQUES DE MELO, 2009, p.82-83).

Pretendendo entender a filosofia do jornalismo do interior, tomando-se por base os estudos sobre a temática, especialmente com os resultados publicados dos pesquisadores José Marques de Melo, Adolpho Queiroz, Dennis de Oliveira, Cidoval Morais de Sousa, Cicília Peruzzo e Beatriz Dornelles. Esta última, com o detalhamento dos jornais gaúchos no final dos anos 90, trilhou-se pela pesquisa da mídia interiorana paulista na delimitação geográfica da Nova Alta Paulista.

O jornalismo regional na linha de pensamento de Carlos Camponez está relacionado às formas de organização empresarial e sua estratégia direcionada a um público em determinado território. E, neste aspecto, a geografia desempenha um papel significativo na definição da informação local, utilizando-se de discursos. São comunidades que mantém contato entre si pelos interesses comuns à organização convencional da sociedade.

Notadamente, é na recriação de territórios, que o autor supra citado, apresenta a noção de proximidade adotada como critério para este trabalho. O leitor ou indivíduo é o centro da questão em análise e apresenta-se nas vertentes: temporal (distância diante do

acontecimento – ontem, hoje), geográfica (o fato em nossa rua, bairro atinge a região, estado, país), na proximidade social relacionam-se pautas com família, profissão, religião, ideologia e uma proximidade psico-afetiva aos valores como sexo, a vida,e a morte, a segurança, o dinheiro e o destino.

Camponez (2002, p. 118) atribui à noção de proximidade como "um quadro de referências fundamental para conseguir ler o mundo e construir o presente. [...] a imprensa local/regional (re)cria a sua especificidade ao trabalhar [...] mas onde o conceito de proximidade geográfica assume um papel preponderante.

A área pesquisada possui um traço forte de pertencimento da população e da própria mídia para um espaço ainda em construção tanto na esfera geopolítica como comunicacional. Conhecer esta delimitação urbana é significativo para a compreensão dos veículos impressos. O conceito região tratado pelo teórico Luiz Beltrão (2006, p.73) agrega a abordagem desejada na pesquisa pois ultrapassa a delimitação territorial e "se define antropossociologicamente pelos seus habitantes e sua estrutura social [...]. Conhecer uma região é pré-requisito para o diálogo [...].

O jornalismo regional tem sua significação caracterizada por um caminho trilhado do global ao local. Conceituamente, atrelados aos aspectos defendidos por Benko (1996, p.50):

> o conceito de local e de global [...] não é apenas uma oposição entre os objetos de estudo, mas uma oposição de métodos. O `meio local´ (região ou país) é caracterizado por uma ´personalidade regional`, possui características físicas e humanas, instituições e uma atmosfera. Na base dessa personalidade, uma região acha-se em relação mais ou menos benéfica com outras regiões. (BENKO, 1996, apud SOUSA, 2006, p. 24).

O trabalho apresenta demonstrativo técnico dos veículos de comunicação impressos da área urbana da Nova Alta Paulista. O estudo enfoca a experiência da mídia regional interiorana paulista, e desenvolve-se em três passos principais. Em primeiro ligar, fez-se uma esforço de enquadrar esta temática no panorama mais geral das experiências do campo midiático regional, reconstituindo brevemente alguns traços de sua trajetória do surgimento e expansão da imprensa as particularidades regionais.

Destaca-se a conceituação da mídia local e regional e sua abrangência num sentido macro do jornalismo, mostrando o quanto a globalização proporcionou a volta do olhar para o local, revalorizando os grupos regionais, respeitando-se suas especificidades e características únicas.

Assim, o retrato comunicacional da mídia impressa da área da Nova Alta Paulista significa apresentar suas particularidades em sua presença no espaço midiático regional. Na etapa seguinte, apresenta-se o marco metodológico do estudo. São tratadas as informações referentes à constituição urbana destas localidades, os desafios dos desbravadores na década de 20 e a necessidade da representatividade política, na década de 70, com o surgimento da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP).

Com a pesquisa aplicada em 27 jornais que formam a mídia impressa dos 31 municípios e integrantes da AMNAP, buscou-se através dos dados coletados, delinear estes veículos impressos regionais com dados referentes à constituição empresarial e redacional destas estruturas midiáticas. São localidades urbanas geograficamente constituintes da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo – Alta Sorocabana e 11ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, a Alta Paulista.

Com a definição do período de análise da mídia realizada, 01 de dezembro de 2007 a 15 de junho de 2008, pretende-se garantir a atualidade possível respeitando-se a periodicidade dos veículos impressos. O período refere-se à proposta acadêmica do trabalho concluídos os créditos do programa de pós-graduação. Optou-se pela utilização do método exploratório e descritivo e aplicação de questionários abertos e fechados no levantamento das fontes primárias de informação, ou seja, as empresas jornalísticas na área da Nova Alta Paulista.

O presente trabalho pretende ser uma contribuição para suprir essa carência de estudos específicos sobre o perfil da imprensa regional paulista, particularmente da Nova Alta Paulista.

É necessário, portanto, desenvolver pesquisas que permitam identificar o perfil da mídia impressa do interior paulista, o que conduziria à compreensão do meio em seu próprio núcleo, tornando-se objeto de investigação para os cursos de comunicação, com ênfase para a delimitação de comparativos entre modelos locais e aqueles que são adotados como referência nos estudos da área e afins.

Por último, utilizou-se o material recolhido durante a viagem de pesquisa à região, organizando as informações obtidas para o delineamento dos veículos impressos atuantes nesta área administrativa do estado de São Paulo. Esta etapa da pesquisa é dedicada especificamente aos veículos impressos da região em análise.

São dados disponibilizados sobre cada uma das empresas jornalísticas constituintes do espaço midiático da área da Nova Alta Paulista. Nas discussões sobre a imprensa

regional, a escassez de publicações na temática mídia interiorana paulista é um fator significativo para a necessidade do estabelecimento destes parâmetros históricos.

Mesmo com as dificuldades de levantamento de informações, as considerações finais apontam para a identidade regional dos veículos impressos em estudo. Constata-se a limitação dos veículos impressos locais em manter uma equipe profissional, em seus quadros de funcionários, há uma carência na estrutura redacional em termos de recursos humanos o que acarreta uma fragilidade na linha editorial adotada pela mídia regional na área da Nova Alta Paulista. Comprova-se a existência de uma imprensa interiorana deficitária e restrita a aparato técnico e estrutura racionalizada, bem como limitada e reduzida equipe operacional para a publicação de suas edições.

CAPÍTULO 1:
A MÍDIA REGIONAL – ESPAÇO DE NOVOS LUGARES

A história da comunicação brasileira está intrinsecamente relacionada à prática do jornalismo regional. Todavia, estudos midáticos envolvendo o processo de desenvolvimento urbanos no interior paulista e a sua importância sociopoliticocultural, ainda é uma vertente de pesquisa praticamente desconhecida.

Os estudos comunicacionais abordam temáticas relacionadas às regiões de divulgação dos centros urbanos onde se localizam os conglomerados midiáticos. Nota-se uma lacuna nas pesquisas nesse campo, ainda insuficientes para obter um mapeamento da imprensa brasileira, para a composição de sua identidade.

Nas discussões sobre a imprensa regional, a escassez de publicações na temática mídia interiorana paulista é um fator significativo para a necessidade do estabelecimento destes parâmetros históricos.

> A imprensa das cidades do interior constitui um território pouco explorado na bibliografia brasileira do Jornalismo, embora represente uma alternativa para assimilação dos novos profissionais que as nossas universidades formam no campo noticioso. (MARQUES DE MELO, 2004, p. 9).

Os estudos midiáticos, normalmente, visam os veículos de ampla abrangência, chamados de grande mídia. Mas, ao verificar a realidade da mídia interiorana, percebe-se que o jornalismo não pode ficar apenas na realidade macro. É necessário verificar e apontar as especificidades e características próprias de cada região e os registros locais para tornar de conhecimento público, o desempenho da mídia interiorana no tocante a sua participação na sociedade.

Um novo espaço social nos processos das representações e mediações verifica-se nos estudos da mídia regional. É necessário admitir que a geopolítica de território e lugar, enquanto espaço de identidade possa ser alterada pela presença da mídia em pequenas localidades.

Os estudos dos fenômenos comunicacionais apresentados pelo pesquisador José Marques de Melo (2006, p. 17), apresenta a definição de região, no qual adota-se para esta pesquisa. Assim, temos duas categorias “onde se formam as redes midiáticas ou se configuram fluxos comunicacionais peculiares”, as regiões supra-nacionais nações

com identidades comuns e infra-nacionais (parcelamento do território nacional de acordo com critérios político-administrativos).

Os dados apresentados nos quadros 1 e 2, são relevantes para a compreensão da escolha da área da Nova Alta Paulista como recorte para a pesquisa.

Quadro 1 – Sub-categorias das regiões Supra-nacionais

SUPRA-NACIONAIS	CONCEITO
Mega-região	Agrupamento determinado por variáveis políticas, em função da localidade geográfica (ex: região panamericana, sulamericana, mercosulina)
Multi-região	Agrupamento determinado por variáveis culturais, independentemente da proximidade geográfica. (ex: região, lusófona, latinoamericana, iberoamericana)
Meso-região	Agrupamento determinado pela contigüidade geográfica, constituindo um espaço fragmentado composto pelas parcelas dos territórios nacionais que possuem identidade comuns. (ex: região pantaneira, amazônica, gaúcha)

Fonte: Elaborado com base nos dados da obra Regionalização Midiática (MARQUES DE MELO, 2006).

Com o esquema das particularidades das regiões identificado é possível referenciar o espaço geográfico considerando-se os fluxos midiáticos fortalecendo as identidades comunicacionais das regiões.

No quadro 2, a Mini-região apresentada por Marques de Melo (2006, p. 20), tem a correspondência à menor unidade político-administrativa do território nacional. O autor cita a região Adamantinense (município de Adamantina, SP), na pesquisa, é a cidade referência na delimitação da área da Nova Alta Paulista pois conforme dados do IBGE (2007), é um dos espaços urbanos com maior número de habitantes da área pesquisada, ocupando o terceiro lugar na região com 33.289 habitantes.

Quadro 2 – Sub-categorias das regiões Infra-nacionais

INFRA-NACIONAIS	CONCEITO
Macro-região	Agrupamento resultante da divisão territorial estabelecida pelo Estado, concentrando, para fins administrativos, unidades da Federação Brasileira. (ex: região Norte, Sul, Sudeste etc)
Maxi-região	Agrupamento resultante dos recortes determinados por fatores de natureza político-cultural. (ex: região amazonense (balizada pela floresta), baiana (pelas afro-tradições), paulista (pelo legado dos bandeirantes) etc)
Midi-região	Agrupamento formado por municípios ou trechos contíguos, dentro de uma mesma unidade federativa, ou adjacentes, cuja integração foi determinada por fatores aleatórios ou conjunturais. (ex: região da baixada santista, do médio Tietê, do Grande ABC)

Mini-região	Agrupamento correspondente à menos unidade político-administrativa do território nacional. (ex: região petropolitana (município de Petrópolis,RJ); Região Adamantinense (município de Adamantina, SP); região paulistana (capital do Estado) etc)
Micro-região	Fragmento do território municipal, constituído em função de demandas administrativas ou habitacionais.

Fonte: Elaborado com base nos dados da obra Regionalização Midiática (MARQUES DE MELO, 2006).

O retrato das particularidades regionais nas primeiras páginas dos periódicos para Pozenato e Giron (2004, p. 13) ressaltam a relevância do surgimento das publicações no início das colonizações como forte aliado "na divulgação das necessidades dos valores, das crenças e da cultura das sociedades [...] a palavra impressa apresenta uma força e veracidade que o discurso oral não possui, pois pode ser conferida, o que não acontece na oralidade".

Na visão de Sousa (2006, p. 10), "a globalização proporcionou a volta do olhar para o local, revalorizando os grupos regionais". Enquanto que essa mesma globalização das comunicações coloca em relação os contrastes do mundo atual, acelera também o contraste da própria comunicação: a convivência entre a sua tendência à internacionalização e a tendência à regionalização, ou entre a sua nacionalização/estadualização e a sua regionalização. Com o mundo globalizado e capitalista, cria-se nos indivíduos a necessidade de buscar informações que atendam aos seus interesses.

> Com o desenvolvimento da globalização da economia e das comunicações, num primeiro momento, chegou-se a pressupor o fim da comunicação local, para em seguida se constatar o contrário: a revalorização da mesma, sua emergência ou consolidação em diferentes contextos e sob múltiplas formas. Na Europa há abundante bibliografia sobre mídia local já nos anos 1980 e 1990, enquanto no Brasil o fenômeno, na perspectiva em que é tratado atualmente, começa a despertar mais interesse de setores da academia desde o final da década de 1990. (PERUZZO, 2005, p.70).

Entende-se por jornalismo regional aquele que assume a identidade de um determinado grupo, isto é, a produção jornalística voltada para uma comunidade, para um grupo que tem um local em comum. A valorização dos meios de comunicação em nível local ocorre no auge do processo de globalização iniciado na década de 80.

Não se resume simplesmente ao jornalismo feito em regiões específicas. É possível identificá-lo em grandes veículos de comunicação, que circulam no país inteiro e em publicações internacionais direcionadas a grupos de imigrantes.

> [...] sendo o Brasil caracterizado por uma regional consequência de sua vastidão territorial e da tendência isolacionista, demarcando historicamente os contornos da república Federativa, torna-se imprescindível avaliar criticamente as tendências vigentes. (MARQUES DE MELO, 1998, p. 13).

No entanto, encontra-se majoritariamente em pequenas empresas, geralmente distantes de grandes metrópoles. Um outro conceito a ser atribuído é o de um jornalismo regional voltado para um público específico, com características comuns, ligado ou não por um espaço geográfico, em que os integrantes desse público possam ter acesso a informações que os conectem ou os remetam ao local de origem ou a elementos específicos dos contextos que constituíram suas identidades, bem como de suas bases sociais e culturais.

1.1 O JORNALISMO DE PROXIMIDADE NA MÍDIA REGIONAL

Esse tipo de jornalismo com raízes em grupos ou de famílias era o que faria ostentar nas décadas 40, 50, especialmente no interior do país. Nota-se na atualidade, no interior paulista, a grande incidência de publicações diárias, trisemanais, bissemanais ou semanais.

> Mídia local existe desde que surgiram os meios de comunicação de massa. Historicamente o jornal, o rádio e a televisão ao nascer, atingem apenas um raio de abrangência local ou regional. Alguns destes meios de comunicação desenvolvem seu potencial de alcance nacional ou internacional, outros permanecem locais. (PERUZZO, 2005, p. 69).

O jornalismo regional brasileiro é um fenômeno midiático ancorado em vários setores, dentre eles destacam-se o econômico, político, cultural e educacional. O perfil desse jornalismo é característico de espaços urbanos pequenos com população inferior a 100 mil habitantes, e identificado com partidos políticos.

Não raras vezes, para subsistir e manter-se, cria uma dependência econômica das publicações oficiais ou ainda, quando atrelado a outros grupos políticos contrários, de recursos alheios à receita do próprio jornal, diante do escasso faturamento procedente da área comercial com a publicidade e venda de assinaturas nas pequenas cidades do interior.

Para o pesquisador Queiroz e Oliveira (2002, p.4), essa situação é histórica e infelizmente cíclica:

> Desde que o então Ministro da Justiça e depois, Presidente da República, Manuel de Campos Salles, no começo do século XX estabeleceu as balizas para um relacionamento de poder da imprensa a interesses de governos, políticos e partidos

> no Brasil – ao oferecer aos empresários, desde aquela época, empréstimos para a compra de equipamentos, construção de prédios ou mesmo estimular o empreguismo – [...] lançou as bases para a dependência entre o jornalismo e o Poder constituído no Brasil. Trata-se de uma história lamentável que vem se repetindo ao longo dos últimos anos. (QUEIROZ; OLIVEIRA, 2002, p. 4).

Por isso, a mídia interiorana precisa resgatar seu contexto histórico regional. Em seu estudo sobre mídia regional, Guerrero (2005, p.25) mostra uma situação comum na constituição dos jornais impressos da área da Nova Alta Paulista,

> [...] mesmo sem possuírem a devida qualificação profissional exigida para o exercício da profissão de jornalista, lançaram o novo veículo [...] tornando-se o mais importante referencial desse período, no campo da comunicação local. (GUERRERO, 2005, p.25).

Neste empreendedorismo, nota-se um dado significativo na constituição destas empresas jornalísticas: a absorção e/ou fusão de jornais concorrentes no mercado local e em alguns casos, com pretensões de abertura a um público direcionado ao mercado regional.

Os veículos analisados neste trabalho caracterizam-se como jornais regionais ou jornais do interior e, por isso, possuem características próprias que se destacam se comparadas aos dos jornais dos grandes centros, principalmente no tocante a sua constituição administrativa e redacional. Isso comprova o argumento da pesquisadora Cicília Peruzzo (2005, p. 78), no qual:

> O meio de comunicação local tem a possibilidade de mostrar melhor do que qualquer outro a vida em determinadas regiões, municípios, cidades, vilas, bairros, zonas rurais etc. [...]. As pessoas acompanham os acontecimentos de forma mais direta, pela vivência ou presença pessoal, o que possibilita o confronto entre os fatos e sua versão midiática de forma mais natural. (PERUZZO, 2005, p. 78).

As referências criadas pela imprensa local no cotidiano das relações sociais destas localidades pesquisadas estão nas páginas dos veículos analisados. A mídia impressa é uma realidade na vida das comunidades da área da Nova Alta Paulista e atuam como agentes divulgadores das questões sócio econômicas, nas localidades constituintes deste espaço urbano.

1.1.2 As particularidades do global e local

Com a reestruturação administrativa estes novos espaços midiáticos locais/regionais vislumbram adotar uma postura editorial característica, trata-se da tentativa de conferir aos leitores uma oportunidade de um diferencial. Peruzzo (2003, p.71) justifica que a valorização dos meios de comunicação em nível local ocorre no auge do processo de globalização, "em suma, a globalização não mata as regionalidades, pelo contrário contribui para sua revalorização."

> A proximidade é mais ou menos explorada e valorizada dependendo da estratégia editorial do meio de comunicação. Quando os objetivos principais dos meios de comunicação local e regional giram em torno da exploração da mídia apenas em benefício pessoal e empresarial imediatos, sem a incorporação prioritária dos princípios éticos e de responsabilidade social, dificilmente se pratica comunicação de proximidade. (PERUZZO, 2003, p.84).

O mesmo pensamento apresenta Camponez (2002, p. 50), "O local não é mais o pólo oposto ao global porque o que se opõe à globalização não é o território, é a exclusão", o sentido desta exclusão ligada a qualidade da informação disseminada e disponibilizada aos povos situados à margem da globalização. E o autor ainda afirma:

> A globalização assume assim um caráter comunicativo, num duplo sentido: permite uma troca de experiências e de produtos culturais no sentido local/global e global/local; para além disso, é transformadora. (CAMPONEZ, 2002, p. 69).

Mas a presença no mercado editorial é exigente. Muitas destas publicações regionais/locais resistem por um determinado período, mas os altos custos de produção não possibilitam o estabelecimento diante das dificuldades financeiras para garantir a periodicidade da circulação. As relações com o poder público são em sua grande maioria, fonte de recursos determinantes para a permanência neste segmento editorial.

> O alto custo operacional com funcionários, equipamentos e impressão terceirizada, não era suprimido em razão da limitada receita proveniente da comercialização de espaços publicitários e venda de assinaturas. (GUERRERO, 2005, p. 28).

Marini (1998) reforça a ausência, em alguns casos, do amadurecimento da temática global e local na definição das pautas dos veículos impressos regionais,

> Os jornais regionais ouviram o galo cantar, mas não sabem aonde. Ainda não chegaram a um equilíbrio da receita "visão global com ação local". A visão global ainda é entendida como a reprodução (...), nesses jornais, o noticiário local ainda

> peca pelo provincianismo, pela visão estreita que termina nos limites do município. A poluição de um rio é vista tão somente como uma ameaça para o abastecimento de água da cidade. Um olho global sobre os assuntos locais e outro local sobre os temas globais - esse é o desafio em fase ainda embrionária nos jornais regionais. Será o próximo passo na evolução. (MARINI, 1998).

A necessidade de resgate da constituição destas mídias regionais é um importante instrumento ao campo da comunicação social, uma vez que sem um levantamento dessa memória não é possível resgatar a história da mídia impressa. Assim, para o âmbito geral da imprensa escrita constitui uma contribuição para a construção da memória midiática regional, dos veículos de comunicação do interior paulista.

> O meio de comunicação local tem a possibilidade de mostrar melhor do que qualquer outro a vida em determinadas regiões, municípios, cidades, vilas, bairros, zonas rurais etc. Por vezes, se cerca de distorções, como as que têm origem em vínculos com interesses políticos-partidários e econômicos, mas, mesmo acarretando vieses de informação, acaba contribuindo na divulgação de temas locais. Está num contexto vantajoso para o leitor, ou seja, a proximidade da informação. (PERUZZO, 2005, p. 78).

Mapear esta mídia impressa da Nova Alta Paulista e apresentar particularidades quanto a sua constituição no espaço midiático regional é essencial para o embasamento de futuros estudos comparativos e analíticos. Estas considerações são importantes para estabelecer a relação da construção do jornalismo regional no interior do extremo oeste paulista. Afinal, esta carência de estudos comunicacionais tem relação direta com questões entre memória e mídia.

Para pesquisadores como Romancini (2007. p. 24) o campo de estudos de Jornalismo "tem profunda relação com a História [...] já existe um corpus de História do Jornalismo (provindo de historiadores, mas também de pesquisadores da Comunicação), bem como notáveis trabalhos no qual o jornalismo serve de fonte ou objeto para a História".

O jornalismo apresenta-se como um órgão formador de opinião, como um cristalizador de visões acerca do real. Assim, vários autores têm procurado demonstrar como os meios de comunicação de massa, e mais especificamente os jornais, ocupam um lugar privilegiado enquanto formadores e armazenadores da memória social.

> Ao mesmo tempo, a história do jornalismo tem sido um processo de profissionalização, lento e difícil, no qual a procura de estatuto social e de legitimidade por parte dos jornalistas constituem objetivos essenciais, tendo como modelo de referência as profissões liberais, como os médicos e os advogados. (TRAQUINA, 2008, p.105).

Com base nestas colocações, apresentam-se os jornais impressos como locais de memória, sendo passível na atual constituição dos conglomerados urbanos a íntima relação entre os conteúdos dos discursos midiáticos e a produção da memória. E, para os próximos capítulos, a discussão da presença da mídia impressa paulista e suas particularidades.

1.2 IMPRENSA E RELACIONAMENTO SOCIAL

O jornalismo é um tema relevante na sociedade contemporânea. Muito mais do que a simples apreensão de momentos passíveis de um relato, o jornalismo possui uma faceta histórica na sociedade, como peça fundamental no registro de acontecimentos. Para pesquisadores das teorias do jornalismo, mais especificamente os portugueses como Traquina (2004, p.206), é entendido como uma prática social, que estabelece relações com o mundo simbólico e com o mundo material dos indivíduos.

> Quer seja quer não, o jornalismo é um "Quarto Poder" que, [...], sustenta o poder instituído [...] não é um campo fechado; pode ser mobilizado por movimentos sociais e contestatórios que sabem criar estratégias de comunicação que seduzem numa luta simbólica jogada nas sociedades democráticas. [...] Enquanto o pólo ideológico define jornalismo como um serviço público, o pólo econômico define jornalismo como um negócio [...]. (TRAQUINA, 2004, p. 206-207).

É um importante instrumento para difusão cultural. Esse papel assume maior ou menor dimensão em face das necessidades e das prioridades sociais. Pode-se pensar na formação das relações simbólicas e materiais, oriundas deste espaço, enquanto história e linguagem. História porque são relações que se constituem a partir as exterioridades do jornalismo e este se encontra inserido dentro do processo de produção, transformação e manutenção da sociedade tecnológica para a qual a informação virou mercadoria sofisticada e o jornalismo transformou-se em atividade industrial. Linguagem porque são relações que se constituem também a partir do modo de quem faz.

Estas considerações são importantes para estabelecer a relação entre: memória e história, na construção do jornalismo regional no interior do oeste paulista. Afinal, esta carência de estudos comunicacionais tem relação direta com questões entre memória e mídia.

O registro de acontecimentos em jornais impressos está diretamente vinculado à necessidade do homem de se relacionar com o espaço onde vive. Assim, pode ser considerado como arte, técnica e ciência e teve sua importância defendida por Thomas Jefferson, em 1787 (apud BAHIA, 1990, p. 10), "se me fosse dado decidir se devemos ter

um governo sem jornais, ou jornais sem governo, eu não hesitaria um momento em escolher esta última alternativa".

> Na medida em que as nossas decisões e as nossas lutas diárias são, no que é fundamental, determinadas pelo discurso da informação, torna-se claro que o que está em jogo é, nada menos, que o futuro da nossa sociedade. [...] E as solicitações dos *media* fizeram entrar a produção histórica no movimento da sociedade de consumo. (LE GOFF, 1994, p.143).

Para pesquisadores como Romancini (2007. p. 24) o campo de estudos de Jornalismo "tem profunda relação com a História [...] já existe um corpus de História do Jornalismo (provindo de historiadores, mas também de pesquisadores da Comunicação, bem como notáveis trabalhos no qual o jornalismo serve de fonte ou objeto para a História".

O jornalismo apresenta-se como um órgão formador de opinião, como um cristalizador de visões acerca do real. Assim, vários autores têm procurado demonstrar como os meios de comunicação de massa, e mais especificamente os jornais, ocupam um lugar privilegiado enquanto formadores e armazenadores da memória social.

> Ao mesmo tempo, a história do jornalismo tem sido um processo de profissionalização, lento e difícil, no qual a procura de estatuto social e de legitimidade por parte dos jornalistas constituem objetivos essenciais, tendo como modelo de referência as profissões liberais, como os médicos e os advogados. (TRAQUINA, 2008, p.105).

Com base nestas colocações, apresentam-se os jornais impressos como locais de memória, sendo passível na atual constituição dos conglomerados urbanos a íntima relação entre os conteúdos dos discursos midiáticos e a produção da memória. E, abre-se o questionamento para discussão nos próximos capítulos: a constituição das empresas jornalísticas na região interiorana paulista, bem como a constituição de sua equipe de redação, responsáveis pelas linhas editoriais e definição dos conteúdos informacionais no espaço midiático da Nova Alta Paulista.

CAPÍTULO 2:
DELINEAMENTO DOS VEÍCULOS IMPRESSOS NA ÁREA DA NOVA ALTA PAULISTA

Para a imprensa da Nova Alta Paulista, a relevância está em registrar a história desta mídia contribuindo com as gerações futuras e para a construção de uma bibliografia, ou seja, uma fonte de pesquisa na qual se possa conhecer a trajetória dos jornais locais e ter um relato sobre sua constituição e atuação.

As pesquisas na área da Comunicação Social levam em consideração todas as vertentes que tenham influência sobre a sociedade e delimitam os seus estudos a partir das diferenciações culturais, tecnológicas e temporais, a fim de compreender e especificar os paradigmas que fazem parte desta complexa área.

Para a pesquisadora Maria Immacolatta Vassallo de Lopes (2005, p.14), os fundamentos da pesquisa em Comunicação estão diretamente ligados às questões sociais, culturais e econômicas de uma determinada sociedade para delimitação do objeto de estudo.

> O processo de autonomização científica do campo da Comunicação é correlato à crescente autonomização da organização cultural nas sociedades contemporâneas, ou seja, a constituição da cultura de massas e de seus principais agentes, os meios de comunicação de massa (MCM). [...] interagem fatores de diversas ordens que são histórico-sociais (a organização capitalista da cultura), institucionais (os cursos de comunicação) e científicos (especificidade do estudo dos fenômenos de massa). [...] não pode ser investigada fora dos marcos do contexto econômico, social, político e cultural que a envolve. (LOPES, 2005, p. 14).

Partindo desse pressuposto apresentado pela autora, a pesquisa em comunicação tem por objetivo conhecer as problemáticas da comunicação relacionadas às questões da sociedade. Assim, têm como base a busca minuciosa de respostas para qualquer dúvida e o preenchimento de vazios que possam comprometer os resultados de ações que, no caso da comunicação, poderiam impedir o processo de distribuição e interpretação de informações.

2.1 A MÍDIA COMO FONTE DE REFERÊNCIA

Para Marconi; Lakatos (1999, p.27) o primeiro passo para a iniciação de uma pesquisa científica é a escolha do tema a ser pesquisado. O tema ou assunto a ser estudado deve ser de possível execução pela equipe de pesquisadores. Deve evitar assuntos

recentemente abordados, porque uma nova abordagem seria de difícil execução. Além disso, o tema deve possuir precisão, especificidade e definição.

> Escolher o tema significa:
> a) selecionar um assunto de acordo com as inclinações, as possibilidades, as aptidões e as tendências de quem se propõe a elaborar um trabalho científico;
> b) encontrar um objeto que mereça ser investigado cientificamente e tenha condições de ser formulado e delimitado em função da pesquisa. (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 27).

Neste caso, o tema – Delineamento da mídia impressa na área da Nova Alta Paulista – significa entender a mídia impressa regional e pontuar este veículo como fonte de referências para as diversas pesquisas que retratem este espaço geográfico do extremo oeste paulista conforme mostra a figura 1.

Figura 1 – Posição geográfica da Nova Alta Paulista no Estado de São Paulo



Fonte: BOLSA de Arrendamento. Região, Nova Alta Paulista.jpg. 2007.

Em alguns casos, as empresas jornalísticas desta área urbana em análise, são fontes primárias e secundárias para a coleta de informações. Traçar uma análise deste mapeamento da mídia regional da Nova Alta Paulista é algo necessário para justificar as novas facetas no processo de comunicação mediada pelos periódicos nesta microrregião paulista.

2.2 PESQUISA COM OS VEÍCULOS IMPRESSOS

A etapa do levantamento de dados pode ser realizada, segundo Marconi e Lakatos. (1999, p. 28) utilizando três procedimentos: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e contatos diretos, “antes de se iniciar qualquer pesquisa de campo, o primeiro passo é a

análise minuciosa de todas as informações documentais que sirvam de suporte à investigação projetada".

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo descritivo e exploratório. Inicialmente com o levantamento bibliográfico abordando o tema a ser tratado para a obtenção de conhecimentos teóricos sobre a mídia impressa regional paulista.

Para tanto, observaram-se os seguintes passos metodológicos:

- 1º passo – levantamento bibliográfico em fontes bibliográficas da área de estudo – Ciência da Comunicação Social para contextualização da pesquisa: primárias os livros, periódicos, anais de congressos, dissertações e/ou teses, documentos eletrônicos da internet entre outros documentos do gênero. Os critérios de seleção dos documentos compreenderam a pertinência do documento com relação aos assuntos principais desta pesquisa: mídia impressa regional paulista.
- 2º passo - pesquisa no período de avaliação entre dezembro de 2007 a junho 2008, garantindo atualidade e veracidade ao estudo e dentro do prazo estipulado pelo programa de pós-graduação após a finalização dos créditos. Optou-se por uma pesquisa quantitativa com aplicação de um questionário contendo perguntas abertas e fechadas aplicadas aos proprietários de todas as empresas jornalísticas atuantes na mídia impressa regional, ou seja, nos 31 municípios constituintes da Nova Alta Paulista.

2.3 EXISTE UM PERFIL DA MÍDIA REGIONAL?

Para as pesquisadoras Marconi e Lakatos (1999, p. 28), "problema é uma dificuldade, teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma solução" A formulação do procedimento metodológico, deve ser feita, de preferência, na forma interrogativa, a fim de permitir o levantamento da solução por meio da resposta à pergunta enunciada.

> A caracterização do problema define e identifica o assunto em estudo", ou seja, "um problema muito abrangente torna a pesquisa mais complexa"; quando "bem delimitado, simplifica e facilita a maneira de conduzir a investigação. (MARINHO, 1980, p. 55 *apud* MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 29).

A presente pesquisa busca verificar por meio de um levantamento em formato de pesquisa, esta fonte primária de informação que são as empresas jornalísticas da área da

Nova Alta Paulista, respeitando a contextualização em que ocorre o processo comunicacional. A partir destes dados fica mais claro mostrar com as informações coletadas, um perfil desta mídia impressa com dados referentes à constituição empresarial e redacional destas estruturas midiáticas regionais paulistas.

2.4 OS MUNICÍPIOS CONSTITUINTES DA AMNAP

A delimitação da pesquisa é importante para impor limites à investigação científica. A pesquisa pode ser limitada em relação:

> a) ao assunto – selecionando um tópico, a fim de impedir que se torne ou muito extenso ou muito complexo;
> b) à extensão – porque nem sempre se pode abranger todo o âmbito no qual o fato se desenrola;
> c) a uma série de fatores – meios humanos, econômicos e de exigüidade de prazo – que podem restringir o seu campo de ação. (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 31).

As etapas anteriores foram baseadas na pesquisa da mídia impressa dos 31 municípios que constituem a conhecida área da Nova Alta Paulista. Os dados geográficos baseiam-se na classificação da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP).

Oficialmente, são os seguintes as cidades estabelecidas no espaço territorial da Nova Alta Paulista: Adamantina, Arco - Íris, Bastos, Dracena, Flora Rica, Flórida Paulista, Herculândia, Iacri, Inúbia Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Mariápolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Osvaldo Cruz, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Parapuã, Paulicéia, Pracinha, Queiroz, Quintana, Rinópolis, Sagres, Salmorão, Santa Mercedes, São João do Pau d`Alho, Tupã e Tupi Paulista, conforme mostram a figura 2 e as informações do quadro 3.

Figura 2: Área da AMNAP: de Quintana à Panorama.



Fonte: SCAVASSA, Mapa.png, 2006

Quadro 3 – População recenseada e estimada da N. A. Pta

CIDADE	Nº HAB.
Adamantina	33.289
Arco-Íris	2.003
Bastos	20.613
Dracena	42.107
Flora Rica	2.019
Flórida Paulista	12.660
Herculândia	8.573
Iacri	6.677
Inúbia Paulista	3.595
Irapuru	7.556
Junqueirópolis	18.628
Lucélia	19.212
Mariápolis	3.786
Monte Castelo	4.014
Nova Guataporanga	2.101
Osvaldo Cruz	30.150
Ouro Verde	7.668
Pacaembu	13.072
Panorama	3.944
Parapuã	11.029
Paulicéia	5.506
Pracinha	2.667
Queiroz	2.603
Quintana	5.654
Rinópolis	9.393
Sagres	2.307
Salmourão	4.551
Santa Mercedes	2.589
São João do Pau d'Alho	2.132
Tupã	62.256
Tupi Paulista	13.712
T O T A L	376.066

Fonte: Elaborado com dados do IBGE, 2007

2.4.1 Caracterização Regional: Alta Sorocabana e Alta Paulista

Os municípios da área delimitada, Nova Alta Paulista, integram-se a duas Regiões Administrativas (RA) do Estado de São Paulo: Presidente Prudente denominada Alta Sorocabana (sede da 10ª Região) e por Marília denominada Alta Paulista (sede da 11ª Região), conforme Quadro 1 e ANEXO A, totalizam 376.066 habitantes.

Segundo dados da Fundação do Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), a divisão do Estado de São Paulo, em seu aspecto político-administrativo (v. ANEXO B), é feita em 645 municípios com distribuição em 42 RG, 14 RA e três Regiões Metropolitanas (RM) em São Paulo, Baixada Santista e Campinas, sendo que a RM de Campinas está contida na RA do mesmo nome e da Baixada Santista com a RA de Santos.

Existem, no entanto, outros recortes das bases territoriais no Estado segundo o Seade, para atender a necessidades estratégicas de gestão de determinados órgãos públicos ou Secretarias de Estado, constituindo diferentes agregações, o que é um fator problemático no momento de definir-se a delimitação geográfica dos estudos.

Tem-se, por exemplo, ainda de acordo com o Seade, as delimitações da: Secretaria de Estado da Segurança Pública com ação regionalizada em 62 Departamentos de Polícia Judiciária e Delegacias Seccionais de Polícia (DSP); o Tribunal de Justiça em 225 Comarcas; a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em 16 Delegacias Regionais Tributárias (DRT); a Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, em 40 Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR); a Secretaria de Estado da Educação, em 79 Diretorias de Ensino; a Secretaria de Estado da Saúde, em 24 Direções Regionais de Saúde (DIR); e a Secretaria de Estado de Recursos Hídricos, em 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI).

Para este estudo, a organização geográfica e urbana baseou-se na constituição dos 31 municípios da AMNAP. Pela delimitação territorial do Governo de São Paulo, os municípios da área analisada, são oriundos das RG: RA de Presidente Prudente e Marília conforme Quadro 4, cujos dados são ainda presentes em 2009, segundo dados oficiais do Escritório Regional de Planejamento (Erplan), da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo.

> [...] Os municípios membros da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista – AMNAP-, sua principal representação política desde 1977. Numa área de 8.484 km2, distribuída em trinta municípios, vivem 362.573 habitantes (IBGE, Censo 2000), sendo que cerca de 85% residem nas cidades. De formação recente (após 1930), essa área viveu, em poucas décadas, três fases distintas: um intenso processo de colonização, entre as décadas de 1930 e 1960, uma rápida

> desaceleração e desarticulação de sua economia nas décadas de 1970 e 1980, e a manifestação de rearranjo, principalmente espacial, econômico e social, a partir do final da década de 1990. (GIL, 2007, p. 67).

Quadro 4 – RA de Marília e Presidente Prudente no Estado São Paulo

Regiões Administrativas e Regiões de Governo	Municípios	Comarcas
ESTADO DE SÃO PAULO	645	225
RA de Presidente Prudente	53	17
RG de Adamantina	12	4
RG de Dracena	10	3
RG de Presidente Prudente	31	10
RA de Marília	51	18
RG de Assis	13	4
RG de Marília	14	6
RG de Ourinhos	12	3
RG de Tupã	12	5

Fonte: Elaborado a partir de dados fornecidos pela Seade, 2003.

2.4.1.1 Histórico da Região da Alta Paulista

Marília, município sede da região da Alta Paulista, segundo dados do IBGE 2007, possui 218 113 habitantes. Contou com a colonização urbana no período de 1918, a partir de Piratininga, rumo ao oeste para abertura de novas fronteiras agrícolas.

Segundo historiadores, teve como fator primordial o trabalho de imigrantes de origens italiana, espanhola e japonesa na fundação de algumas das principais cidades, a saber: Marília, Osvaldo Cruz, Pacaembu, Inúbia Paulista e especialmente Bastos (no caso da colônia japonesa).

> De meados do século XIX até a década de 1920, a fundação de cidades e a estruturação da rede urbana do Oeste Paulista estiveram vinculadas principalmente à cafeicultura. [...] Os serviços se estabeleceram através das oficinas de estrada de ferro, transporte e equipamentos urbanos, enquanto o comércio tinha características atacadistas e varejistas. [...] a partir de 1920, tem-se uma nova etapa da divisão do trabalho, na qual a economia, que até então era de base predominantemente agrária, transforma-se em economia de base urbana-industrial.[...] passando a ocorrer a fundação de cidades e a estruturação de novas redes urbanas regionais de acordo com as exigências da economia. (GEGAUF; ALVARENGA, 1994, p.13).

Em sua ocupação urbana, teve dois pontos importantes: a rede ferroviária sob controle da Companhia Paulista de Transporte (CPT) e rodoviária (SP 294 – João Ribeiro de Barros) (vide Fig.3)

> Na Alta Paulista, em cerca de três décadas, se estruturou a rede urbana de Marília, evidenciando-se a rapidez com que a ocupação se efetivou. [...] verifica-se os mesmos estão, em sua grande maioria, localizados ao longo do espigão sobre o

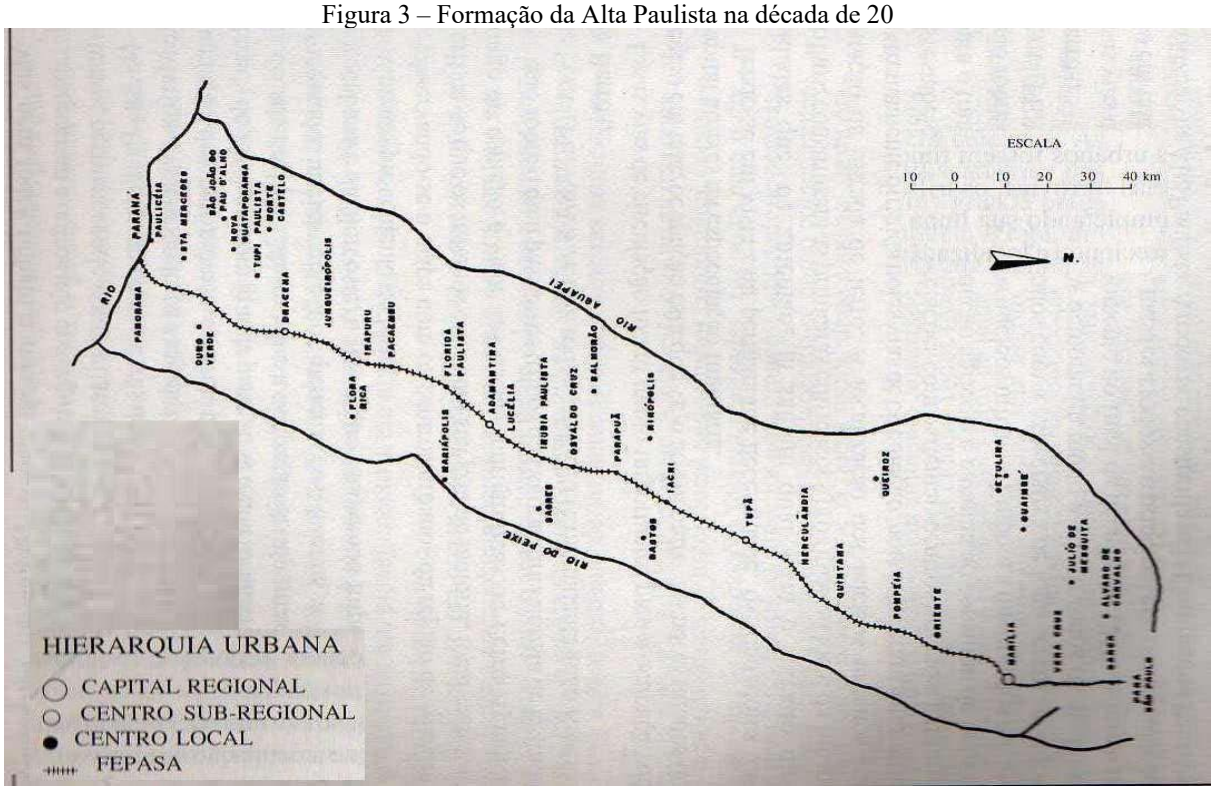
> qual passam os trilhos da Companhia Paulista de Estrada de Ferro (Fepasa S.A) e a Rodovia SP 290 (Comandante João Ribeiro de Barros) .(GEGAUF; ALVARENGA, 1994, p. 15).

O termo **extremo sertão** (negrito nosso), segundo Gegauf e Alvarenga (1994, p.24) designou a região do Oeste Paulista, até as primeiras décadas do século XX, "pela distância da capital e pela falta de recursos, como estradas, por exemplo" .

O pesquisador Fernando Perli (2006-2007, p. 40), em estudo publicado sob o título Caminhos verticais e colonização da Zona da Alta Paulista, retrata os caminhos percorridos para a ocupação da região,

> Numa representação cartográfica sobre a colonização da região em 1929, evidente era o destaque dado aos patrimônios e cidades, como Varpa, Bastos, Tupã e Marília. Dentre estes pontos destacava-se Marília, pela maior proximidade dos trilhos da CPT, que se encontravam na cidade de Piratininga. (PERLI, 2006/2007, p. 40).

Figura 3 – Formação da Alta Paulista na década de 20



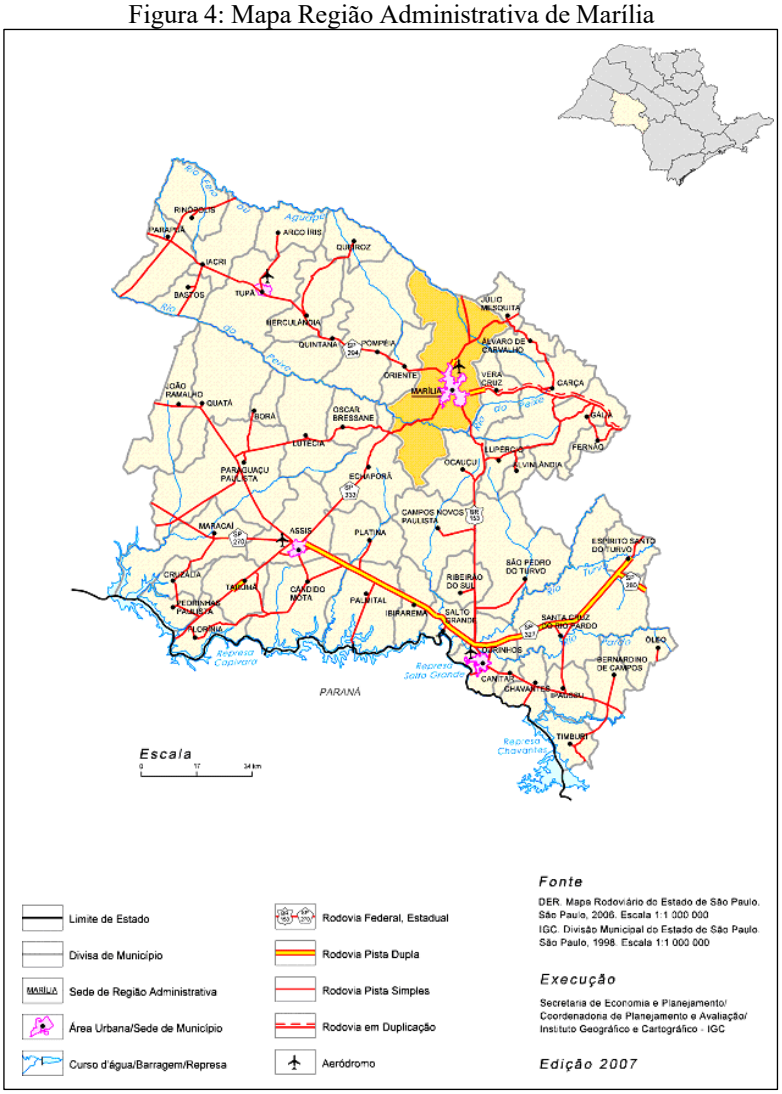
Fonte: (GEGAUF; ALVARENGA, 1994, p. 16)

A 11ª RA do Estado de São Paulo, segundo dados do Seade e Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), é constituída por 51 municípios cuja capital regional é Marília: Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Arco-Íris, Assis, Bastos, Bernardino de Campos, Borá, Campos Novos Paulista, Cândido Mota, Canitar, Chavantes, Cruzália, Echaporã,

Espírito Santo do Turvo, Fernão, Florínia, Gália, Garça, Herculândia, Iacri, Ibirarema, Ipaussu, João Ramalho, Júlio Mesquita, Lupércio, Lutécia, Maracaí, Marília, Ocauçu, Óleo, Oriente, Oscar Bressane, Ourinhos, Palmital, Paraguaçu Paulista, Parapuã, Pedrinhas Paulista, Platina, Pompéia, Quatá, Queiroz, Quintana, Ribeirão do Sul, Rinópolis, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Tarumã, Timburi, Tupã e Vera Cruz (v. Fig. 4).

> A Região Administrativa de Marília compõe-se de 51 municípios, que ocupam 18.458 km, ou 7,4% do território paulista. A RA de Marília abriga os centros urbanos de Marília e Ourinhos. A interligação da RA com o interior paulista, o norte do Paraná e demais regiões é feita pelas rodovias estaduais Abrão Assed (SP-333) e Comandante João Ribeiro de Barros (SP-294) e a rodovia federal BR-153. Os municípios mais ao sul são, também, servidos pela Rodovia Raposo Tavares (SP 270) e pela BR-369. Assis, Paraguaçu Paulista e Quatá são interligados pela SP-284. Outra opção de acesso é o transporte aeroviário, por meio dos aeroportos de Marília Ourinhos, Assis e Tupã. Os municípios que compõem a região distribuem-se ao longo da ferrovia, que passa por Bauru e segue até Panorama, no Rio Paraná. (SEADE. jul. 2008).

Figura 4: Mapa Região Administrativa de Marília



Fonte: Seade, 2008

2.4.1.2 Histórico da Região da Alta Sorocabana

Para fins de registro no trabalho, faz-se necessário esclarecer a relevância da também região Alta Sorocabana para a compreensão da formação da Região da Nova Alta Paulista.

Situada no extremo oeste do Estado de São Paulo, a Alta Sorocabana ocupa a quarta posição em extensão territorial, são 23.952 km, ocupando 9,6% do território paulista.

Os 53 municípios estão distribuídos em três regiões de governo: Adamantina, Dracena e Presidente Prudente possui 202 789 habitantes, segundo dados do IBGE (2007). São eles: Paulicéia, São João do Pau d´Alho, Monte Castelo, Santa Mercedes, Nova Guataporanga, Junqueirópolis, Tupi Paulista, Ouro Verde, Panorama, Dracena, Irapuru, Pacaembu, Flórida Paulista, Adamantina, Lucélia, Salmourão, Inúbia Paulista, Osvaldo Cruz, Sagres, Pracinha, Mariápolis, Presidente Prudente, Flora Rica, Emilianópolis,

Ribeirão dos Índios, Santo Expedito, Alfredo Marcondes, Caiabu, Indiana, Regente Feijó, Taciba, Narandiba, Pirapozinho, Estrela do Norte, Tarabaí, Anhumas, Álvares Machado, Presidente Bernardes, Sandovalina, Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista, Rosana, Santo Anastácio, Marabá Paulista, Piquerobi, Presidente Venceslau, Caiuá, Presidente Epitácio, Martinópolis, Rancharia, Nantes e Iepê.(v. Fig. 5).

> Além de estar na área de influência da Hidrovia Tietê-Paraná, que forma um corredor de escoamento de produtos para países do Mercosul, a RA de Presidente Prudente tem como principais vias de acesso a Rodovia Raposo Tavares (SP-270), que faz a ligação com a capital paulista e o Estado de Mato Grosso do Sul; a Assis Chateaubriand (SP-425), que conecta ao Paraná e às regiões do oeste e norte do Estado de São Paulo; a Comandante João Ribeiro de Barros (SP-294), que faz a junção de vários municípios da RA com o Rio Paraná e, no sentido oposto, com Bauru e a Rodovia Marechal Rondon; e a Julio Budiski (SP-501), que une Presidente Prudente à SP-294. É servida ainda pela malha Paulista, antiga Fepasa, e pelos Aeroportos de Presidente Prudente, Adamantina e Dracena. Geograficamente a região tem como limites: a leste, a RA de Marília; a norte, a RA de Araçatuba; a oeste, o Estado do Mato Grosso do Sul, separado pelo Rio Paraná; e a sul, o Estado do Paraná, separado pelo Rio Paranapanema.. (SEADE, 2007, p.2).

Figura 5: Mapa Região Administrativa de Presidente Prudente



Fonte: IGC, 2003.

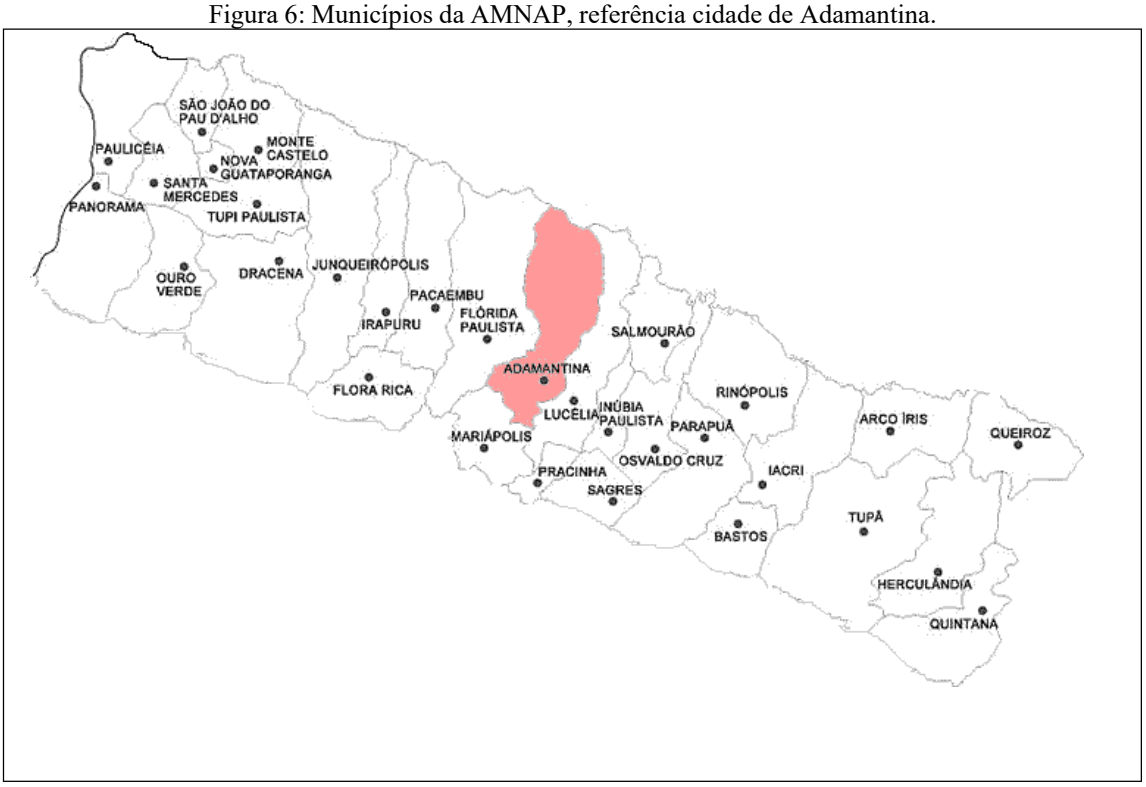
2.4.1.3 AMNAP – criação e representatividade

Tratar da mídia regional implica, obrigatoriamente, em abordar a criação da AMNAP, para justificar o delineamento deste objeto de estudo na delimitação da mídia impressa nas 31 localidades (v. Fig. 6). Criada em 20 de julho de 1977, "constitui-se na

principal representação política de trinta municípios localizados no estremo Oeste Paulista" (GIL, 2006/2007, p.7).

> A Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP) é a principal representação política regional. Dedicou-se atenção à sua trajetória, suas ações e suas estratégias por reconhecer o seu envolvimento com o desenvolvimento regional. Ela foi criada em 1977, ainda num contexto político marcado pelos governos militares, porém já na fase de esgotamento do nacional desenvolvimentismo. As dificuldades impostas pela pouca expressividade da economia regional, num contexto nacional e externo igualmente desfavorável, impuseram a necessidade de se pensar soluções, e elas não viriam por si só. Aumentava a visão de conjunto e o desconforto impelia para a busca de respostas políticas em todas as instâncias, sendo a mais próxima os governos municipais. A essa época, a Nova Alta Paulista foi percebendo o seu isolamento e sentindo as conseqüências de uma política local mais comprometida com interesses parcializados do que com propostas abrangentes e voltadas ao bem-comum. (GIL, 2007, p. 191).

Figura 6: Municípios da AMNAP, referência cidade de Adamantina.



Fonte: Elaborado a partir de dados fornecidos pelo IGC, 2003.

A autora ressalta em sua tese, a consciência da região em relação à representatividade da AMNAP:

> Se as décadas de 1940, 50 e 60 foram marcadas pela formação regional com bases no individualismo, e, conseqüentemente, na competição entre os jovens municípios, a década de 1970, principalmente a partir da segunda metade, ficou marcada pela tentativa de cooperação entre os mesmos. Tal propositura legitimou-se com a criação da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP), no dia 20 de julho de 1977, em reunião na Câmara Municipal de Dracena. Com

> o recrudescimento das dificuldades econômicas e políticas do país, intensificadas pela conjuntura internacional daquela época, que se refletiam em todos os estados e municípios da federação, o isolamento seria uma atitude suicida. Nasce, então, o ideal de cooperação. Quatro prefeitos: Paulo Tahara (contabilista e professor, ARENA, Dracena), Waldemar de Oliveira Lima (bancário e administrador, ARENA, Osvaldo Cruz), Gildomar Pax Pedroso (professor, ARENA, Adamantina), e Jorge Abdo Sader (dentista, ARENA, Lucélia), iniciaram uma articulação regional para formação de uma associação de prefeitos. Destes, os dois primeiros já são falecidos. (GIL, 2007, p.204).

Mas, os dados do trabalho demonstram que o fortalecimento e consolidação e conseqüente legitimação da entidade junto ao Governo do Estado está diretamente relacionada ao comprometimento político dos prefeitos dos municípios envolvidos. É uma situação delicada e ao mesmo tempo crucial para obtenção de recursos para o crescimento regional.

> As disputas internas entre as cidades-pólo de Dracena, Adamantina, e Osvaldo Cruz tornaram-se uma constante ao longo do tempo e serviram para dividir o poder de articulação entre os prefeitos, vereadores, e outras lideranças. É difícil decifrar se as disputas internas enfraqueciam/enfraquecem a entidade ou se elas refletem a pouca expressividade que o conjunto dos municípios tem na totalidade do Estado de São Paulo, levando-os a disputarem entre si o naco das verbas que lhes sobra do orçamento estadual e federal. A morosidade da máquina pública é outro elemento que dificulta a agilidade da associação de municípios, aumentando o descrédito da mesma diante da sociedade regional. (GIL, 2007, p. 208).

A história do interior paulista na área em estudo, é construída, em grande parte, a partir das publicações nos jornais impressos. Em sua tese, Gil (2007, p. 65/67) cita pelo menos dez profissionais de áreas distintas que desenvolveram entre 1989 a 2004, estudos científicos, teses, dissertações, monografias e artigos cuja temática era o extremo oeste paulista e a formação da região analisada por este trabalho. E, em diversos momentos, foram os jornais impressos de épocas diferenciadas, as fontes para tais pesquisas.

Exatamente por isso, que dentro da diversidade de fatos ocorridos diariamente, o profissional jornalista, neste espaço midiático denominado jornal tem por obrigação ética, fazer um recorte isento nas informações que chegam à redação para serem apuradas e publicadas.

E, neste processo, apesar de existir o interesse da empresa jornalística em publicar determinadas notícias, percebe-se que a escolha das matérias do dia é feita de acordo com o grau de importância para o público-alvo e que em certas situações, não é a população em geral, mas poderes constituídos.

> […] o jornalismo regional deve investir no aprimoramento do seu sentido crítico. Creio que mais opiniões, mais debates fazem falta e que o jornalismo meramente noticioso e factual não contribui para o aperfeiçoamento de um jornalismo mais dinâmico. E, sem dúvida, o grande mérito do jornalismo regional é sobreviver como empresa. Fazer jornal, do ponto de vista empresarial, é um desafio. […]o jornalismo impresso possui características operacionais que o transformam em um produto industrialmente caro. (QUEIROZ; OLIVEIRA, 2002, p. 7).

Neste caso, a região onde o jornal se localiza é levada em conta no momento em que as notícias são selecionadas. O leitor tem o interesse de se manter informado sobre os fatos ocorridos na região ou cidade onde mora. Desse modo, a questão da memória presente nos impressos está diretamente relacionada com o meio social onde o indivíduo se encontra.

A jornalista Jociene Carla Bianchini Ferreira (2006, p.10), em seu artigo, A relação do jornalista polivalente e especializado no contexto interiorano do estado de São Paulo (2006), afirma que "do ponto de vista comercial, [...] em jornais do interior, a preocupação com o departamento comercial pesa sobre a Redação". Como os custos operacionais são altos a pesquisa de Ferreira comprovou que "[...] o jornal do interior depende de anúncios publicitários para sua sobrevivência, por isso, preservar os anunciantes fiéis ao jornal é a regra número um de qualquer empresa interiorana". (FERREIRA, 2006, p.10).

É uma realidade presente no dia-a-dia dos jornais pesquisados, mas isso não justifica algumas omissões e ausências quando o assunto em pauta e a ineficácia e ineficiência de órgãos públicos e entidades empresariais patronais. Assim, conhecer a constituição jurídica da mídia em estudo é relevante para compreender as linhas editoriais adotadas pelos veículos impressos da área da Nova Alta Paulista. Este é o objetivo do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3:
VEÍCULOS IMPRESSOS NA ÁREA NA NOVA ALTA PAULISTA

A imprensa interiorana paulista possui uma estrutura racionalizada, restrita a uma pequena equipe responsável pela sua operacionalização, além de aparato técnico limitado. Segundo pesquisador José Marques de Melo (1998, p.17), o Estado de São Paulo concentra praticamente a metade de títulos da imprensa brasileira, mas há carência de estudos no sentido de identificar suas características, "a imprensa do interior de São Paulo tem sido pouco estudada e por isso é pouco conhecida no ambiente acadêmico".

> A bibliografia mais recente sobre a imprensa paulista é bastante fragmentada, sendo quase sempre produzida por veteranos jornalistas que buscam registrar suas observações sobre processos vivenciados pessoalmente ou colhidos de depoimentos de terceiros. São poucas as fontes resultantes de pesquisas documentais, podendo-se destacar dentre estas, a título de exemplo, uma de Júlio Mariano e outra de Eron Brum: o primeiro fez uma espécie de cronologia da imprensa de Campinas; e o segundo, uma periodização da trajetória do centenário jornal A Tribuna, de Santos, em que os fatos noticiosos alicerçam a própria história do veículo. (MARQUES DE MELO; QUEIROZ, 1998, p. 18).

E, neste vácuo de referencial sobre a mídia interiorana paulista, destaca-se a seguir o detalhamento dos jornais da Nova Alta Paulista.

3.1 FICHA TÉCNICA DOS VEÍCULOS IMPRESSOS REGIONAIS

3.1.1 A representatividade oficial

Os registros dos veículos impressos na área da Nova Alta Paulista são raros. Para traçar o panorama da mídia impressa local e regional, fazem-se necessárias consultas às principais fontes especializadas como Associação Paulista de Jornais (APJ), Associação dos Jornais do Interior do Estado de São Paulo (Adjori), Associação Brasileira de Jornais do Interior (Abrajori) e Associação dos Jornais Diários do Interior do Estado de São Paulo (Adiesp).

> A maior dificuldade enfrentada para examinar a mídia nas regiões está relacionada com a obtenção dos dados primários, que são os mais difíceis e dependem de pesquisa rigorosa, uma vez que os dados existentes são, às vezes conflitantes. Pode-se observar nas obras consultadas grandes diferenças, dependendo da fonte utilizada. (FADUL; GOBBY, 2006, p. 29).

Das quatro entidades citadas, apenas a APJ possui site e disponibiliza as informações referentes aos seus associados. E, na pesquisa realizada junto à entidade, não consta nenhum veículo impresso da Nova Alta Paulista.

Os 17 veículos associados: Correio Popular (Campinas), Cruzeiro do Sul (Sorocaba), Diário da Região (São José do Rio Preto), Diário do Grande ABC (Santo André), Diário do Povo (Campinas), Folha da Região (Araçatuba), Jornal da Cidade (Bauru), Jornal de Jundiaí (Jundiaí), Jornal de Limeira (Limeira), Jornal de Piracicaba (Piracicaba), O Diário de Mogi (Mogi das Cruzes), O Imparcial (Presidente Prudente), O Liberal (Americana), Tribuna Impressa (Americana), Vale Paraibano (São José dos Campos), Comércio da Franca (Franca), apenas o Jornal – O Imparcial – da cidade de Presidente Prudente, fazem parte desta macro região do Estado de São Paulo.

A APJ, fundada em 01 de julho de 1993, na cidade de São Paulo/SP, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída por empresas jornalísticas, editoras de jornais diários, sediadas no Estado de São Paulo, mas que não retrata o potencial regional em estudo.

A entidade representativa da categoria dos profissionais jornalistas: Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), inaugurou oficialmente, em 25 de janeiro de 2008, a Delegacia Regional Oeste Paulista do SJSP, na cidade de Presidente Prudente/SP. Segundo dados da diretora regional, jornalista Tânia Brandão, a entidade realiza atendimento e representações aos profissionais de 88 cidades (v. Fig.7 e ANEXO A).

No cadastro, os dados sobre a Nova Alta Paulista ainda estão defasados, diante do material coletado por esta pesquisa. As informações sobre os veículos impressos atuantes nos 31 municípios em análise não estão atualizados, conforme dados pesquisados.

Cabe ao Sindicato agir na fiscalização dos órgãos de imprensa para o cumprimento da legislação em vigor que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista: Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1.979, que dá nova regulamentação ao Decreto-Lei n.º 972, de 17 de outubro de 1969.

Tal procedimento decorre das alterações introduzidas pela Lei n.º 6.612, de 7 de dezembro de 1978, (v. ANEXOS C e G), com o reconhecimento da entidade apenas aos jornalistas diplomados.

São contínuas as parcerias da entidade com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), pela profissionalização, como no caso da campanha nacional (v. ANEXO D), exigindo posicionamentos contra a precariedade das redações na mídia brasileira.

> De acordo com o Decreto nº 83.284 de 13 de março de 1979, que regulamenta a profissão de jornalista, somente os profissionais com o devido Registro Profissional no Ministério do Trabalho podem exercer a profissão. (BRASIL, 1979).

Segundo o site do SJSP, a nova Regional ainda é provisória, e está em fase de consolidação na região. Mas se estrutura para efetivar a ação a favor dos direitos dos profissionais da área. Conforme termos do estatuto da entidade, a atual diretoria da Delegacia Regional Oeste Paulista, somente será considerada parte da estrutura oficial após 15 de abril com a posse da diretoria eleita para a gestão 2009/2012.

Para a gestão 2009/2012, a nova diretoria é composta pelo jornalista Sérgio Barbosa (Adamantina) como diretor regional, auxiliado pelos jornalistas e diretores de base e Fernando Sávio (Araçatuba) e Tânia Brandão (Presidente Prudente).

A liminar da juíza federal Carla Abrantkoski Rister, da 16ª Vara Cível, de São Paulo (v. ANEXOS E e F), suspendeu, em 10 de janeiro de 2003, em todo o país, a obrigatoriedade do diploma de jornalismo para a obtenção do registro profissional no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Tal procedimento legal acarretou sérios transtornos para a Fenaj e SJSP, pois dificultou a ação presente da entidade junto aos profissionais diplomados pela garantia no mercado de trabalho.

A discussão persistiu nos últimos anos, e mesmo com idas e vindas, em entraves judiciais, o MTE publicou a Portaria 22/2007, em 05/03/2007, revogando a anterior – Portaria 03/2006 - que tornava obrigatório o diploma em jornalismo para exercício da profissão.

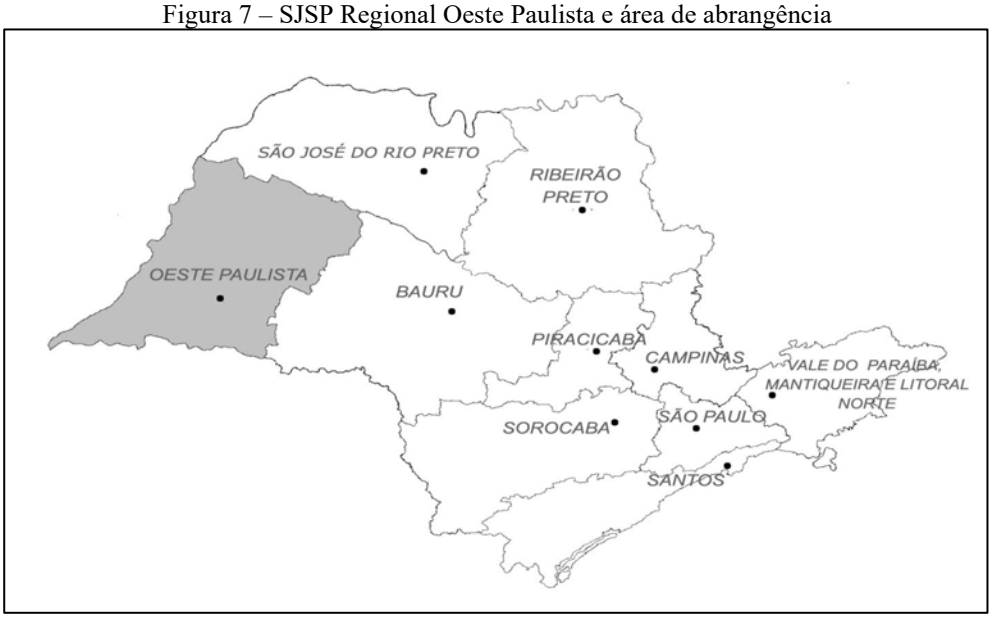
Com esta medida, o MTE cumpriu a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que vetou resolução do Superior Tribunal de Justiça (STJ) restabelecendo a obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício legal da profissão.

Com a portaria, as Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) validaram, novamente, os registros precários até então invalidados. As entidades de classe entraram com as medidas judiciais cabíveis e, desde então, mobilizam a categoria, através de campanhas, para reverter à situação. (v. ANEXO D).

Com isso, em um clima de restrições do mercado de trabalho e indefinições quanto ao registro profissional, diversos profissionais da área de comunicação afastaram-se do SJSP, contribuindo para uma presença mais efetiva da entidade no interior paulista, em especial na área da Nova Alta Paulista.

Segundo os dados da entidade representativa, é relevante a mobilização e conscientização dos profissionais jornalistas atuantes nos veículos regionais para a efetivação da Diretoria Regional do Oeste Paulista.

Figura 7 – SJSP Regional Oeste Paulista e área de abrangência



Fonte: Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, 2008.

3.2 A IDENTIDADE DOS VEÍCULOS IMPRESSOS REGIONAIS

3.2.1 Primeira página dos jornais pesquisados

Os jornais na atualidade possuem características semelhantes no aspecto formato (dimensão altura e largura) e tipo de papel. As edições analisadas (v. Figs 8 a 32) demonstram as especificações técnicas peculiares a cada empresa jornalística regional e seus periódicos. Vale a ressalva do padrão para o corte das folhas em tamanhos padronizados: standard, tablóide, tablóide germânico, tablóide berlinense e microjornal usados na área pesquisada[1].

[1] Os jornais da área da Nova Alta Paulista são impressos em gráficas locais e seguem padronizam da Associação Nacional dos Jornais (ANJ) para o corte em folhas nos tamanhos padronizados a seguir:

Standard – utilizado no Brasil e Portugal, possui cerca de 55cm x 29,7 cm. É o maior formato desse tipo de publicação, e em outros idiomas recebe, geralmente, o nome inglês de broadsheet. A maioria dos jornais brasileiros são em formato standard, incluindo-se as maiores publicações como: O Globo (RJ), Folha de S. Paulo (SP), O Estado de S. Paulo (SP), Jornal do Brasil (RJ) até 16/04/2006, quando adotou o formato berliner.

3.2.1.1 Jornais de Adamantina

Figura 8 – Jornal Diário do Oeste Paulista



Ficha Técnica:

Nome: Diário do Oeste Paulista

Ano de fundação: 1966

Periodicidade: diário

Formato: tablóide germânico

Nº páginas: 14 p.

Temas abordados variam entre: Artigos, Política, Polícia, Saúde, Social, Entretenimento, Cultura e Classificados.

Fonte: Arquivo próprio.

Figura 9 – Jornal Impacto



Ficha Técnica:

Nome: Jornal Impacto

Ano de fundação: 1997

Periodicidade: semanário

Formato: tablóide germânico

Nº páginas:16 p.

Temas abordados variam entre: Artigos, Cidade/local, Social, Esporte.

Fonte: Arquivo próprio.

Tablóide - formato equivalente à metade de um jornal standard. Cada página possui uma mancha gráfica de 26,5 centímetros horizontais por 29,7 centímetros verticais, em média cerca de 38 cm x 30 cm.

Tablóide Germânico – formato variante entre o standard e o tabloide tradicional, as medidas podem variar entre o padrão 28,9 cm x 38 cm.

Berlinense - conhecido como berliner ou midi, é um formato normalmente com 47cm × 31,5 cm. Microjornal – formato alemão medida 19 cm x 30 cm.

Figura 10 – Jornal da Cidade



Ficha Técnica:

Nome: Jornal da Cidade

Ano de fundação: 2003

Periodicidade: semanário

Formato: tablóide germânico

Nº páginas: 8 p.

Temas abordados variam entre: Artigos, Política, Saúde, Educação, Social, Cultura.

Fonte: Arquivo próprio.

Figura 11 - Jornal Adamantina



Ficha Técnica:

Nome: Jornal Adamantina

Ano de fundação: 2007

Periodicidade: semanário

Formato: tablóide germânico

Nº páginas: 8 p.

Temas abordados variam entre: Política, Saúde, Social, Entretenimento, Esporte.

Fonte: Arquivo próprio.

3.2.1.2 Jornais de Bastos

Figura 12 – Jornal Tribuna Bastense



Ficha Técnica:

Nome: Jornal Tribuna Bastense

Ano de fundação: 1964

Periodicidade: semanário

Formato: *Standard*

Nº páginas: 10 p.

Temas abordados variam entre: Polícia, Cidade/local, Social, Esporte, Perfil Empresarial.

Fonte: Arquivo próprio.

Figura 13 – Jornal A Hora



Ficha Técnica:

Nome: Jornal A Hora

Ano de fundação: 1993

Periodicidade: semanário

Formato: *Standard*

Nº páginas: 10 p.

Temas abordados variam entre: Artigos, Política, Polícia, Cidade/local, Saúde, Social, Educação, Entretenimento, Esporte, Empresa e Negócios.

Fonte: Arquivo próprio.

3.2.1.3 Jornais de Dracena

Figura 14 – Jornal Regional



Ficha Técnica:

Nome: Jornal Regional

Ano de fundação: 1989

Periodicidade: diário

Formato: Berliner

Nº páginas: 16 p.

Temas abordados variam entre: Artigos, Política, Polícia, Cidade/local, Social, Esporte.

Fonte: Arquivo próprio.

Figura 15 – Jornal Diário Novo Jornal



Ficha Técnica:

Nome: Jornal Diário Novo Jornal

Ano de fundação: 2004

Periodicidade: diário

Formato: tablóide germânico

Nº páginas: 10 p.

Temas abordados variam entre: Editorial, Artigos, Política, Polícia, Cidade/local, Saúde, Social, Educação, Entretenimento, Esporte.

Fonte: Arquivo próprio.

3.2.1.4 Jornal de Flórida Paulista

Figura 16 – Jornal Folha Regional



Ficha Técnica:

Nome: Folha Regional

Ano de fundação: 1989

Periodicidade: semanário

Formato: S*tandard*

Nº páginas: 16 p.

Temas abordados variam entre: Artigos, Política, Saúde, Social, Educação, Entretenimento, Esporte.

Fonte: Arquivo próprio.

3.2.1.5 Jornal de Herculândia

Figura 17 - Jornal de Herculândia



Ficha Técnica:

Nome: Jornal de Herculândia

Ano de fundação: 1990

Periodicidade: semanário

Formato: tablóide germânico

Nº páginas: 6 p.

Temas abordados variam entre: não há planejamento na edição, critério do editor.

Fonte: Arquivo próprio.

3.2.1.6 Jornal de Irapuru

Figura 18 - Jornal A Voz



Ficha Técnica:

Nome: Jornal A Voz

Ano de fundação: 1989

Periodicidade: semanário

Formato: microjornal (modelo alemão)

Nº páginas: 24 p.

Temas abordados variam entre: Artigos, Política, Polícia,

Cidade/local, Social, Entretenimento, Esporte,

Classificados.

Fonte: Arquivo próprio.

3.2.1.7 Jornal de Junqueirópolis

Figura 19 - Jornal A Notícia



Ficha Técnica:

Nome: Jornal A Noticia

Ano de fundação: 2007

Periodicidade: semanário

Formato: microjornal (modelo alemão)

Nº páginas: 24 p.

Temas abordados variam entre: Artigos, Política, Polícia,

Cidade/local, Social, Entretenimento, Esporte,

Classificados.

Fonte: Arquivo próprio.

3.2.1.8 Jornais de Lucélia

Figura 20 - Jornal Gazeta Regional



Ficha Técnica:

Nome: Jornal Gazeta Regional

Ano de fundação: 1956

Periodicidade: semanário

Formato: tablóide germânico

Nº páginas: 12 p.

Temas abordados variam entre: Editorial, Artigos, Cidade/local, Social, Entretenimento, Classificados

Fonte: Arquivo próprio.

Figura 21 - Jornal Independente



Ficha Técnica:

Nome: Jornal O Independente

Ano de fundação: 2003

Periodicidade: semanário

Formato: tablóide germânico

Nº páginas: 14 p.

Temas abordados variam entre: Artigos, Política, Polícia, Cidade/local, Social, Entretenimento, Esporte, Educação.

Fonte: Arquivo próprio.

3.2.1.9 Jornal de Mariápolis

Figura 22 - Jornal O Povo



Ficha Técnica:

Nome: Jornal O Povo

Ano de fundação: 2002

Periodicidade: quinzenal

Formato: *Standard*

Nº páginas: 10 p.

Temas abordados variam entre: Editorial, Artigos, Cidade/local, Social.

Fonte: Arquivo próprio.

3.2.1.10 Jornais de Osvaldo Cruz

Figura 23 - Jornal de Osvaldo Cruz



Ficha Técnica:

Nome: Jornal de Osvaldo Cruz

Ano de fundação: 1956

Periodicidade: semanário

Formato: tablóide germânico

Nº páginas: 14 p.

Temas abordados variam entre: Artigos, Política, Polícia, Social, Esporte.

Fonte: Arquivo próprio.

Figura 24 - Jornal Cidade Aberta



Ficha Técnica:

Nome: Jornal Cidade Aberta

Ano de fundação: 1995

Periodicidade: semanário

Formato: tablóide germânico

Nº páginas: 8 p.

Temas abordados variam entre: Editorial, Política, Polícia, Cidade/local, Social, Entretenimento, Esporte, Cultura.

Fonte: Arquivo próprio.

Figura 25 – Jornal Diário da Região (antigo Nosso Jornal)



Ficha Técnica:

Nome: Jornal Diário da Região (antigo Nosso Jornal)

Ano de fundação: 1997

Periodicidade: semanário

Formato: tablóide germânico

Nº páginas: 12 p.

Temas abordados variam entre: Artigos, Política, Polícia, Saúde, Social, Entretenimento, Esporte, Classificados e Cultura.

Fonte: Arquivo próprio.

3.2.1.11 Jornal de Pacaembu

Figura 26 – Jornal O Pacaembuense



Ficha Técnica:

Nome: Jornal O Pacaembuense

Ano de fundação: 1993

Periodicidade: semanário

Formato: tablóide germânico

Nº páginas: 12 p.

Temas abordados variam entre: Polícia, Cidade/local, Social, Entretenimento, Giro pelo Mundo, Classificados

Fonte: Arquivo próprio.

3.2.1.12 Jornais de Panorama

Figura 27 – Jornal Última Hora



Ficha Técnica:

Nome: Jornal Última Hora

Ano de fundação: 2007

Periodicidade: semanário

Formato: tablóide germânico

Nº páginas: 10 p.

Temas abordados variam entre: Editorial, Polícia, Cidade/local, Social, Entretenimento, Esporte, Educação.

Fonte: Arquivo próprio.

Figura 28 – Jornal O Beira Rio



Ficha Técnica:

Nome: Jornal O Beira Rio

Ano de fundação: 1993

Periodicidade: semanário

Formato: microjornal (modelo alemão)

Nº páginas: 24 p.

Temas abordados variam entre: Editorial, Política, Polícia, Entretenimento.

Fonte: Arquivo próprio.

3.2.1.13 Jornal de Parapuã

Figura 29 – Jornal O Regional



Ficha Técnica:

Nome: Jornal O Regional

Ano de fundação: 2005

Periodicidade: bissemanário

Formato: *Standard*

Nº páginas: 6 p.

Temas abordados variam entre: não há planejamento na edição, critério do editor.

Fonte: Arquivo próprio.

3.2.1.14 Jornal de Pracinha

Figura 30 – Jornal Tribuna de Pracinha


TRIBUNA DE PRACINHA

Prefeito mantém audiência em São Paulo nesta segunda-feira

Ponte do Baliza será recuperada

Ação Jovem acolhe participantes

Ficha Técnica:

Nome: Jornal Tribuna de Pracinha

Ano de fundação: 1998

Periodicidade: Semanário

Formato: Tablóide Germânico

Nº páginas: 6 p.

Temas abordados variam entre: não há planejamento na edição, critério do editor

Fonte: Arquivo próprio.

3.2.1.15 Jornal de Quintana

Figura 31 – Jornal da Cidade


JORNAL DA CIDADE

Tubos Forte

www.tubosforte.com.br

BREVE EM QUINTANA

Retomada da duplicação da SP-294 acaba este ano e vai custar mais de 220 milhões

AUTO POSTO GN

Ficha Técnica:

Nome: Jornal da Cidade

Ano de fundação: 2007

Periodicidade: Quinzenal Formato: Tablóide

Nº páginas: 12 p.

Temas abordados variam entre: Artigos, Social, Cidade/local, Entretenimento, Esporte, Classificados.

Fonte: Arquivo próprio.

3.2.1.16 Jornais de Tupã

Figura 32 – Jornal Diário



Ficha Técnica:

Nome: Jornal Diário

Ano de fundação: 1976

Periodicidade: Diário

Formato: *Standard*

Nº páginas: 16 p.

Temas abordados variam entre: Artigos, Política, Polícia, Saúde, Social, Cidade/local, Entretenimento, Esporte, Educação, Variedades, Classificados

Fonte: Arquivo próprio.

Figura 33 – Jornal Folha do Povo



Ficha Técnica:

Nome: Jornal Folha do Povo

Ano de fundação: 1956

Periodicidade: Diário

Formato: *Standard*

Nº páginas: 10 p.

Temas abordados variam entre: Artigos, Política, Cidade/local, Entretenimento, Esporte, Classificados

Fonte: Arquivo próprio.

3.2.1.16 Jornal de Tupi Paulista

Figura 34 – Jornal O Semanário



Ficha Técnica:

Nome: Jornal O Semanário

Ano de fundação: 1989

Periodicidade: Semanário

Formato: Tablóide Germânico

Nº páginas: 10 p.

Temas abordados variam entre: Artigos, Política, Cidade/local, Entretenimento, Saúde.

Fonte: Arquivo próprio.

3.2.2 Formação da mídia impressa regional

Na seqüência, o mapeamento dos veículos impressos, através da apresentação dos quadros (5 a 12) organizados com base nos dados coletados dos 27 jornais da área da Nova Alta Paulista.

Quadro 5 - Constituição das empresas jornalísticas nos 31 municípios da AMNAP

* CIDADE	PUBLICAÇÃO: RAZÃO SOCIAL	PUBLICAÇÃO: NOME FANTASIA	DATA DE FUNDAÇÃO
ADAMANTINA	ORGANIZAÇÃO DE PUBLICIDADE DE ADAMANTINA S/S LTDA	DIÁRIO DO OESTE PAULISTA	1966
ADAMANTINA	EDITORA ADA LTDA	JORNAL DA CIDADE	2003
ADAMANTINA	SILVA MONADIM EDITORA S/S LTDA	JORNAL IMPACTO	1997
ADAMANTINA	ADANOT – EMPRESA DE NOTÍCIAS S/S LTDA	JORNAL ADAMANTINA	2007
ARCO ÍRIS *	NÃO POSSUI	-	-
BASTOS	EMPRESA JORNALÍSTICA ELO REGIONAL	TRIBUNA BASTENSE	1964
BASTOS	SISTEMA BASTOS DE COMUNICAÇÃO LTDA	JORNAL A HORA	1993
DRACENA	NOVO JORNAL DE DRACENA LTDA ME	DIARIO	2004
DRACENA	EMPRESA JORNALÍSTICA GONÇALVES	JORNAL REGIONAL	1989
FLORA RICA	NÃO POSSUI	-	-
FLÓRIDA PAULISTA	DINÂMICA PUBLICIDADE E REPORTAGENS LTDA	FOLHA REGIONAL	1989

HERCULÂNDIA	CARLOS GUSTAVO GALDINO DA SILVA - ME	JORNAL DE HERCULÂNDIA	1990
IACRI *	NÃO POSSUI	-	-
INÚBIA* PAULISTA	NÃO POSSUI	-	-
IRAPURU	DABELE COMUNICAÇÕES SOCIEDADE CIVIL LTDA	JORNAL A VOZ	1989
JUNQUEIRÓPOLIS	AGÊNCIA JORNALÍSTICA ALTERNATIVA (AJA)	A NOTÍCIA	2007
LUCELIA	ORGANIZAÇÃO LUCELIENSE DE PUBLICIDADE SS/LTDA	O INDEPENDENTE	2003
LUCELIA	JUC EMPRESA REGIONAL JORNALISTICA S/S LTDA	GAZETA REGIONAL	1956
MARIAPOLIS	ORGANIZAÇÃO DE PUBLICIDADE DE MARIÁPOLIS	JORNAL O POVO	2002
MONTE CASTELO*	NÃO POSSUI	-	-
NOVA * GUATAPORANGA	NÃO POSSUI	-	-
OSVALDO CRUZ	ASA NOSSO JORNAL LTDA	NOSSO JORNAL/DIÁRIO	1997
OSVALDO CRUZ	EMPRESA JORNAL DE OSVALDO CRUZ LTDA	JORNAL DE OSVALDO CRUZ	1956
OSVALDO CRUZ	LEMA COMUNICAÇÃO E EVENTOS LTDA	JORNAL CIDADE ABERTA	1995
OURO VERDE	NÃO POSSUI	-	-
PACAEMBU	PANGIONE& FILGUEIRAS LTDA	O PACAEMBUENSE	1995
PANORAMA	JONES FEITOSA RODRIGUES - ME	JORNAL ULTIMA HORA	2007
PANORAMA	DABELE COMUNICAÇÕES SOCIEDADE CIVIL LTDA	O BEIRA RIO	1993
PARAPUÃ	N&M REPORTAGENS E PUBLICIDADE S/S LTDA	JORNAL O REGIONAL	2005
PAULICÉIA *	NÃO POSSUI	-	-
PRACINHA	AGENCIA OESTE DE PUBLICIDADE SS / LTDA	TRIBUNA DE PRACINHA	1998
QUEIROZ *	NÃO POSSUI	-	-
QUINTANA	LOPES E ARAÚJO EDITORA LTDA	JORNAL DA CIDADE	2007
RINÓPOLIS	NÃO POSSUI	-	-
SAGRES *	NÃO POSSUI	-	-
SALMOURÃO *	NÃO POSSUI	-	-
STA MERCEDES *	NÃO POSSUI	-	-
SÃO JOÃO DO * PAU D´ÁLHO	NÃO POSSUI	-	-
TUPÃ	EMPRESA JORNALÍSTICA SUPERIOR LTDA	DIÁRIO	1976
TUPÃ	EMPRESA JORNALÍSTICA ELO REGIONAL	FOLHA DO POVO	1956
TUPI PAULISTA	IRINEU MÁRCIO MENEGGATTI ME	O SEMANÁRIO	1989

Fonte: Elaborado por Ieda Borges, em fev./2009, com base nos dados levantados e descritos nesta pesquisa.

Gráfico 1 – Constituição das empresas jornalísticas – ano de fundação



Fonte: Elaborado por Ieda Borges, em fev./2009, com base nos dados levantados e descritos nesta pesquisa.

A imprensa interiorana da Nova Alta Paulista foi marcada em seu período inicial pela própria ocupação urbana dos recém criados municípios, especialmente nos pólos do desenvolvimento como: Tupã, Adamantina, Osvaldo Cruz, Lucélia. O início da década de 90 mostra o surgimento de novas empresas jornalísticas apesar da instabilidade política regional acarretada pelas mudanças no cenário econômico com privatizações e abertura do capital externo.

A globalização faz-se presente com os favorecimentos de liberação de recursos para os investimentos em tecnologia para otimizar o processo produtivo. Segundo Martins; Luca (2008, p. 253) "o primeiro jornal brasileiro a eliminar a etapa da fita perfurada foi a *Folha de S. Paulo*, com computadores que chegaram ao Brasil em dezembro de 1982. [...] a redação do *Estadão* abandonou completamente as máquinas de escrever no primeiro semestre de 1991".

Mas, ao alavancar os recursos tecnológicos na produção, transformações ocorridas no meio de comunicação por outro lado, mantiveram a concentração de poucos grupos empresariais e familiares. Realidade adotada na mídia regional interiorana paulista, com alguns reduzidos empresários investindo nos veículos impressos em mais de uma praça conforme demonstra os números do gráfico 1.

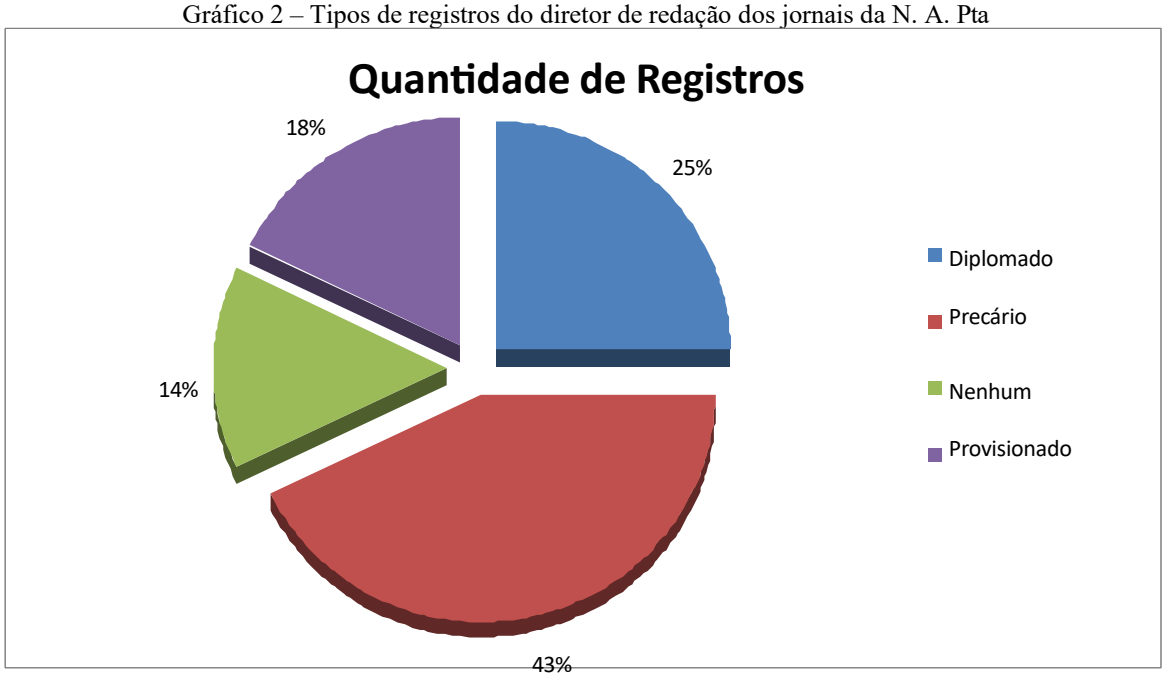
Quadro 6 - Escolaridade e registro profissional (Mtb) do Diretor de Redação

PUBLICAÇÃO	DIRETOR DE REDAÇÃO	IDADE	ESCOLARIDADE: GRADUAÇÃO/PÓS GRADUAÇÃO	REGISTRO MTB
DIÁRIO	CLAUDIO J. PASQUALETO	39	C S JORNALISMO/HISTORIA E MÍDIA	DIPLOMADO
JORNAL O POVO	MACIEL D. DE FIGUEREDO	29	C S JORNALISMO	PRECÁRIO
O INDEPENDENTE	EDDER SABINO	22	S JORNALISMO	PRECÁRIO
DIARIO DO OESTE PAULISTA	ANTONIO VITOR	59	DIREITO, EDUCAÇÃO FÍSICA	PRECÁRIO
NOSSO JORNAL/DIÁRIO	ANTONIO VITOR	59	DIREITO, EDUCAÇÃO FÍSICA	PRECÁRIO
TRIBUNA DE PRACINHA	ANTONIO VITOR	59	DIREITO, EDUCAÇÃO FÍSICA	PRECÁRIO
JORNAL DA CIDADE	RUBENS GALDINO DA SILVA	52	HISTORIA, FILOSOFIA	PRECÁRIO
JORNAL IMPACTO	SERGIO VANDERLEI	37	C S JORNALISMO/ COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL	DIPLOMADO
TRIBUNA BASTENSE	MAURICIO C. B. FRANCISCO	46	C S JORNALISMO/ HISTORIA E MÍDIA	DIPLOMADO
A HORA	ELENITA MONTEIRO	46	C S JORNALISMO	DIPLOMADO
O REGIONAL	ROSANA C. GONÇALVES	28	C S JORNALISMO/ MARKETING	DIPLOMADO
FOLHA REGIONAL	URTER MASSAROTE JR	38	ENSINO MÉDIO COMPLETO	PRECÁRIO
JORNAL DE HERCULÂNDIA	ANTONIO GALDINO DA SILVA	53	ENSINO MÉDIO COMPLETO	NENHUM
A VOZ	JOSÉ COSTA	60	ARTE/EDUCAÇÃO	PROVISIONADO
A NOTÍCIA	JOSÉ COSTA	60	ARTE/EDUCAÇÃO	PROVISIONADO
GAZETA REGIONAL	ANTONIO J. GONÇALVES	59	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	PRECÁRIO
JORNAL DE OSVADO CRUZ	JOSÉ WALTER B. PINTO	68	ENSINO MÉDIO COMPLETO	PRECÁRIO
JORNAL CIDADE ABERTA	EDUARDO A. GURGEL/ LIGIA M. ÁVARO VAL	41/ 52	C S JORNALISMO/ C S R.PÚBLICA E GESTÃO ESTRATÉGIA EM MKT	DIPLOMADO/ PRECÁRIO
O PACAEMBUENSE	MAURO D.FILGUEIRAS	39	C S JORNALISMO	NENHUM
JORNAL ULTIMA HORA	ANA LILIAN B. PEREIRA	37	C S JORNALISMO/ SEMIOTICA	DIPLOMADO
O BEIRA RIO	JOSÉ COSTA	60	ARTE/EDUCAÇÃO	PROVISIONADO
JORNAL O REGIONAL	NILTON C. DE MENDONÇA	41	ENSINO MÉDIO COMPLETO	PRECÁRIO
JORNAL DA CIDADE	ALLAN F.RAMOS LOPES	19	ENSINO MÉDIO COMPLETO	NENHUM
DIÁRIO	NELSON G. SANT´ANA	57	DIREITO/HISTÓRIA	PROVISIONADO

FOLHA DO POVO	CARLOS MARQUES PEREIRA	59	DIREITO	PROVISIONADO
O SEMANÁRIO	IRINEU MÁRCIO MENEGATTI	56	ENSINO MÉDIO COMPLETO	NENHUM
JORNAL ADAMANTINA	GENILDO DOS SANTOS	46	DIREITO	PRECÁRIO

Fonte: Elaborado por Ieda Borges, em fev./2009, com base nos dados levantados e descritos nesta pesquisa.

Gráfico 2 – Tipos de registros do diretor de redação dos jornais da N. A. Pta



Fonte: Elaborado por Ieda Borges, em fev./2009, com base nos dados levantados e descritos nesta pesquisa.

Para fins de pesquisa, foram considerados os critérios de produção local e não distribuição regional (v. Quadro 5). A análise dos dados demonstra a prevalência nos jornais impressos da região da Nova Alta Paulista, de sócios na Direção de Redação dos jornais da Nova Alta Paulista não graduados na área de comunicação.

Os índices mostram apenas 25% com registro (Mtb) da categoria diplomado. Os demais 75% estão divididos entre os registros de provisionado, precário e ainda, 14% na condição de inexistente[2].

A regulamentação desta função na legislação nacional está nos artigos 9º e 10º Decreto n.º 83.284 de 13 de março de 1979 (v. ANEXO C). Este dispositivo deu nova

[2] Mtb diplomado: prévio registro no órgão regional do Ministério do Trabalho, do jornalista com graduação na área de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo.
Mtb Provisionado: registro concedido por caráter temporário, aos jornalistas sem graduação na área. Medida suspensa por unanimidade da categoria em plenária na década de 90.
Mtb Precário: registro concedido a não graduados na área de comunicação após medida judicial da juíza Carla Abrantkoski Rister, válido até a presente data em 2009.
Fonte: v. ANEXOS C, E, F.

regulamentação ao Decreto-Lei n.º 972, de 17 de outubro de 1969 devido alterações introduzidas pela Lei n.º 6.612, de 7 de dezembro de 1978. Assim define:

> Art. 9º - Será efetuado, no Ministério do Trabalho, registro dos diretores de empresas jornalísticas que, não sendo jornalistas, respondem pelas respectivas publicações, para o que é necessário a apresentação de:
> I - prova de nacionalidade brasileira;
> II - prova de que não está denunciado ou condenado pela prática de ilícito penal;
> III - prova de registro civil ou comercial da empresa jornalística, com o inteiro teor do seu ato constitutivo;
> IV - prova de depósito do título da publicação ou da agência de notícias no órgão competente do Ministério da Indústria e do Comércio;
> V - 30 exemplares do jornal; ou 12 exemplares da revista; ou 30 recortes ou cópias de noticiário, com datas diferentes de sua divulgação.
> § 1º - Tratando-se de empresa nova, o Ministério do Trabalho efetuará registro provisório, com validade por 2 (dois) anos, tornando-se definitivo após a comprovação constante do item V deste artigo.
> § 2º - Não será admitida renovação ou prorrogação do prazo de validade do registro provisório previsto no parágrafo anterior.
> Art. 10 - Será efetuada no Ministério do Trabalho registro especial do diretor de empresa não jornalística sob cuja responsabilidade se editar publicação destinada à circulação externa ou interna, para o que se exigirá a apresentação de:
> I - prova de nacionalidade brasileira;
> II - prova de que não está denunciado ou condenado pela prática de ilícito penal;
> III - prova de depósito do título da publicação no órgão competente do Ministério da Indústria e do Comércio. (BRASIL, 1979).

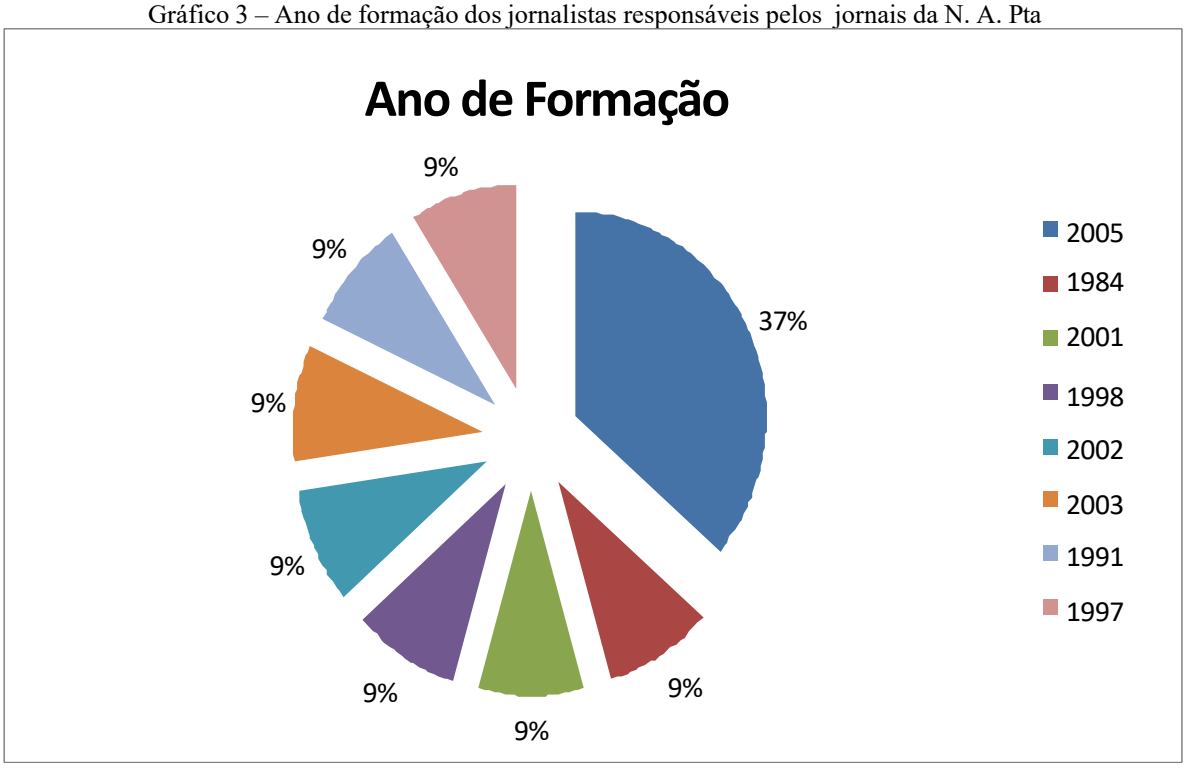
Quadro 7 - Graduação e registro profissional do jornalista responsável

PUBLICAÇÃO	CIDADE	JORNALISTA RESPONSÁVEL TIPO MTB	ANO DE FORMAÇÃO	CURSO	IES
DIARIO DO OESTE PAULISTA	ADAMANTINA	PRECARIO	-	-	-
JORNAL DA CIDADE	ADAMANTINA	PRECARIO	-	-	-
JORNAL ADAMANTINA	ADAMANTINA	PRECÁRIO	-	-	-
JORNAL IMPACTO	ADAMANTINA	DIPLOMADO	2005	C S JORNALISMO	FAI
TRIBUNA BASTENSE	BASTOS	DIPLOMADO	2005	C S JORNALISMO	FAI
JORNAL A HORA	BASTOS	DIPLOMADO	1984	C S JORNALISMO	UEL
DIARIO	DRACENA	DIPLOMADO	2005	C S JORNALISMO	FAI
JORNAL REGIONAL	DRACENA	DIPLOMADO	2001	C S JORNALISMO	UNOESTE
FOLHA REGIONAL	FLÓRIDA PAULISTA	PRECARIO	-	-	-
JORNAL DE HERCULÂNDIA	HERCULÂNDIA	DIPLOMADO	1998	C S JORNALISMO	UNIMAR

JORNAL A VOZ	IRAPURU	PROVISIONADO	-	-	-
A NOTÍCIA	JUNQUEIRÓPO-LIS	PROVISIONADO	-	-	-
O INDEPENDENTE	LUCELIA	PRECARIO	-	-	-
GAZETA REGIONAL	LUCELIA	PRECARIO	-	-	-
JORNAL O POVO	MARIAPOLIS	DIPLOMADO	2002	C S JORNALISMO	UNOESTE
NOSSO JORNAL	OSVALDO CRUZ	PRECARIO	-	-	-
JORNAL DE OSVALDO CRUZ	OSVALDO CRUZ	NENHUM	-	-	-
JORNAL CIDADE ABERTA	OSVALDO CRUZ	DIPLOMADO	2005	C S JORNALISMO	FAI
O PACAEMBUENSE	PACAEMBU	DIPLOMADO	2003	C S JORNALISMO	UNOESTE
JORNAL ULTIMA HORA	PANORAMA	DIPLOMADO	1991	C S JORNALISMO	METODISTA
O BEIRA RIO	PANORAMA	PROVISIONADO	-	-	-
JORNAL O REGIONAL	PARAPUÃ	PRECARIO	-	-	-
TRIBUNA DE PRACINHA	PRACINHA	PRECARIO	-	-	-
JORNAL DA CIDADE	QUINTANA	DIPLOMADO	1997	C S JORNALISMO	UNIMAR
DIÁRIO	TUPÃ	PROVISIONADO	-	-	-
FOLHA DO POVO	TUPÃ	PROVISIONADO	-	-	-
O SEMANÁRIO	TUPI PAULISTA	PRECARIO	-	-	-

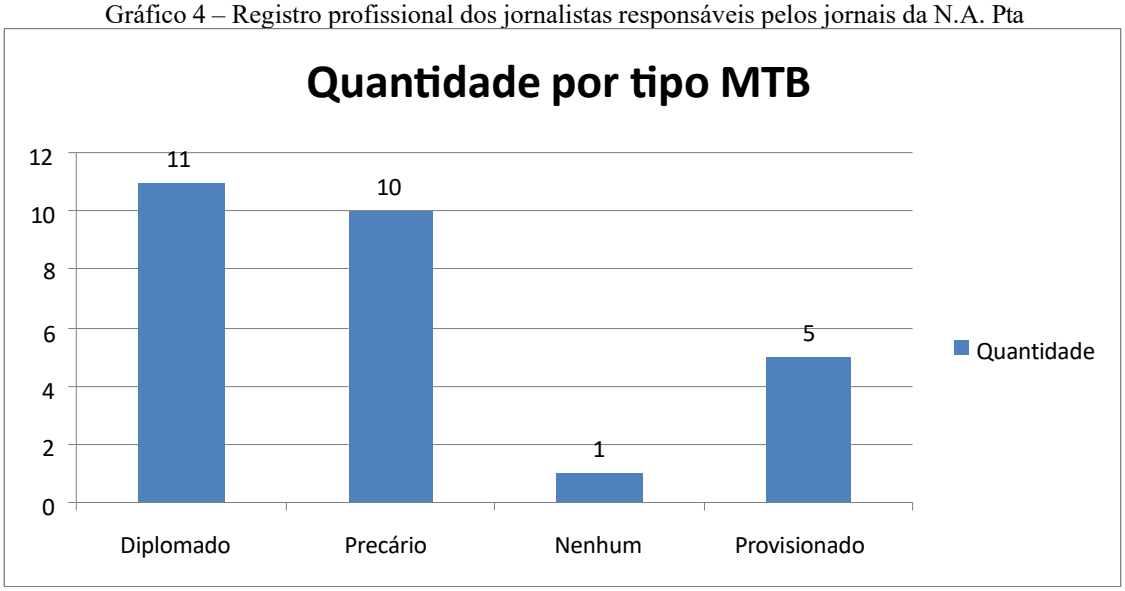
Fonte: Elaborado por Ieda Borges, em fev./2009, com base nos dados levantados e descritos nesta pesquisa.

Gráfico 3 – Ano de formação dos jornalistas responsáveis pelos jornais da N. A. Pta



Fonte: Elaborado por Ieda Borges, em fev./2009, com base nos dados levantados e descritos nesta pesquisa.

Gráfico 4 – Registro profissional dos jornalistas responsáveis pelos jornais da N.A. Pta



Fonte: Elaborado por Ieda Borges, em fev./2009, com base nos dados levantados e descritos nesta pesquisa.

Outro ponto em destaque na pesquisa é a proximidade da relação entre jornalistas diplomados responsáveis pela edição representando 39,4% e na condição de precários totalizando 35,7%.

Vale ressaltar a responsabilidade legal do profissional ao responder por todo processo produtivo da edição do jornal. Os jornalistas provisionados, neste caso, são

21,4% e ainda aponta 3,5% para as publicações em que o jornalista responsável não está em nenhuma das categorias relacionadas anteriormente.

Assim, percebe-se uma notória fragilidade na regulamentação da profissão de jornalista nas empresas jornalísticas do oeste paulista. É deficitária a permanência de graduados como profissionais que adquiriram o direito de exercer a profissão através de uma formação específica e conscientes das exigências do mercado e das organizações empresarias do segmento comunicacional.

Quadro 8 - Especificação técnica dos jornais na área da Nova Alta Paulista

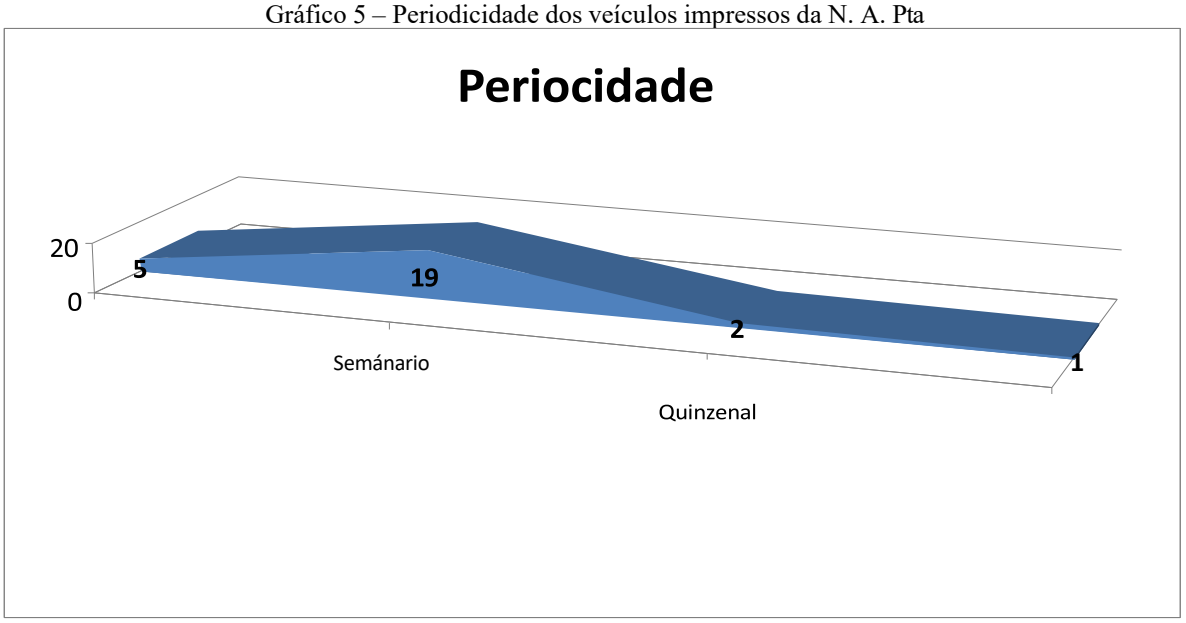
PUBLICAÇÃO	CIDADE	PERIODICIDADE	FORMATO	SISTEMA IMPRESSÃO OFF SET	TIPO PAPEL
1. DIARIO DO OESTE PAULISTA	ADAMANTINA	DIÁRIO	T ABLÓIDE GERMANICO	PRÓPRIO	JORNAL
2. JORNAL DA CIDADE	ADAMANTINA	SEMÁNARIO	T ABLÓIDE GERMANICO	TERCEIRIZADO	JORNAL
3. JORNAL IMPACTO	ADAMANTINA	SEMÁNARIO	TABLOIDE GERMANICO	TERCEIRIZADO	JORNAL
4. JORNAL ADAMANTINA	ADAMANTINA	SEMANÁRIO	TABLÓIDE GERMÂNICO	TERCEIRIZADO	JORNAL
5. TRIBUNA BASTENSE	BASTOS	SEMÁNARIO	STANDARD	TERCEIRIZADO	JORNAL
6. JORNAL A HORA	BASTOS	SEMÁNARIO	STANDARD	PRÓPRIO	JORNAL
7. DIARIO	DRACENA	DIÁRIO	TABLOIDE GERMANICO	TERCEIRIZADO	JORNAL
8. JORNAL REGIONAL	DRACENA	DIÁRIO	BERLINDER	PROPRIO	JORNAL
9. FOLHA REGIONAL	FLÓRIDA PAULISTA	SEMANÁRIO	STANDARD	TERCEIRIZADO	JORNAL
10. JORNAL DE HERCULÂNDIA	HERCULÂNDIA	SEMANÁRIO	TABLOIDE GERMANICO	TERCEIRIZADO	JORNAL
11. JORNAL A VOZ	IRAPURU	SEMANÁRIO	MICRO JORNAL (MODELO ALEMÃO)	PRÓPRIO	JORNAL
12. A NOTÍCIA	JUNQUEIRÓPOLIS	SEMANÁRIO	MICRO JORNAL (MODELO ALEMÃO)	PRÓPRIO	JORNAL
13. O INDEPENDENTE	LUCÉLIA	SEMANÁRIO	TABLOIDE	TERCEIRIZADO	JORNAL
14. GAZETA REGIONAL	LUCÉLIA	SEMANÁRIO	TABLOIDE GERMANICO	PROPRIO	JORNAL
15. JORNAL O POVO	MARIAPOLIS	QUINZENAL	STANDARD	TERCEIRIZADO	JORNAL
16. DIÁRIO DA REGIÃO	OSVALDO CRUZ	SEMANÁRIO	TABLOIDE GERMANICO	TERCEIRIZADO	JORNAL
17. JORNAL DE OSVALDO CRUZ	OSVALDO CRUZ	SEMANÁRIO	TABLOIDE GERMANICO	TERCEIRIZADO	JORNAL
18. JORNAL CIDADE ABERTA	OSVALDO CRUZ	SEMANÁRIO	TABLOIDE GERMANICO	TERCEIRIZADO	JORNAL

19. O PACAEMBUENSE	PACAEMBU	SEMANÁRIO	TABLOIDE	PROPRIO	JORNAL
20. JORNAL ULTIMA HORA	PANORAMA	SEMANÁRIO	TABLOIDE	TERCEIRIZADO	JORNAL
21. O BEIRA RIO	PANORAMA	SEMANÁRIO	MICRO JORNAL (MODELO ALEMÃO)	PRÓPRIO	JORNAL
22. JORNAL O REGIONAL	PARAPUÃ	BI-SEMANÁRIO	STANDARD	TERCEIRIZADO	JORNAL
23. TRIBUNA DE PRACINHA	PRACINHA	SEMANÁRIO	TABLOIDE GERMANICO	TERCEIRIZADO	JORNAL
24. JORNAL DA CIDADE	QUINTANA	QUINZENAL	TABLOIDE	TERCEIRIZADO	JORNAL
25. DIÁRIO	TUPÃ	DIÁRIO	STANDARD	PRÓPRIO	JORNAL
26. FOLHA DO POVO	TUPÃ	DIÁRIO	STANDARD	PRÓPRIO	JORNAL
27. O SEMANÁRIO	TUPI PAULISTA	SEMANÁRIO	TABLOIDE	PRÓPRIO	JORNAL

Fonte: Elaborado por Ieda Borges, em fev./2009, com base nos dados levantados e descritos nesta pesquisa.

Outro fato que chama atenção é o índice de 71,42% para edições com periodicidade semanal e apenas 17,85% para diárias (v. Gráfico 5). Trata-se de um critério a ser considerado quanto à credibilidade do veículo de comunicação impresso. PALMA (1994, p. 104) é enfático "a periodicidade, [...], deverá ser rigorosa. O descrédito e a conseqüente morte do jornal será o preço da não observância desse aspecto."

Gráfico 5 – Periodicidade dos veículos impressos da N. A. Pta



Fonte: Elaborado por Ieda Borges, em fev./2009, com base nos dados levantados e descritos nesta pesquisa.

A definição do dicionário de comunicação especifica o termo como o intervalo de tempo estabelecido entre as edições de uma publicação,

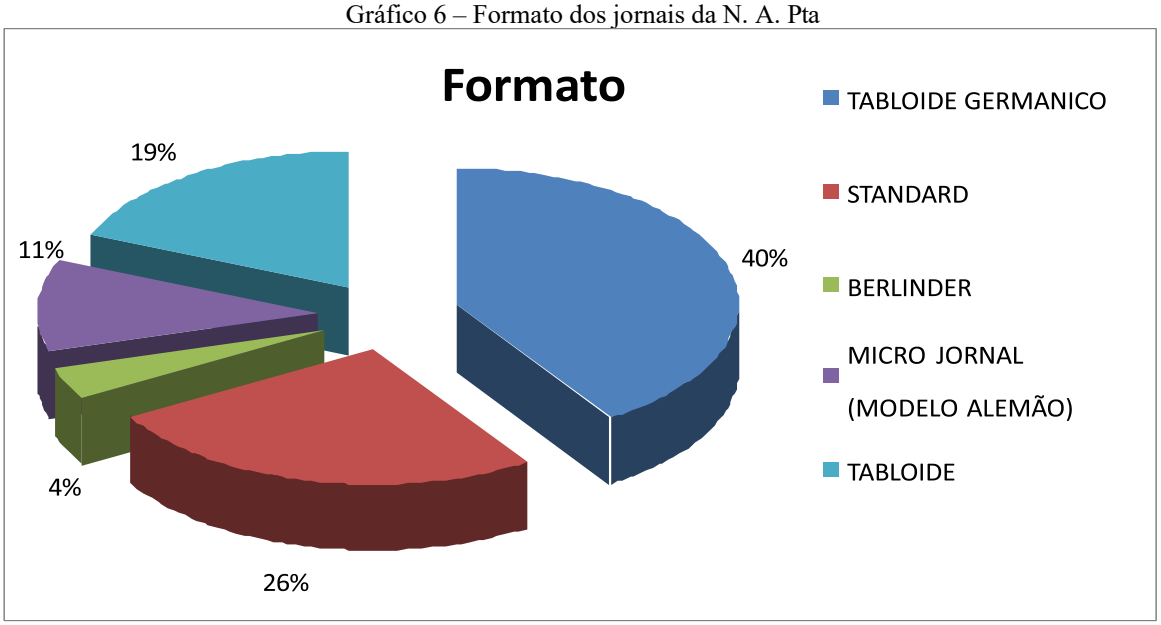
> Quando a periodicidade é regular e constante, classifica-se o veículo de acordo com ela: diário; bissemanal (duas vezes por semana); semanal (hebdomadário, semanário); quinzenal (bimensal, quinzenário); mensal (mensário); bimestral; trimestral; anual (anuário) etc. (BARBOSA; RABAÇA, 2001, p. 560).

Nenhuma publicação é capaz de manter a leitor assíduo ao periódico se não houver periodicidade rigorosa, pois a irregularidade na circulação amortece a leitura procedendo ao desinteresse por parte do receptor. O rígido cumprimento dos prazos é fator crucial para o estabelecimento da confiança junto ao público.

Pode-se justificar a opção pela periodicidade como o resultado da ausência de profissionais na área redacional - em quantidade e qualificação (v. Quadro 11 e Gráfico 7). Assim, torna-se impraticável aplicar um planejamento editorial diário no periódico.

Da mesma forma, relaciona-se com o formato definido no planejamento global da publicação. Para uma equipe reduzida e carente de profissionalização contradiz uma escolha de formato *standard*, por exemplo, sem o comprometer o conteúdo editorial. É uma realidade praticada nas redações da Nova Alta Paulista (v. Gráfico 6), com as medidas do formato tablóide germânico em destaque possibilita um número maior de inserções publicitárias em comparativo ao tablóide.

Gráfico 6 – Formato dos jornais da N. A. Pta



Fonte: Elaborado por Ieda Borges, em fev./2009, com base nos dados levantados e descritos nesta pesquisa.

As informações nos quadros seguintes: 9; 10; 11 e 12, relativas à composição da redação dos jornais regionais apontam para a presença de 36 jornalistas na função de repórter, mas apenas 10 possuem formação acadêmica superior.

E, o mais alarmante: 18 profissionais estão sem nenhum tipo de registro, sete com Mtb na condição de precário e apenas um com o registro de provisionado. E, três veículos ainda apresentam a figura do colaborador[3], como o profissional responsável pelas matérias e até mesmo o fechamento de algumas edições.

Nota-se que alguns veículos de comunicação impressa tanto da capital quanto do interior, especificamente da região em análise, a presença na redação dos **jornalistas precários** (negrito nosso). Segundo dados do SJSP, isso implica na prática de tabelas salariais inferiores aos valores estipulados através das negociações com os sindicatos patronais da área. E, ainda, significa a possibilidade da publicação de um material jornalístico sem qualidade técnica e, especialmente, sem qualquer compromisso com a ética estabelecida pela legislação da profissão.

Quadro 9 - As funções dos profissionais de comunicação nas redações

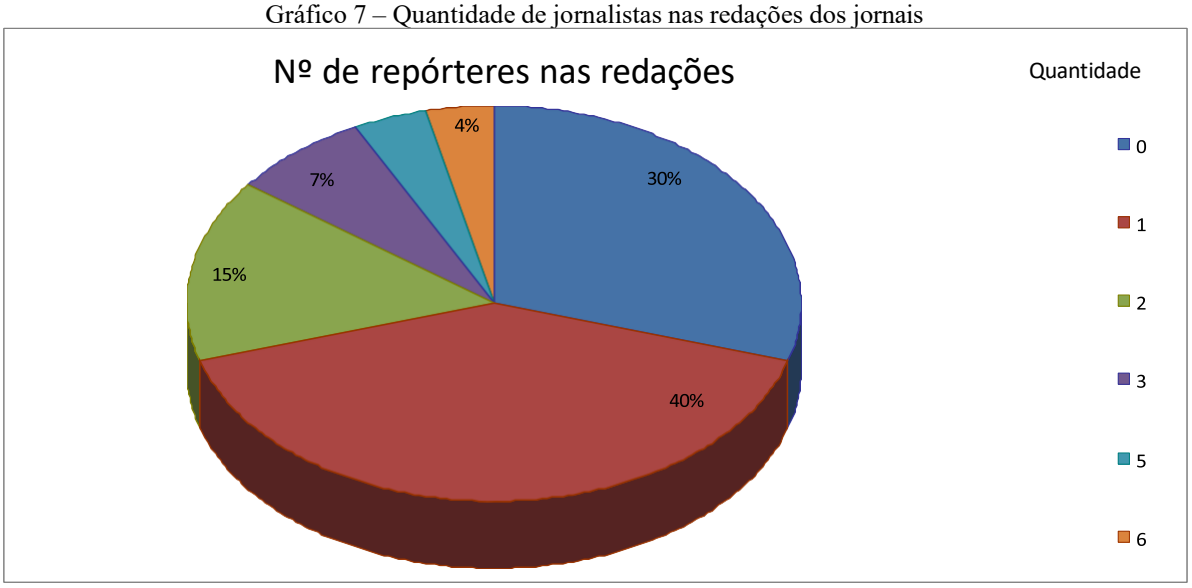
PUBLICAÇÃO	CIDADE	POSSUI REPORTERES	Nº REPORTERES	ACÚMULO DE FUNÇÃO: QUAL?
1. DIARIO DO OESTE PAULISTA	ADAMANTINA	SIM	TRES	FOTÓGRAFO
2. JORNAL DA CIDADE	ADAMANTINA	SIM	DOIS	FOTÓGRAFO
3. JORNAL IMPACTO	ADAMANTINA	SIM	DOIS	FOTÓGRAFO
4. JORNAL ADAMANTINA	ADAMANTINA	SIM	UM	FOTÓGRAFO
5. TRIBUNA BASTENSE	BASTOS	NÃO	-	-
6. JORNAL A HORA	BASTOS	SIM	UM	EDITORA, FOTÓGRAFO
7. DIARIO	DRACENA	SIM	UM	FOTÓGRAFA, MOTORISTA
8. JORNAL REGIONAL	DRACENA	SIM	CINCO	NÃO
9. FOLHA REGIONAL	FLÓRIDA PAULISTA	SIM	UM	FOTÓGRAFO, MOTORISTA
10. JORNAL DE HERCULÂNDIA	HERCULÂNDIA	SIM	UM	FOTÓGRAFO
11. JORNAL A VOZ	IRAPURU	NÃO **	-	-
12. A NOTÍCIA	JUNQUEIRÓPOLIS	NÃO **	-	-
13. O INDEPENDENTE	LUCELIA	SIM	UM	FOTÓGRAFO
14. GAZETA REGIONAL	LUCELIA	NÃO	-	-
15. JORNAL O POVO	MARIAPOLIS	NÃO	-	-
16. NOSSO JORNAL	OSVALDO CRUZ	SIM	DOIS	FOTOGRAFO
17. JORNAL DE OSVALDO CRUZ	OSVALDO CRUZ	SIM	TRES	

[3] Colaborador, em tese e pela lei, deveria ser aquele especialista – com formação acadêmica – que tem conhecimento específico sobre determinado assunto e que, sem vínculo empregatício, porém, com remuneração, escreve artigos sobre a sua área de conhecimento. (TESES, p.4)

18. JORNAL CIDADE ABERTA	OSVALDO CRUZ	SIM	UM	FOTÓGRAFO
19. O PACAEMBUENSE	PACAEMBU	SIM	UM	FOTÓGRAFO, DIAGRAMADOR
20. JORNAL ULTIMA HORA	PANORAMA	NÃO	-	-
21. O BEIRA RIO	PANORAMA	NÃO **	-	-
22. JORNAL O REGIONAL	PARAPUÃ	NÃO	-	-
23. TRIBUNA DE PRACINHA	PRACINHA	SIM	UM	FOTÓGRAFO
24. JORNAL DA CIDADE	QUINTANA	SIM	DOIS	FOTÓGRAFO
25. DIÁRIO	TUPÃ	SIM	SEIS	FOTÓGRAFO
26. FOLHA DO POVO	TUPÃ	SIM	UM	FOTÓGRAFO
27. O SEMANÁRIO	TUPI PAULISTA	SIM	UM	FOTÓGRAFO

** As redações destes veículos impressos são constituídas por Colaboradores , sem registro .
Fonte: Elaborado por Ieda Borges, em fev./2009, com base nos dados levantados e descritos nesta pesquisa.

Gráfico 7 – Quantidade de jornalistas nas redações dos jornais



Fonte: Elaborado por Ieda Borges, em fev./2009, com base nos dados levantados e descritos nesta pesquisa.

A obrigatoriedade do curso de jornalismo na formação e qualificação dos profissionais é discussão antiga, que no decreto lei 910, de 30/11/1938 no capítulo VI – disposições transitórias tratava do assunto no artigo 17:

> O governo federal, de acordo com os Governos Estaduais, promoverá a criação de escolas de preparação ao jornalismo, destinadas à formação dos profissionais da imprensa.
> Parágrafo único – criadas as escolas, de que trata este artigo, a inscrição no Registro da Profissão Jornalística só se fará, para os novos profissionais, em face dos diplomas do curso feito ou exames prestados em tais escolas. (CONGRESSO... 2008, p. 25).

Até o surgimento das empresas de comunicação nos grandes centros urbanos do país no início do século 20, o jornalismo era sempre visto como uma atividade secundária, um bico que profissionais de outras áreas exerciam com afinco, mas sem grande preocupação com a profissão.

O número de repórteres nos veículos diários regionais e a sua escassez nas demais empresas do ramo comprovam a falta de comprometimento da mídia regional para atender as necessidades das comunidades. A qualidade da informação com critérios de noticiabilidade e apuração, fatores significativos na apuração de fatos cotidianos ainda são pontos conflitantes no exercício da profissão nos veículos impressos do interior paulista.

Quadro 10: Quantidade de profissionais repórteres com registro profissional (Mtb)

PUBLICAÇÃO	CIDADE	POSSUI REGIS TRO 1	POSSUI REGIS TRO 2	POSSUI REGIS TRO 3	POSSUI REGIS TRO 4	POSSUI REGIS TRO 5	POSSUI REGIS TRO 6
DIARIO DO OESTE PAULISTA	ADAMANTINA	SIM	SIM	SIM	-	-	-
JORNAL DA CIDADE	ADAMANTINA	NÃO	NÃO	-	-	-	-
JORNAL IMPACTO	ADAMANTINA	NÃO	NÃO	-	-	-	
JORNAL ADAMANTINA	ADAMANTINA	NÃO	-	-	-	-	-
TRIBUNA BASTENSE	BASTOS	-	-	-	-	-	-
JORNAL A HORA	BASTOS	SIM	-	-	-	-	-
DIÁRIO	DRACENA	SIM	-	-	-	-	-
JORNAL REGIONAL	DRACENA	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	-
FOLHA REGIONAL	FLÓRIDA PAULISTA	NÃO	-	-	-	-	-
JORNAL DE HERCULÂNDIA	HERCULÂNDIA	NÃO	-	-	-	-	-
JORNAL A VOZ	IRAPURU	-	-	-	-	-	-
A NOTÍCIA	JUNQUEIRÓPOL IS	-	-	-	-	-	-
O INDEPENDENTE	LUCELIA	NÃO	-	-	-	-	-
GAZETA REGIONAL	LUCELIA	-	-	-	-	-	-
JORNAL O POVO	MARIAPOLIS	-	-	-	-	-	-
NOSSO JORNAL	OSVALDO CRUZ	SIM	NÃO	-	-	-	-
JORNAL DE OSVALDO CRUZ	OSVALDO CRUZ	SIM	SIM	NÃO	-	-	-
JORNAL CIDADE ABERTA	OSVALDO CRUZ	NÃO	-	-	-	-	-
O PACAEMBUENSE	PACAEMBU	NÃO	-	-	-	-	-
JORNAL ÚLTIMA	PANORAMA	-	-	-	-	-	-

HORA							
O BEIRA RIO	PANORAMA	-	-	-	-	-	-
JORNAL O REGIONAL	PARAPUÃ	-	-	-	-	-	-
TRIBUNA DE PRACINHA	PRACINHA	SIM	-	-	-	-	-
JORNAL DA CIDADE	QUINTANA	SIM	NÃO	-	-	-	-
DIÁRIO	TUPÃ	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
FOLHA DO POVO	TUPÃ	SIM	-	-	-	-	-
O SEMANÁRIO	TUPI PAULISTA	NÃO	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado por Ieda Borges, em fev./2009, com base nos dados levantados e descritos nesta pesquisa.

Quadro 11: Registro profissional (Mtb) dos repórteres nas redações

PUBLICAÇÃO	CIDADE	MTB 1	MTB 2	MTB 3	MTB 4	MTB 5	MTB 6
DIARIO DO OESTE PAULISTA	ADAMANTINA	PRECARIO	DIPLOMADO	DIPLO MADO	-	-	-
JORNAL DA CIDADE	ADAMANTINA	NENHUM	NENHUM	-	-	-	-
JORNAL IMPACTO	ADAMANTINA	NENHUM	NENHUM	-	-	-	-
JORNAL ADAMANTINA	ADAMANTINA	NENHUM		-	-	-	-
TRIBUNA BASTENSE	BASTOS	-	-	-	-	-	-
JORNAL A HORA	BASTOS	DIPLOMADO	-	-	-	-	-
DIARIO	DRACENA	DIPLOMADO	-	-	-	-	-
JORNAL REGIONAL	DRACENA	DIPLOMADO	PRECARIO	PRECARIO	PROVISIONA DO	NENHUM	NENHUM
FOLHA REGIONAL	FLÓRIDA PAULISTA	NENHUM	-	-	-	-	-
JORNAL DE HERCULÂNDIA	HERCULÂNDIA	NENHUM	-	-	-	-	-
JORNAL A VOZ	IRAPURU	-	-	-	-	-	-
A NOTÍCIA	JUNQUEIRÓ POLIS	-	-	-	-	-	-
O INDEPENDENTE	LUCÉLIA	NENHUM	-	-	-	-	-
GAZETA REGIONAL	LUCÉLIA	-	-	-	-	-	-
JORNAL O POVO	MARIAPOLIS	-	-	-	-	-	-
NOSSO JORNAL/DIÁRIO	OSVALDO CRUZ	DIPLOMADO	NENHUM	-	-	-	-
JORNAL DE OSVALDO CRUZ	OSVALDO CRUZ	PRECÁRIO	PRECÁRIO	NENHUM	-	-	-
JORNAL CIDADE ABERTA	OSVALDO CRUZ	NENHUM	-	-	-	-	-
O PACAEMBUENSE	PACAEMBU	NENHUM	-	-	-	-	-

JORNAL ULTIMA HORA	PANORAMA	-	-	-	-	-	-
O BEIRA RIO	PANORAMA	-	-	-	-	-	-
JORNAL O REGIONAL	PARAPUÃ	-	-	-	-	-	-
TRIBUNA DE PRACINHA	PRACINHA	PRECARIO	-	-	-	-	-
JORNAL DA CIDADE	QUINTANA	DIPLOMADO	NENHUM	-	-	-	-
DIÁRIO	TUPÃ	DIPLOMADO	DIPLO MADO	DIPLO MADO	NENHUM	NENHUM	NENHUM
FOLHA DO POVO	TUPÃ	PRECÁRIO	-	-	-	-	-
O SEMANÁRIO	TUPI PAULISTA	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado por Ieda Borges, em fev./2009, com base nos dados levantados e descritos nesta pesquisa.

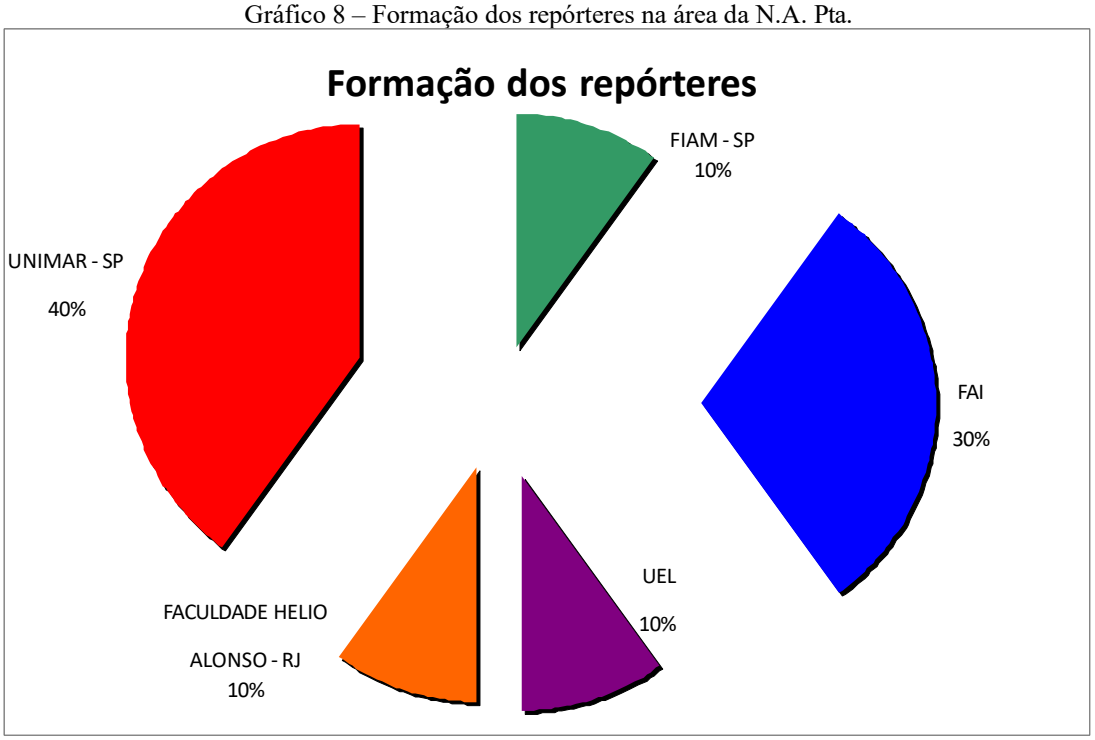
Quadro 12 - Formação acadêmica dos repórteres da Nova Alta Paulista

PUBLICAÇÃO	CIDADE	REPÓRTER 1 INSTITUIÇÃO 1	REPÓRTER 2 INSTITUIÇÃO 2	REPÓRTER 3 INSTITUIÇÃO 3
DIARIO	DRACENA	FIAM - SP	-	-
JORNAL O POVO	MARIAPOLIS	-	-	-
O INDEPENDENTE	LUCELIA	-	-	-
TRIBUNA DE PRACINHA	PRACINHA	-	-	-
NOSSO JORNAL	OSVALDO CRUZ	FAI - SP	-	-
DIÁRIO DO OESTE PAULISTA	ADAMANTINA	-	FAI - SP	FAI – SP
JORNAL DA CIDADE	ADAMANTINA	-	-	-
JORNAL IMPACTO	ADAMANTINA	-	-	-
JORNAL ADAMANTINA	ADAMANTINA	-	-	-
TRIBUNA BASTENSE	BASTOS	-	-	-
JORNAL A HORA	BASTOS	UEL - PR	-	-
JORNAL REGIONAL	DRACENA	FACULDADE HELIO ALONSO - RJ	-	-
FOLHA REGIONAL	FLÓRIDA PAULISTA	-	-	-
JORNAL DE HERCULÂNDIA	HERCULÂNDIA	-	-	-
JORNAL A VOZ	IRAPURU	-	-	-
A NOTÍCIA	JUNQUEIRÓPOLIS	-	-	-
GAZETA REGIONAL	LUCELIA	-	-	-
JORNAL DE OSVALDO CRUZ	OSVALDO CRUZ	-	-	-
JORNAL CIDADE ABERTA	OSVALDO CRUZ	-	-	-
O PACAEMBUENSE	PACAEMBU	-	-	-
JORNAL ULTIMA HORA	PANORAMA	-	-	-
O BEIRA RIO	PANORAMA	-	-	-
JORNAL O REGIONAL	PARAPUÃ	-	-	-
JORNAL DA CIDADE	QUINTANA	UNIMAR- SP	-	-

DIÁRIO	TUPÃ	UNIMAR - SP	UNIMAR - SP	UNIMAR - SP
FOLHA DO POVO	TUPÃ	-	-	-
O SEMANÁRIO	TUPI PAULISTA	-	-	

Fonte: Elaborado por Ieda Borges, em fev./2009, com base nos dados levantados e descritos nesta pesquisa.

Gráfico 8 – Formação dos repórteres na área da N.A. Pta.



Fonte: Elaborado por Ieda Borges, em fev./2009, com base nos dados levantados e descritos nesta pesquisa.

A formação dos profissionais na área da Nova Alta Paulista encontra respaldo acadêmico científico em seis IES (v. Quadro 13). Tomando-se a cidade de Adamantina, como ponto de referência da área em pesquisa, a demanda para a profissionalização aumentou nas últimas décadas.

As duas maiores universidades, situadas nas cidades sedes da Alta Paulista e Sorocabana (Unimar e Unoeste) surgiram na década de 90, as outras quatro na primeira década do século XXI, na proliferação da autorização dos cursos de graduação. Em cada processo seletivo há maior acesso às vagas oferecidas nos cursos de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo.

Segundo dados da secretaria acadêmica das Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI), a primeira turma de jornalismo em 2005, conclui com oito formandos, já os ingressos de 2009 totalizam 20, considerando que a grade curricular neste ano é unificada para os dois primeiros anos nas habilitações em Jornalismo e Publicidade e Propaganda com 58 inscritos.

Os investimentos educacionais, no entanto, ainda não refletem na profissionalização do mercado (v. Quadro 12 e Gráfico 8). As redações dos veículos impressos adotam a contratação profissionais com registro de precário e estagiários sem quaisquer tipo de regulamentação nos órgãos competentes.

As redações dos veículos diários das principais cidades da área da Nova Alta Paulista (Adamantina, Osvaldo Cruz, Dracena e Tupã) empregam os formados nas IES regionais, mas ainda com um índice muito abaixo do necessário e adequado para a profissionalização destes espaços midiáticos regionais.

Quadro 13 – Instituições de Ensino Superior nas regiões Alta Paulista e Sorocabana

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	CIDADE
ES: FAI – Faculdades Adamantinenses Integradas **Reconhecimento do curso**: CEE/GP 02/2007, Publicada no D.O.E. em 06/01/07 Início: 2001 **Coordenação do curso** – Profª. Ms Ana Luisa Antunes Dias, bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Publicidade e Propaganda e mestre em Comunicação pela Universidade de Marília Valor mensalidade – R$ 350,00	Adamantina
IES: Uniesp – União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo **Reconhecimento do curso**: * não informado pela IES (*nem site, nem via fone/email) Início: 2006 **Coordenação do curso** – Manuela Palmieri, bacharel em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo pela Unoeste. **Valor mensalidade –*** não informado pela IES (*nem site, nem via fone/email)	Presidente Prudente
IES: Unimar – Universidade de Marília **Reconhecimento do curso**: Portaria n° 1104/99, de 16/07/1999 Início: 1994 **Coordenação do curso** – Profª. Ms. Maria de Fátima Faila, bacharel em Comunicação Social - Habilitação Publicidade e Propaganda e mestrado em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo **Valor mensalidade –** R$ 704,00 ou R$ 492,80 (desconto até o vencimento da parcela)	Marília
IES: UniSALESIANO - Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Araçatuba **Reconhecimento do curso**: * não informado pela IES (informação não foi disponibilizada por contato via site, fone ou email) Início: 2009 **Coordenação do curso:** Prof. Ms. Fernando Sávio Rodrigues dos Santos, bacharel em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo e mestrado em Comunicação e Mercado pela Casper Libero. Valor mensalidade: R$ 427,20	Araçatuba
IES: Unoeste – Universidade do Oeste Paulista **Reconhecimento do curso**: Portaria MEC: 552/99 - Publicação DOU 23/3/1999 - Renovação de Reconhecimento: 4237/04 - 23/12/2004 Início: 1995 **Coordenação do curso** – Prof. Ms. Munir Jorge Felício – bacharel em Direito e Filosofia, mestre em Educação. **Valor mensalidade –** R$ 675,00 ou R$ 398,00 (desconto até dia 06 de cada mês)	Presidente Prudente
IES: UniToledo - Centro Universitário Toledo **Reconhecimento do curso**: Portaria Ministerial nº 3.750 de 16/11/2004 - Publicado no Diário Oficial da União de 17/11/2004 Início: 2001 **Coordenação do curso** - Profª. Ms. Karenine Miracelly Rocha da Cunha - bacharel em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo e mestre em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), de Bauru. Valor mensalidade – R$ 420,00	Araçatuba

Fonte: Elaborado por Ieda Borges, em fev./2009, com base em dados levantados e descritos nesta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos principais intuitos desta pesquisa era entender como a mídia interiorana paulista, na área urbana da Nova Alta Paulista mantém sua estrutura empresarial/jornalística e tentar resgatar o perfil dos profissionais envolvidos no processo comunicação nestas localidades.

Pode-se constatar com os resultados obtidos no levantamento dos dados algumas similaridades demonstradas na mídia impressa da área da Nova Alta Paulista. Basicamente, passaram pelas mesmas mudanças macroestruturais, tais como local para instalação, aquisição de maquinário adequado, apresentando apenas ligeiras variações entre uma e outra, e principalmente quanto à sua constituição jurídica, tem na direção editorial profissionais com formação acadêmica superior distintas da área de comunicação social. É um fator preponderante para a valorização do o aspecto meramente empresarial destas empresas midiáticas.

Houve um crescimento e evolução das publicações nos últimos 10 anos, com a possibilidade de impressão no sistema *off set,* disponíveis em algumas gráficas da região. É notável a mudança no estilo com a readequação das publicações para adaptar-se à correria da vida moderna. A maioria optou por alterações infográficas quanto ao formato e a editoração das publicações regionais para atrair seus leitores. Observa-se que os jornais buscaram promover investimentos, assimilando características e tecnologias adotadas nos grandes veículos jornalísticos do país.

As melhorias verificadas na mídia impressa regional diante dos investimentos no processo de produção possibilitaram presença marcante no mercado. Nota-se o número significativo de edições com periodicidade de semanário, mais especificamente nas cidades pequenas e médias, com a particularidade de serem impressos nas gráficas dos centros regionais.

É uma tendência a terceirização do sistema de impressão para redução de custos. A necessidade de se possuir uma gráfica para se fazer um jornal extinguiu-se, bem como a proximidade física à redação, o que prevalece é a oferta de mercado: preço.

Percebe-se neste estudo, que o surgimento dos veículos impressos no interior paulista tem uma faceta peculiar, estar acompanhada de iniciativas pessoais e, geralmente, repletas de idealismo. Posteriormente, no entanto, observa-se que a estrutura organizacional e de divisão das atividades exige dos administradores outros níveis de

responsabilidade no gerenciamento da atividade comercial. Em alguns casos, os periódicos regionais dedicam mais de 50% de seu espaço para anúncios.

Um agravante é a precarização do mercado jornalístico regional. Há um processo de profissionalização, mas com um contraponto entre o número de instituições de ensino superior com graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo na região, em relação ao número de jornalistas diplomados contratados nas redações dos veículos impressos na Nova Alta Paulista.

Fica evidente como a constituição da direção da área de jornalismo e da editoria, por um significativo número de profissionais provisionados e precários facilita o comprometimento de uma linha editorial mais próxima de uma imparcialidade e neutralidade diante de situações sócias, políticas e econômicas. Como os jornais não dispõem de recursos financeiros para uma conduta editorial livre e independente, a serviço dos seus leitores, esta acaba sendo comprometida, a favor ou contra, com o grupo que detém o mando político da cidade na busca do custeio de suas despesas.

O resultado da ausência de profissionalização é um quadro comum de apoio dos órgãos públicos, especialmente os municipais, um aliado na produção de matérias prontas, com uso abusivo de releases publicados na íntegra. As assessorias de imprensa e/ou comunicação facilitam a escassez de mão-de-obra especializada, suprindo a carência de profissionais, mas contribuindo para o atrelamento do conteúdo editorial aos interesses de grupos políticos. Alia-se à questão, o pagamento fixo mensal ao dono do jornal de verbas para a publicação dos atos oficiais, permitindo assim a sobrevivência do jornal diante dos custos operacionais e ausência de uma carteira de anunciantes fixa e crescente.

Em contrapartida, diante a precariedade das redações quanto ao número de jornalistas diplomados e a ausência de uma estrutura adequada, a cobertura jornalística da área urbana destas localidades fica comprometida e desprovida de um serviço que atenda suas necessidades.

Nas pesquisas realizadas junto aos veículos impressos constatou-se um vasto material para análises de novos trabalhos acadêmicos, neste território ainda tão pouco explorado: mídia interiorana paulista. E, propõe-se a uma pesquisa mais aprofundada e ampla, para uma etapa acadêmica posterior, mantendo-se a temática da comunicação regional no Estado de São Paulo. Seja este apenas o primeiro passo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN - WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora. **Eles mudaram a imprensa**: depoimentos ao CPDOC. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica:** história da imprensa brasileira. São Paulo, Livraria Martins Editôra: 1967.

_____**Jornal, história e técnica:** história da imprensa brasileira. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.1v.

_____**Jornal, história e técnica**: as técnicas do jornalismo. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990. 2v.

BARBOSA, Gustavo; RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de comunicação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1900 – 2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina: FAI/Cátedra UNESCO Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, OMINIA, 2006a.

_____ **Comunicação popular e região no Brasil**. In: Anuário UNESCO/Metodista de Comunicação Regional, ano 10, n 10, 2006b, p. 73-80.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996, apud SOUSA, Cidoval Moraes de. (org.). **Televisão regional, globalização e cidadania**. 1 ed. Rio de Janeiro: Sotese, 2006.

BOLSA de Arrendamento. **Região, Nova Alta Paulista.jpg**. 2007. Largura: 300 pixels. Altura: 238 pixels. 15k. Formato JPGE. Disponível em: <www.bolsadearrendamento.com.br/wbolsas/sp_nov...>. Acesso em: 25 nov. 2007

BRASIL, **Decreto n.º 83.284** de 13 de março de 1979
Disponível em: <http://www.ojornalista.com.br/decretos2.as>. Acesso em 10 nov.2007.

BRETON, Philippe. **A manipulação da palavra.** São Paulo: Loyola, 1999.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa.** São Paulo: Companhia das Letras. 2000. CAMPOS, Pedro Celso**. História do jornalismo.** Coluna Radar**.** Disponível em <http://www.ecibernetico.com.br/colunaradar/Pesquisa/historia_capitulo1.htm>. Acesso em: 10 out. 2007.

CAMPONEZ, Carlos**. Jornalismo de proximidade:** rituais de comunicação na imprensa regional. Portugal: Imprensa de Coimbra Ltda, 2002.

COLLARO, Antonio Celso. **Planejamento gráfico**: teoria e prática da diagramação. 4. ed. São Paulo: Summus, 1985.

CONGRESSO ESTADUAL DOS JORNALISTAS DE SÃO PAULO, 12., 2008, São José do Rio Preto. **Teses**... São José do Rio Preto, Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, 2008. p. 25.

DORNELLES, Beatriz.(org.) **Mídia, imprensa e as novas tecnologias**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

_____. **Jornalismo "Comunitário" em cidades do interior** – uma radiografia das empresas jornalísticas: administração, comercialização, edição e opinião dos leitores. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2004.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005.

FADUL, Anamaria; GOBBY, Maria Cristina. **Mídia e região na era digital:** diversidade cultural, convergência midiática. São Paulo: Arte & Ciência, 2006.

FERREIRA, Jociene Carla Bianchini. A relação do jornalista polivalente e especializado no contexto interiorano do estado de São Paulo**.** In: **REGIOCOM - UNESCOM - Congresso Multidisciplinar de Comunicação para o Desenvolvimento Regional**. São Bernardo do Campo - SP . Brasil - 9 a 11 de outubro de 2006 - Universidade Metodista de São Paulo.

FOLHA DE S. PAULO. "Juíza suspende diploma obrigatório". **Observatório da Imprensa**. Campinas, 15 jan. 2003. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp150120032.htm>. Acesso em 15 Mar. 2007.

GEGAUF, Stefanie Wirth; ALVARENGA, José. **Osvaldo Cruz:** Achegas Históricas. Osvaldo Cruz. Osvaldo Cruz, 1994.

GIL**,** Izabel Castanha. **Nova Alta Paulista, 1930 – 2006:** entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao político de desenvolvimento regional. 2007. 411 p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

_____AMNAP: gênese, representação política e inserção no desenvolvimento regional. **Omnia**/Faculdades Adamantinenses Integradas. 2006/2007, v.9/10, n 1. Edições Omnia: Adamantina.

GUERRERO, Acácio Rocha P. **Mídia e Poder**: um estudo de caso sobre a imprensa de Adamantina, SP. 2005. 90 p. Monografia (Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo) - Faculdades Adamantinenses Integradas, Adamantina, 2005.

GURGEL, Eduardo Amaral. **O Jornalismo Opinativo nos jornais impressos e diários da região da Nova Alta Paulista**: um estudo de caso. 2007. 126 p. Monografia (Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo) - Faculdades Adamantinenses Integradas, Adamantina, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População recenseada e estimada, segundo os municípios - São Paulo,** 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>. Acesso em: 10 nov. 2007.

JOSGRILBERG, Fábio B. **Cotidiano e invenção**: os espaços de Michel de Certeau. São Paulo: Escrituras Editora, 2005

LAGO, Claudia; BENETTI, Márcia Lago. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

LOPES, Maria. Immacolata. Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**. 8 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARINI, Wilson. Dez tendências do jornalismo regional**. Observatório da Imprensa**. Campinas, 20 de jan 1998. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/id200198h.htm>. Acesso em: 26 jan. 2007.

MARINHO, Pedro. **A pesquisa em ciências humanas**. Petrópolis: Vozes, 1980 apud MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARQUES DE MELO, José. QUEIROZ, Adolpho. **Identidade da imprensa brasileira no final do século.** S. B. do Campo: Unesco/Umesp, 1998.

_____. Prefácio. In: **Jornalismo "Comunitário" em cidades do interior** – uma radiografia das empresas jornalísticas: administração, comercialização, edição e opinião dos leitores. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2004. p.9 – 12.

_____; SOUSA; Cidoval Morais de; GOBBI, Maria Cristina. **Regionalização midiática**: estudos sobre comunicação e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: Sotese, 2006.

_____. **Jornalismo, forma e conteúdo**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2009.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA Tânia Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

PERLI, Fernando. Caminhos verticais e colonização da Zona da Alta Paulista**. Omnia**/Faculdades Adamantinenses Integradas. 2006/2007, v.9/10, n 1. Edições Omnia: Adamantina.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**/Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social; Universidade Metodista de São Paulo. N. 43 (1º sem/2005). São Bernardo do Campo: Umesp.

_____. Mídia local, uma mídia de proximidade. **Veredas**/Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação; Universidade de Marília. N. 02 (nov. 2003). Marília: Unimar.

PINTO, Virgilio.Noya. **Comunicação e Cultura Brasileira**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1989.

POZENATO, Kenia Maria Menegotto; GIRON, Loraine Slomp. **100 anos de imprensa regional:** 1897 – 1997. Caxias do Sul, RS: Educs, 2004.

QUEIROZ, Adolpho; OLIVEIRA, Dennis de (org.). **Jornais centenários de São Paulo**. Editora Degaspari: Piracicaba, 2002.

RISTER, Carla. Diploma em xeque**. Observatório da Imprensa**. Campinas, 15 jan. 2003. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp150120032.htm>. Acesso em: 15 mar. 2007.

ROMANCINI, Richard. **História e jornalismo**: reflexões sobre campos de pesquisa. In: LAGO, C.; BENETTI, M. L. Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 23 – 47.

SCAVASSA, Dalton. **Alta Paulista - Mapa.png**. jun. 2006. June, 06 2006. Largura: 800 pixels. Altura: 544 pixels. 275 KB. Formato image/png. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:AltaPaulista-Mapa.png>. Acesso em: 27 nov. 2007.

SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Anuário estatístico do Estado de São Paulo**, 2003. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/anuario/2003/car/car2003_02.xls>. Acesso em: 20 nov. 2007.

. **Perfil Regional – região administrativa de Presidente Prudente.** Foco, julh. 2007, p.2, no 1. Disponível em: <http://www.emprego.sp.gov.br/outros/caravana_trabalho/boletim_presidenteprudente.pdf >. Acesso em: 12 mar.2007.

_____. Perfil Regional – região administrativa de Marília. jul. 2008. Disponível em: <http://www.planejamento.sp.gov.br/ASS_REG/textos8/Marilia.pdf >. Acesso em: 18 abr. 2008.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SJSP. Como tirar o registro profissional(Mtb), profissional diplomado. **Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo**. São Paulo, 11 dez. 2005. Disponível em: <http://www.jornalistasp.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=400&Itemid =120 >. Acesso em: 10 dez.2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Cidoval Morais de. (org.). **Televisão regional, globalização e cidadania**. Rio de Janeiro: Sotese, 2006.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são vol. 1. Florianópolis: Insular, 2004.

_____. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. 2 ed. Florianópolis: Insular: 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO: DELINEAMENTO DA MÍDIA IMPRESSA – NOVA ALTA PAULISTA

NÚMERO:
NOME DO ENTREVISTADO:
DATA:
HORA:

DO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO:
– NOME DO VEÍCULO:
RAZÃO SOCIAL:
NOME FANTASIA:

– CIDADE:

- DATA DE FUNDAÇÃO:
EM CASO DE FUSÃO COM OUTRA EMPRESA:
DATA:
NOME DA ANTIGA PUBLICAÇÃO:
– LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL DA EMPRESA JORNALÍSTICA:
( ) CASA ( ) SALA COMERCIAL ( ) PRÉDIO ( ) OUTRO? QUAL?

– A CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA JORNALÍSTICA É COMPOSTA POR SÓCIOS? ( ) SIM
( ) NÃO

RESPONDER AS QUESTÕES 6 A 8 APENAS SE A RESPOSTA CINCO FOR AFIRMATIVA:

– EM CASO AFIRMATIVO NA RESPOSTA 5, QUANTOS?

– A DIREÇÃO DA EMPRESA JORNALISTÍCA É REALIZADA POR TODOS OS SÓCIOS IGUALMENTE?
( ) SIM ( ) NÃO
– A DIREÇÃO DA ÁREA DE JORNALISMO É DE RESPONSABILIDADE DE QUANTOS SÓCIOS?.....

DO PROPRIETÁRIO:

EM CASO, DA RESPOSTA DA PERGUNTA 5, NO MÓDULO VEICULO DE COMUNICAÇÃO FOR AFIRMATIVA, PREENCHER UM QUESTIONÁRIO PARA CADA PROPRIETÁRIO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE JORNALISMO.

- NOME:

- IDADE:

– GRAU DE ESCOLARIDADE:

( ) ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

( ) ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO ( )ENSINO MÉDIO COMPETO

( ) ENSINO MÉDIO INCOMPLETO ( ) SUPERIOR INCOMPLETO

( ) SUPERIOR COMPLETO? QUAL?.....

( ) PÓS-GRADUAÇÃO COMPLETA? QUAL?..... ( ) PÓS-GRADUAÇÃO INCOMPLETA

- POSSUI REGISTRO NO MINISTERIO DO TRABALHO (MTB) COMO JORNALISTA?

( ) SIM ( ) NÃO

- SE, A RESPOSTA ANTERIOR FOR SIM, O MTB É :

( ) PROVISIONADO ( ) DIPLOMADO ( ) PRECÁRIO

DA PUBLICAÇÃO:

– PERIODICIDADE DA EDIÇÃO:

( ) SEMANÁRIO ( ) BI SEMANÁRIO ( ) TRI SEMANÁRIO ( ) DIÁRIO ( ) OUTRO? QUAL .....

– FORMATO DA PUBLICAÇÃO:

( ) TABLOIDE ( ) TABLOIDE GERMÂNICO ( ) STANDARD ( ) OFÍCIO ( ) OUTRO? QUAL?

– TIPO DE PAPEL:

( ) JORNAL ( ) SULFITE ( ) COUCHÊ ( ) OUTRO? QUAL: .....

– QUANTAS PÁGINAS?

( ) 4 ( ) 8 ( ) 12 ( ) 16 ( ) 20 ( ) 24 ( ) 28 ( ) OUTRA? QUAL: .....

– POSSUI COLUNAS E/OU EDITORIAS FIXAS? ( ) SIM ( ) NÃO

EM CASO ADIRMATIVO, QUAIS:

( ) EDITORIAL ( ) ARTIGOS ( ) POLÍTICA ( ) POLÍCIA ( ) ENTRETENIMENTO ( ) CIDADE/LOCAL ( ) SAÚDE ( ) SOCIAL ( ) ESPORTE ( ) EDUCAÇÃO ( ) OUTRA (S), QUAL (IS) :

.....

- A EDIÇÃO APRESENTA-SE EM MONOCROMIA OU POLICROMIA?

( ) PRETO & BRANCO ( ) PRETO + 1 COR ( ) COLORIDO? QUAIS PÁGINAS: .....

– SISTEMA DE IMPRESSÃO:
( ) PRÓPRIO? QUAL: ..... ( ) TERCERIZADO? ONDE:.....
QUAL SISTEMA? .....

– HÁ JORNALISTA RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO? ( ) SIM ( ) NÃO
RESPONDER AS PERGUNTAS SEGUINTES, APENAS EM CASO AFIRMATIVO NA RESPOSTA 8: 9 - POSSUI REGISTRO DE JORNALISTA (MTB):
( ) PROVISORIO ( ) DIPLOMADO ( ) PRECARIO NO CASO DOS DIPLOMADOS:
FORMADO EM QUE ANO?.....
FORMADO EM QUAL CURSO DE ENSINO SUPERIOR? ..... EM QUAL INSTITUIÇÃO DE ENSINO? .....

– EXERCE FUNÇÃO NA EMPRESA? ( ) SIM ( ) NÃO

NO CASO AFIRMATIVO:

– EM QUAL ÁREA? ( ) ADMINISTRAÇÃO ( ) REDAÇÃO
( ) OUTRA. QUAL? .....

DA REDAÇÃO:
– QUANTOS PROFISSIONAIS PARTICIPAM DA EQUIPE DE REDAÇÃO?.....
– POSSUI EDITOR? ( ) SIM ( ) NÃO
ACUMULA FUNÇÃO JORNALISTICA?
QUAL?.....
EM CASO AFIRMATIVO:
POSSUI REGISTRO DE JORNALISTA (MTB):
( ) PROVISORIO ( ) DIPLOMADO ( ) PRECARIO NO CASO DOS DIPLOMADOS:
FORMADO EM QUE ANO?.....
FORMADO EM QUAL CURSO DE ENSINO SUPERIOR? ..... EM QUAL INSTITUIÇÃO DE ENSINO? .....

– POSSUI CHEFE DE REPORTAGEM? ( ) SIM ( ) NÃO
ACUMULA FUNÇÃO JORNALISTICA?
QUAL?..... EM CASO AFIRMATIVO:
POSSUI REGISTRO DE JORNALISTA (MTB):
( ) PROVISORIO ( ) DIPLOMADO ( ) PRECARIO NO CASO DOS DIPLOMADOS:
FORMADO EM QUE ANO?.....
FORMADO EM QUAL CURSO DE ENSINO SUPERIOR? .....

EM QUAL INSTITUIÇÃO DE ENSINO? .....

– POSSUI REPORTERES? ( ) SIM ( ) NÃO
ACUMULA FUNÇÃO JORNALISTICA?
QUAL?.....
EM CASO AFIRMATIVO:
QUANTOS? .....
POSSUI REGISTRO DE JORNALISTA (MTB):
( ) PROVISORIO ( ) DIPLOMADO ( ) PRECARIO NO CASO DOS DIPLOMADOS:
FORMADO EM QUE ANO?.....
FORMADO EM QUAL INSTITUIÇÃO DE ENSINO? .....

– POSSUI FOTÓGRAFO? ( ) SIM ( ) NÃO
ACUMULA FUNÇÃO JORNALISTICA?
QUAL?.....
EM CASO AFIRMATIVO:
QUANTOS? .....
POSSUI REGISTRO DE JORNALISTA (MTB):
( ) PROVISORIO ( ) DIPLOMADO ( ) PRECARIO NO CASO DOS DIPLOMADOS:
FORMADO EM QUE ANO?.....
FORMADO EM QUAL CURSO DE ENSINO SUPERIOR? .....
EM QUAL INSTITUIÇÃO DE ENSINO? .....

– POSSUI VEÍCULO PARA REDAÇÃO:
( ) SIM ( ) NÃO
EM CASO AFIRMATIVO:
QUEM REALIZA A FUNÇÃO DE MOTORISTA?
( ) UM FUNCIONARIO CONTRATADO ( ) REPORTER ( ) OUTRO? QUEM?
.....

ANEXOS

ANEXO A - ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO 2003

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: DIVISÃO, POSIÇÃO E EXTENSÃO

2 - Quadro Político-Administrativo e Judiciário, por Unidades Componentes

Regiões Administrativas e
Regiões de Governo
2003

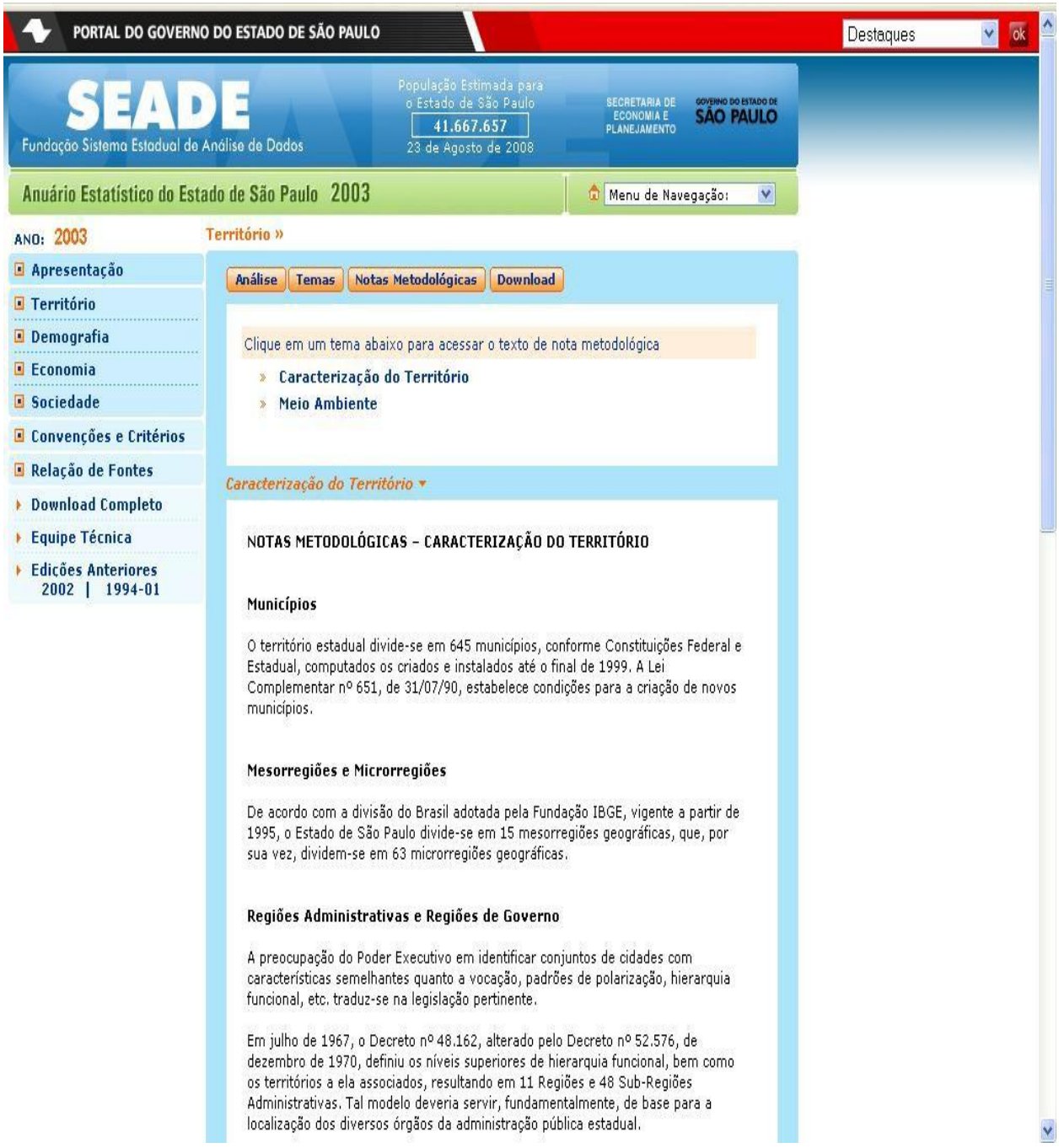
Regiões Administrativas e Regiões de Governo	Municípios	Comarcas
ESTADO DE SÃO PAULO	645	225
Região Metropolitana de São Paulo	39	20
RA de Registro	14	8
RG de Registro	14	8
Região Metropolitana da Baixada Santista (RA de Santos)	9	6
RA de São José dos Campos	39	24
RG de Caraguatatuba	4	3
RG de Cruzeiro	8	4
RG de Guaratinguetá	9	5
RG de São José dos Campos	8	6
RG de Taubaté	10	6
RA de Sorocaba	79	29
RG de Avaré	17	6
RG de Botucatu	13	5
RG de Itapetininga	13	5
RG de Itapeva	18	5
RG de Sorocaba	18	8
RA de Campinas	90	40
RG de Bragança Paulista	16	6
RG de Campinas	22	11
RG de Jundiaí	9	4
RG de Limeira	8	5
RG de Piracicaba	11	3
RG de Rio Claro	8	2
RG de São João da Boa Vista	16	9
Região Metropolitana de Campinas (1)	19	11

RA de Ribeirão Preto	25	13
RG de Ribeirao Preto	25	13
RA de Bauru	39	18
RG de Bauru	19	8
RG de Jaú	10	5
RG de Lins	10	5
RA de São José do Rio Preto	96	28
RG de Catanduva	16	5
RG de Fernandópolis	12	3
RG de Jales	22	4
RG de São José do Rio Preto	31	10
RG de Votuporanga	15	6
RA de Araçatuba	43	13
RG de Andradina	12	3
RG de Araçatuba	31	10
RA de Presidente Prudente	53	17
RG de Adamantina	12	4
RG de Dracena	10	3
RG de Presidente Prudente	31	10
RA de Marília	51	18
RG de Assis	13	4
RG de Marília	14	6
RG de Ourinhos	12	3
RG de Tupã	12	5
RA Central	26	11
RG de Araraquara	19	6
RG de São Carlos	7	5
RA de Barretos	19	8
RG de Barretos	19	8
RA de Franca	23	10
RG de Franca	17	7
RG de São Joaquim da Barra	6	3

Fonte: Decreto Estadual nº 26.581, de 05/01/87, que compatibiliza as Regiões Administrativas com as Regiões de Governo, criadas pelo Decreto nº 22.970, de 29/11/84; Decreto nº 32.141, de 14/08/90, que altera o inciso VI, do artigo 4º, do Decreto nº 26.581, de 05/01/87; Lei nº 6.207, de 26/10/88; Lei nº 6.645, de 09/01/90; Lei nº 7.664, de 30/12/91; Lei nº 8.550, de 30/12/93; Lei nº 9.330, de 27/12/95; e Lei Complementar nº 870, de 19/06/00, que dispõem sobre alterações no Quadro Territorial-Administrativo do Estado; Decreto-Lei nº 158, de 28/10/69, com alterações posteriores, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Estado; Fundação Seade.

(1) Os dados da Região Metropolitana de Campinas não foram computados no total do Estado, porque já foram considerados em suas respectivas Regiões de Governo (ver Notas Metodológicas do capítulo Caracterização do Território).

ANEXO B - SEADE - NOTAS METODOLÓGICAS – CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO



O Decreto nº 22.970, de 29/11/84, criou as 42 Regiões de Governo, visando, entre outros objetivos, novo padrão de organização espacial para a administração pública estadual. Com isso, passaram a conviver os dois modelos - 11 Regiões Administrativas e 42 Regiões de Governo -, até que, em janeiro de 1987, o Decreto nº 26.581 compatibilizou as duas estruturas, acertando os contornos das Regiões Administrativas e de Governo, de modo que o conjunto destas últimas passasse a corresponder de forma perfeita aos limites das primeiras.

A Lei nº 6.207, de 26 de outubro de 1988, criou a Região Administrativa de Franca. O Decreto nº 32.141, de 14 de agosto de 1990, alterou a redação do inciso VI do artigo 4º, do Decreto no 26.581, de 05/01/87, relativo à Região Administrativa de Ribeirão Preto, e incorporou a esse artigo os incisos XII, XIII e XIV, correspondentes às Regiões Administrativas Central, Barretos e Franca, respectivamente.

Regiões Metropolitanas

De acordo com o artigo 153 da Constituição Estadual, considera-se região metropolitana "o agrupamento de Municípios limítrofes que assuma destacada expressão nacional, em razão de elevada densidade demográfica, significativa conurbação e funções urbanas e regionais com alto grau de diversidade, especialização e integração socioeconômica, exigindo planejamento integrado e ação conjunta permanente dos entes públicos nela atuantes".

Com a criação da Região Metropolitana da Baixada Santista, pela Lei Complementar nº 815, de 30 de julho de 1996, a divisão político-administrativa do Estado passou a compor-se de duas regiões metropolitanas, 14 regiões administrativas e 42 regiões de governo. O recorte espacial da Região Metropolitana da Baixada Santista é coincidente com a Região Administrativa de Santos e com a Região de Governo de Santos.

A Lei Complementar nº 870, de 19 de junho de 2000, criou a Região Metropolitana de Campinas como unidade regional do Estado de São Paulo, constituída pelo agrupamento de 19 municípios: 18 pertencentes à Região de Governo de Campinas e um pertencente à Região de Governo de Jundiaí. Não existindo, posteriormente, nenhum instrumento legal que compatibilizasse a nova região metropolitana com a divisão regional em Regiões de Governo, as duas estruturas de divisão regional sobrepõem-se e passam a conviver.

Este Anuário apresenta as informações agregadas segundo 13 regiões administrativas (exclusive a Região Administrativa de Santos), 41 regiões de governo (exclusive a Região de Governo de Santos) e as três regiões metropolitanas, com eventuais desagregações por município e totalizações para o Estado e Interior. Os municípios da Região Metropolitana de Campinas foram considerados em suas respectivas Regiões de Governo, não havendo dupla contagem nas totalizações do Estado.

Divisões Regionais das Secretarias

As Tabelas e Mapas deste capítulo apresentam as diferentes formas de agregação dos municípios, das Secretarias de Estado da Segurança Pública, Fazenda, Agricultura e Abastecimento, Educação, Saúde e de Recursos Hídricos, que correspondem, respectivamente, aos Departamentos de Polícia Judiciária e às Delegacias Seccionais de Polícia; às Delegacias Regionais Tributárias (DRT); aos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR); às Diretorias de Ensino (DE); às Direções Regionais de Saúde (DIR); e às Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHIs).

ANEXO C - REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE JORNALISTA

Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1.979

Dá nova regulamentação ao Decreto-Lei n.º 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, em decorrência das alterações introduzidas pela Lei n.º 6.612, de 7 de dezembro de 1978.

Art. 1º - É livre, em todo território nacional, o exercício da profissão de jornalista, aos que satisfizerem as condições estabelecidas neste Decreto.

Art. 2º - A profissão de jornalista compreende, privativamente, o exercício habitual e remunerado de qualquer das seguintes atividades:I ; redação, condensação, titulação, interpretação, correção ou coordenação de matéria a ser divulgada, contenha ou não comentário;II; comentário ou crônica, por meio de quaisquer veículos de comunicação;III ; entrevista, inquérito ou reportagem, escrita ou falada;IV ; planejamento, organização, direção e eventual execução de serviços técnicos de jornalismo, como os de arquivo, ilustração ou distribuição gráfica de matéria a ser divulgada;V ; planejamento, organização e administração técnica dos serviços de que trata o item I;VI ; ensino de técnicas de jornalismo;VII ; coleta de notícias ou informações e seu preparo para divulgação;VIII ; revisão de originais de matéria jornalística, com vistas à correção redacional e à adequação da linguagem;IX ; organização e conservação de arquivo jornalístico e pesquisa dos respectivos dados para elaboração de notícias;X ; execução da distribuição gráfica de texto, fotografia ou ilustração de caráter jornalístico, para fins de divulgação;XI ; execução de desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico, para fins de divulgação.

Art. 3º - Considera-se empresa jornalística, para os efeitos deste decreto, aquela que tenha como atividade a edição de jornal ou revista, ou a distribuição de noticiário, com funcionamento efetivo, idoneidade financeira e:

§ 1º - Equipara-se à empresa jornalística a seção ou serviço de empresa de radiodifusão, televisão ou divulgação cinematográfica, ou de agências de publicidade ou de notícias, onde sejam exercidas as atividades previstas no art. 2º.

§ 2º - A entidade pública ou privada não jornalística sob cuja responsabilidade se editar publicação destinada à circulação externa está obrigada ao cumprimento deste decreto, relativamente, aos jornalistas que contratar.

Art. 4º - O exercício da profissão de jornalista requer prévio registro no órgão regional do Ministério do Trabalho, que se fará mediante a apresentação de:I ; prova de nacionalidade brasileira;II prova de que não está denunciado ou condenado pela prática de

ilícito penal; - V. Lei n.º 6.868, de 3 de dezembro de 1980, que aboliu a exigência de atestado de bons antecedentes (D.O. 4/12/1980).III ; diploma de curso de nível superior de jornalismo ou de comunicação social, habilitação jornalismo, fornecido por estabelecimento de ensino reconhecido na forma da lei, para as funções relacionadas nos itens I a VII do art. 11;IV ; Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo único - Aos profissionais registrados exclusivamente para o exercício das funções relacionadas nos itens VIII e XI do art. 2º, é vedado o exercício das funções constantes dos itens I a VII do mesmo artigo.

Art. 5º - O Ministério do Trabalho concederá, desde que satisfeitas as exigências constantes deste decreto, registro especial ao:I ; colaborador, assim entendido aquele que, mediante remuneração e sem relação de emprego, produz trabalho de natureza técnica, científica ou cultural, relacionado com a sua especialização, para ser divulgado com o nome e qualificação do autor;II ; funcionário público titular de cargo cujas atribuições legais coincidam com as mencionadas no art. 2º;III ; provisionado. Parágrafo único - O registro de que tratam os itens I e II deste artigo não implica o reconhecimento de quaisquer direitos que decorram da condição de empregado, nem, no caso do item II, os resultantes do exercício privado e autônomo da profissão.

Art. 6º - Para o registro especial de colaborador é necessário apresentação de:I ; prova de nacionalidade brasileira;II ; prova de que não está denunciado ou condenado pela prática de ilícito penal;III ; declaração de empresa jornalística, ou que a ela seja equiparada, informando do seu interesse pelo registro de colaborador do candidato, onde conste a sua especialização, remuneração contratada e pseudônimo, se houver.

Art. 7º - Para o registro especial de funcionário público titular de cargo cujas atribuições legais coincidam com as mencionadas no art. 2º, é necessário a apresentação de ato de nomeação ou contratação para cargo ou emprego com aquelas atribuições, além do cumprimento do que estabelece o art. 4º.

Art. 8º - Para registro especial de provisionado é necessário a apresentação de:I ; prova de nacionalidade brasileira;II ; prova de que não está denunciado ou condenado pela prática de ilícito penal;III ; declaração, fornecida pela empresa jornalística, ou que a ela seja equiparada, da qual conste a função a ser exercida e o salário correspondente;IV ; diploma de curso de nível superior ou certificado de ensino de 2º grau fornecido por estabelecimento de ensino reconhecido na forma da lei, para as funções relacionadas nos itens I a VII do art. 11.V ; declaração, fornecida pela entidade sindical representativa da categoria profissional, com base territorial abrangendo o município no qual o provisionado

irá desempenhar suas funções, de que não há jornalista associado do sindicato, domiciliado naquele município, disponível para contratação;VI ; Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 1º - A declaração de que trata o item V deverá ser fornecida pelo sindicato, ao interessado, no prazo de 3 (três) dias úteis.

§ 2º - Caso exista profissional domiciliado no município disponível para contratação, o sindicato comunicará o fato ao Ministério do Trabalho, no mesmo prazo não superior a 3 (três) dias, a contar do pedido de fornecimento da declaração de que trata o item V.

§ 3º - Caso o Sindicato não forneça a declaração de que trata o item V, no prazo mencionado no §1º, o interessado deverá instruir o seu pedido de registro com protocolo de apresentação do requerimento ao Sindicato.

§ 4º - Na hipótese prevista no parágrafo anterior o Ministério do Trabalho concederá ao sindicato prazo não superior a 3 (três) dias para se manifestar sobre o fornecimento da declaração, caso não tenha ocorrido o fato constante do § 2º.

§ 5º - O registro especial de provisionado terá caráter temporário, com duração máxima de 3 (três) anos, renovável somente com a apresentação de toda documentação prevista neste artigo.

Art. 9º - Será efetuado, no Ministério do Trabalho, registro dos diretores de empresas jornalísticas que, não sendo jornalistas, respondem pelas respectivas publicações, para o que é necessário a apresentação de:I prova de nacionalidade brasileira;II ; prova de que não está denunciado ou condenado pela prática de ilícito penal;III ; prova de registro civil ou comercial da empresa jornalística, com o inteiro teor do seu ato constitutivo;IV ; prova de depósito do título da publicação ou da agência de notícias no órgão competente do Ministério da Indústria e do Comércio;V ; 30 exemplares do jornal; ou 12 exemplares da revista; ou 30 recortes ou cópias de noticiário, com datas diferentes de sua divulgação.

§ 1º - Tratando-se de empresa nova, o Ministério do Trabalho efetuará registro provisório, com validade por 2 (dois) anos, tornando-se definitivo após a comprovação constante do item V deste artigo.

§ 2º - Não será admitida renovação ou prorrogação do prazo de validade do registro provisório previsto no parágrafo anterior.

Art.10 - Será efetuada no Ministério do Trabalho registro especial do diretor de empresa não jornalística sob cuja responsabilidade se editar publicação destinada à circulação externa ou interna, para o que se exigirá a apresentação de:I; prova de

nacionalidade brasileira;II ; prova de que não está denunciado ou condenado pela prática de ilícito penal;III ; prova de depósito do título da publicação no órgão competente do Ministério da Indústria e do Comércio.

Art. 11 - As funções desempenhadas pelos jornalistas, como empregados, serão assim classificadas:I ; Redator: aquele que, além das incumbências de redação comum, tem o encargo de redigir editoriais, crônicas ou comentários;II Noticiarista: aquele que tem o encargo de redigir matérias de caráter informativo, desprovidas de apreciações ou comentários, preparando-as ou redigindo-as para divulgação;III Repórter: aquele que cumpre a determinação de colher notícias ou informações, preparando ou redigindo matéria para divulgação;IV ; Repórter de Setor: aquele que tem o encargo de colher notícias ou informações sobre assuntos predeterminados, preparando-as ou redigindo-as para divulgação;V ; Rádio Repórter: aquele a quem cabe a difusão oral de acontecimento ou entrevista pelo rádio ou pela televisão, no instante ou no local em que ocorram, assim como o comentário ou crônica, pelos mesmos veículos;VI; Arquivista-Pesquisador: aquele que tem a incumbência de organizar e conservar cultural e tecnicamente o arquivo redatorial, procedendo à pesquisa dos respectivos dados para elaboração de notícias;VII ; Revisor: aquele que tem o encargo de rever as provas tipográficas de matéria jornalística;VIII ; Ilustrador: aquele que tem a seu cargo criar ou executar desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico;IX ; Repórter Fotográfico: aquele a quem cabe registrar fotograficamente quaisquer fatos ou assuntos de interesse jornalístico;; Repórter Cinematográfico: aquele a quem cabe registrar cinematograficamente quaisquer fatos ou assuntos de interesse jornalístico;XI ; Diagramador: aquele a quem compete planejar e executar a distribuição gráfica de matérias, fotografias ou ilustrações de caráter jornalístico, para fins de publicação.

Parágrafo único – Os Sindicatos serão ouvidos sobre o exato enquadramento de cada profissional.

Art. 12 - Serão privativas de jornalista as funções pertinentes às atividades descritas no art. 2º, tais como editor, secretário, subsecretário, chefe de reportagem e chefe de revisão.

Art. 13 - Não haverá incompatibilidade entre o exercício da profissão de jornalista e o de qualquer outra função remunerada ainda que pública, respeitadas a proibição de acumular cargos e as demais restrições de lei.

Art. 14 - Será passível de trancamento o registro profissional do jornalista que, sem motivo legal, deixar de exercer a profissão por mais de 2 (dois) anos.

§ 1º - Não incide na cominação deste artigo o afastamento decorrente de:a) suspensão ou interrupção do contrato de trabalho;b) aposentadoria como jornalista;c) viagem ou bolsa de estudo, para aperfeiçoamento profissional;d) desemprego, apurado na forma da Lei n.º 4.923, de 23 de dezembro de 1965.

§ 2º - O trancamento será da competência do órgão regional do Ministério do Trabalho, de ofício ou a requerimento da entidade sindical representativa da categoria profissional, cabendo a esta fazer publicar, em órgão oficial, por três vezes consecutivas e dentro de um interstício de dois anos, a relação dos jornalistas cujos registros pretende trancar.

§ 3º Os órgãos do Ministério do Trabalho prestarão aos sindicatos representativos da categoria profissional, as informações que lhes forem solicitadas, especialmente quanto ao registro de admissões e dispensas nas empresas jornalísticas, realizando as inspeções que se

tornarem necessárias para a verificação do exercício da profissão de jornalista.

§ 4º - O exercício da atividade em empresa não jornalística, mencionada no art. 3º, § 2º, não constituirá prova suficiente de permanência na profissão se a publicação e seu responsável não tiverem registro nos termos deste decreto.

§ 5º - O registro trancado suspende a titularidade e o exercício das prerrogativas profissionais, mas pode ser revalidado mediante apresentação dos documentos mencionados nos itens II e III do art. 4º. **Art. 15** - O salário de jornalista não poderá ser ajustado nos contratos individuais de trabalho, para a jornada normal de 5 (cinco) horas, em base inferior à do salário estipulado, para a respectiva função em acordo ou convenção coletiva de trabalho, ou sentença normativa da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único - Em negociação ou dissídio coletivo poderão os sindicatos de jornalistas reclamar o estabelecimento de critérios de remuneração adicional pela divulgação de trabalho produzido por jornalista em mais de um veículo de comunicação coletiva.

Art. 16 - A admissão de provisionado, para exercer funções relacionadas nos itens I a VII do art. 11, será permitida nos municípios onde não exista curso de jornalismo reconhecido na forma da lei e, comprovadamente, não haja jornalista domiciliado, associado do sindicato representativo da categoria profissional, disponível para contratação.

Parágrafo único - O provisionado nos termos deste artigo poderá exercer suas atividades somente no município para o qual foi registrado.

Art.17 - Os atuais portadores de registro especial de provisionado poderão exercer suas atividades no Estado onde forem contratados.

Art.18 - A fiscalização do cumprimento dos dispositivos deste decreto se fará na forma do art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo aplicável aos infratores multa variável de 1 a 10 vezes o maior valor de referência fixado de acordo com o art. 2º, parágrafo único, da Lei n.º 6.205, de 29 de abril de 1975.

Parágrafo único - Aos sindicatos representativos da categoria profissional incumbe representar às autoridades competentes acerca do exercício irregular da profissão de jornalista.

Art. 19 - Constitui fraude a prestação de serviços profissionais gratuitos, ou com pagamentos simbólicos, sob pretexto de estágio, bolsa de estudo, bolsa de complementação, convênio ou qualquer outra modalidade, em desrespeito à legislação trabalhista e a este regulamento.

Art. 20 - O disposto neste decreto não impede a conclusão dos estágios comprovadamente iniciados antes da vigência da Lei n.º 6.612, de 7 de dezembro de 1978, os quais, entretanto, não conferirão, por si só, o direito ao registro profissional.

Art. 21 - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os Decretos n.ºs 65.912, de 19 de dezembro de 1969 e 68.629, de 18 de maio de 1971.

(Fonte: http://www.jornalistasp.org.br - www.sjsp.org.br, acessado em 22 fev. 2008).

ANEXO D - CAMPANHA EM DEFESA DO DIPLOMA



FENAJ

Federação Nacional dos Jornalistas

- A Federação
  - Diretoria
  - Departamentos
  - Estatuto
  - Carteiras Nacional e Internacional
  - Congressos
  - Comissão Nacional de Ética
  - Comissão Nacional de Direitos Humanos e Liberdade de Imprensa
- Assessorias
  - Econômica
  - Jurídica
- Sindicatos
- Fóruns e Associações
- Agenda
- Publicações
- Biblioteca da FENAJ
- Galeria de Imagens
- Prêmios
- Notícias
- Busca

Jornalismo e Sociedade — 15/07/2008 | 14:30

Cresce a campanha em defesa do diploma

A campanha em defesa do diploma e pela rejeição do Recurso Extraordinário (RE) 511961 no Supremo Tribunal Federal (STF) intensifica-se em todo o país. Vários estados registraram novos avanços nas últimas semanas. A FENAJ abriu **espaço** em seu site para manifestações dos jornalistas e da sociedade. E a Coordenação da campanha orienta as entidades que já aderiram ao movimento a intensificarem a busca de apoios. O julgamento do recurso no STF está previsto para o segundo semestre de 2008.

Em Pernambuco, o Sindicato dos Jornalistas desenvolve diversas atividades. Além de um ato público que está sendo preparado, a entidade já percorreu as redações distribuindo materiais da campanha e vem agendando visitas a entidades e autoridades. Na semana passada, obteve o apoio do Conselho Estadual de Medicina (Cremepe) e da CUT/PE ao movimento. Já solicitou audiência com o governador Eduardo Campos e aguarda também a definição das datas dos encontros com as presidências da Assembléia Legislativa e Câmara de Vereadores do Recife, além das prefeituras de Recife e Olinda.

- Artigos
- Notas oficiais
- Mural
- Entrevistas
- Pisos salariais atuais
- Sites recomendados

Eu apóio a Regulamentação

"Eu apóio!"
Dalva de Melo Gonçalves - Dourados/MS

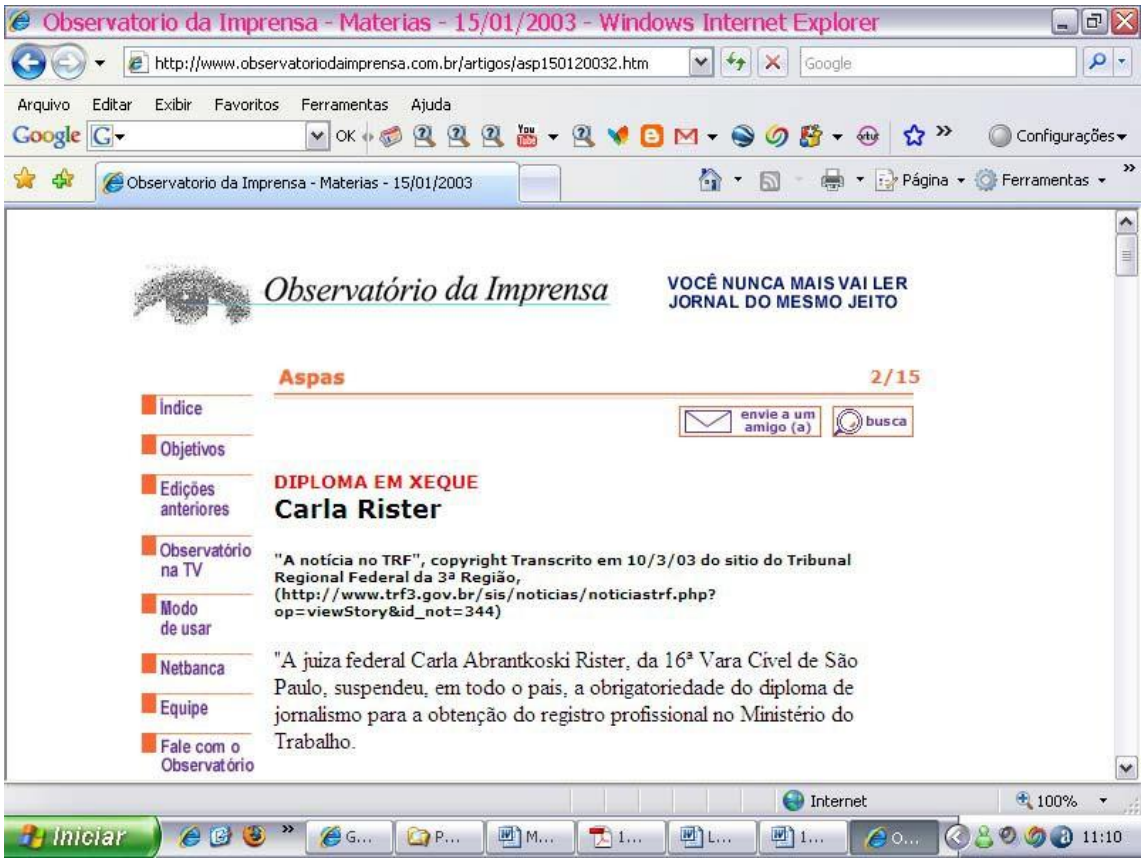
"Digo sim a regulamentação da profissão de jornalistas. Tenho...
Francisco de Assis Clemente Ferreira - João Pessoa

"A OAB/AL já declarou apoio incondicional a regulamentação do...
Omar Coêlho de Mello

"Apoio, divulgo e tenho compromisso em lutar pela campanha de...
Paulo Washington Beltrão

Internet 100%

ANEXO E - DECISÃO JUDICIAL SOBRE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO



DIPLOMA EM XEQUE

Carla Rister

"A notícia no TRF", copyright Transcrito em 10/3/03 do sitio do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, (http://www.trf3.gov.br/sis/noticias/noticiastrf.php?op=viewStory&id_not=344)

"A juíza federal Carla Abrantkoski Rister, da 16ª Vara Cível de São Paulo, suspendeu, em todo o país, a obrigatoriedade do diploma de jornalismo para a obtenção do registro profissional no Ministério do Trabalho.

A sentença publicada nesta sexta-feira (10/01) no Diário Oficial do Estado foi proferida em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal e Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo. Da decisão cabe recurso.

Em sua decisão, Carla Rister afirma que o Decreto-Lei 972/69 não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, no que tange à exigência do diploma de curso superior de jornalismo para o registro do profissional perante o Ministério do Trabalho. Segundo a juíza, a regulamentação trazida pelo decreto-lei não atende aos requisitos necessários para perpetrar restrição legítima ao exercício da profissão.

Para Carla Rister, a profissão de jornalista não pode ser regulamentada sob o aspecto da capacidade técnica, eis que não pressupõe a existência de qualificação profissional específica, indispensável à proteção da coletividade. 'O jornalista deve possuir formação cultural sólida e diversificada, o que não se adquire apenas com a freqüência a uma faculdade (muito embora seja forçoso reconhecer que aquele que o faz poderá vir a enriquecer tal formação cultural), mas sim pelo hábito da leitura e pelo próprio exercício da prática profissional', afirma.

Segundo a juíza, a regulamentação trazida pelo Decreto-Lei 972/69 não visa ao interesse público, que consiste na garantia do direito à informação, a ser exercido sem qualquer restrição, através da livre manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação, conforme previsto no inciso IX do art. 5.º e caput do art. 220 da Constituição Federal.

'O argumento de que haveria requisitos de ordem ética ou moral como condições de capacidade que justificariam a regulamentação da profissão não se sustentam, eis que a comum honestidade não é requisito profissional específico para o exercício da profissão de jornalista, mas sim um pressuposto para o exercício de qualquer profissão, pelo que não pode ser considerado como legitimador da exigência do diploma para o caso em tela, até mesmo porque honestidade e ética não são atributos que se adquirem somente durante um curso universitário de quatro ou cinco anos, mas sim compõem o núcleo de personalidade e de caráter do indivíduo, formado durante toda a sua vida, seja pelo exercício de atividade acadêmica (cuja utilidade e benefício ao indivíduo são mais do que reconhecidos pelo presente juízo), seja pelo exercício profissional propriamente dito, seja pela convivência familiar e até mesmo pelas demais formas de convivência em sociedade', diz a juíza.

Para Carla Rister, o aludido diploma legal de jornalista, a par do fato de ter sido editado sob a forma de decreto-lei e não de lei em sentido formal, elaborado em época

eminentemente diversa, em que inexistia liberdade de expressão, inclusive nos meios de comunicação, colide materialmente com o princípios consagrados pela Constituição de 1988, das liberdades públicas, donde se insere a liberdade de manifestação do pensamento, a liberdade de expressão intelectual, artística e científica.

'Tenho ainda que a estipulação do requisito de exigência de diploma, de cunho elitista, considerada a realidade social do país, vem perpetrar ofensa aos princípios constitucionais, na medida em que impõe obstáculos ao acesso de profissionais talentosos à profissão, mas que, por um revés da vida, que todos nós bem conhecemos, não pôde ter acesso a um curso de nível superior, pelo que estaria restringida à liberdade de manifestação do pensamento e da expressão intelectual', diz.

Carla Rister afirma ainda que, caso a exigência do diploma prevalecesse, 'o economista não poderia ser o responsável pelo editorial da área econômica, o professor de português não poderia ser o revisor ortográfico, o jurista não poderia ser o responsável pela coluna jurídica e, assim por diante, gerando distorções em prejuízo do público, que tem o direito de ser informado pelos melhores especialistas da matéria em questão'.

Para a juíza, a atual regulamentação da matéria revela-se falha, na medida em que condiciona o exercício da profissão tão-somente com base na exigência do diploma de jornalista, sem prever qualquer outra exigência que aferisse o mérito ou a posse dos atributos de qualificação profissional.

A sentença parcialmente procedente determina que:

A ré União Federal, em todo o país, não mais exija o diploma de curso superior em Jornalismo para o registro no Ministério do Trabalho para o exercício da profissão de jornalista, informando aos interessados a desnecessidade de apresentação de tal diploma para tanto, bem assim que não mais execute fiscalização sobre o exercício da profissão de jornalista por profissionais desprovidos de grau universitário de Jornalismo, assim como deixe de exarar os autos de infração correspondentes;

Seja declarada a nulidade de todos os autos de infração pendentes de execução lavrados por Auditores-Fiscais do Trabalho contra indivíduos em razão da prática do jornalismo sem o correspondente diploma;

Sejam remetidos ofícios aos Tribunais de Justiça dos Estados da Federação, de forma a que se aprecie a pertinência de trancamento de eventuais inquéritos policiais ou ações penais em trâmite, tendo por objeto a apuração de prática de delito de exercício ilegal da profissão de jornalista;

Fixar multa de R$ 10 mil, a ser revertida em favor do Fundo Federal de Direitos Difusos, nos termos dos arts. 11 e 13 da Lei 7.347/85, para cada auto de infração lavrado em descumprimento das obrigações impostas nesta decisão."

Fonte: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp150120032.htm, acesso em 15 Mar. 2007.

RISTER, C. Diploma em Xeque**. Observatório da Imprensa**. Campinas, 15 jan. 2003. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp150120032.htm>. Acesso em 15 Mar. 2007.

ANEXO F - NOTÍCIA DA SUSPENSÃO DO DIPLOMA PARA JORNALISTAS

Folha de S. Paulo

"Juíza suspende diploma obrigatório", copyright *Folha de S. Paulo*, 11/01/03

"Sentença da juíza Carla Abrantkoski Rister, da 16º Vara da Justiça Federal em São Paulo, suspendeu em todo o país a obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício legal da profissão.

Publicada ontem no 'Diário Oficial' do Estado de São Paulo, a sentença, de 18 de dezembro de 2002, foi proferida em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo.

Com a decisão, ainda sujeita a recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª região (São Paulo e Mato Grosso do Sul), fica suspensa a obrigatoriedade do diploma de jornalismo para a obtenção do registro profissional no Ministério do Trabalho.

A medida ratifica liminar, concedida em outubro de 2001, que já dispensava a necessidade da apresentação do diploma no país.

Entre os argumentos usados por Rister, está o de que a 'formação cultural sólida e diversificada' necessária ao jornalista pode ser obtida não apenas em faculdades, mas pelo 'hábito da leitura' e pelo 'exercício profissional'.

De acordo com a juíza, criada em um período em que inexistia 'liberdade de expressão', a necessidade de formação superior também 'colide' com os princípios da Constituição de 1988.

Na sentença, Rister afirma ainda que o jornalismo, mesmo sendo exercido por um 'inepto', não prejudicará o 'direito de terceiro'. 'Quem não conseguir escrever um bom artigo ou escrevê-lo de maneira ininteligível não conseguirá leitores, porém isso a ninguém prejudicará.'

Assim sendo, ela conclui que a profissão não pode ser regulamentada sob o aspecto da 'capacidade técnica', já que não pressupõe a existência de 'qualificação profissional específica, indispensável à proteção da coletividade, diferentemente das profissões técnicas, em que o profissional que não tenha cumprido os requisitos do curso superior pode vir a colocar em risco a vida de pessoas, como também ocorre com profissionais da área de saúde'. Na avaliação da juíza, a regulamentação, além de não visar 'ao interesse

público, que consiste na garantia do direito à informação, a ser exercido sem qualquer restrição', possui 'cunho elitista'.

A sentença determina ainda que, a partir de agora, sejam declarados nulos os autos de infração pendentes de execução por prática ilegal da profissão e que seja considerada a 'pertinência' do arquivamento de eventuais inquéritos policiais ou ações penais em trâmite pelo mesmo motivo.

Em nota divulgada ontem, a Federação Nacional dos Jornalistas considerou a decisão 'contrária ao interesse público' e declarou que recorrerá da sentença."

Folha de S. Paulo. "Juíza suspende diploma obrigatório". **Observatório da Imprensa**. Campinas, 15 jan. 2003. Disponível em:

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp150120032.htm>. Acesso em 15 Mar. 2007.

ANEXO G - DOCUMENTAÇÃO PARA EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

Como tirar o registro profissional(Mtb)

11 de dezembro de 2005

PROFISSIONAL DIPLOMADO

De acordo com o Decreto nº 83.284 de 13 de março de 1979, que regulamenta a profissão de jornalista, somente os profissionais com o devido Registro Profissional no Ministério do Trabalho podem exercer a profissão.

Documentos necessários:

diploma em jornalismo (**original e cópia**) e **para recém-formado**: cópia e original do certificado de conclusão de curso, com a data de colação de grau, portaria do MEC (Ministério da Educação) que reconhece o curso e a data da publicação dessa portaria no Diário Oficial.

RG, CPF, PIS e carteira profissional, comprovante de residência (**original e cópia**)

dar entrada do pedido na Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo, na Rua Martins Fontes, nº 109, 2º andar, sala 203, das 9h às 13h ou nas subdelegacias regionais.

Para as funções de repórteres fotográfico e cinematográfico, diagramador e ilustrador, a legislação da profissão não exige o diploma de curso superior em jornalismo. No entanto, essas funções devem ter o registro no Ministério do Trabalho (Mtb) e a emissão de autorização deve ser concedida pelo Sindicato.

A autorização, que havia sido suspensa em 21/02/08 para a atualização de procedimentos, foi retomada no dia 15/07/08.

Confira, a seguir, os modelos de documentos a serem apresentados e, mais abaixo, o Edital da Comissão de Registro e Fiscalização do Exercício Profissional do SJSP que traz as novas regras para autorizar a emissão do registro.

MODELOS DE DECLARAÇÕES PARA SOLICITAÇÕES DE REGISTROS DE IMAGEM

Modelo 1

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE ILÍCITO PENAL

Declaro, de acordo com a Lei nº 6.868, de 30 de dezembro de 1980, sob as penas da lei, que não respondo a nenhum processo que desabone minha conduta pessoal.

(Cidade), xx de xxxxxx de 200_.

Assinatura

Modelo 2

CARTA DE UM(A) JORNALISTA

.....(nome completo), ...(nacionalidade)...., ...(estado civil) ....., residente à rua ....., nº ....., bairro ....., cidade ....., SP, vem, respeitosamente, informar que o Sr (a Srª) .....(solicitante) ..... tem condição de exercer profissionalmente a função de ..... . Conheço seu trabalho desde ..... e .....(comentário)....

Nestes termos,

P. deferimento.

(Cidade), xx de xxxxxx de 200_. Assinatura

Nome completo: .....

Nº do MTb: ..... Estado: .....

Telefone: (.....) ..... Celular: .....

(Anexar cópia da CTPS onde consta o Registro Profissional - MTb).

Modelo 3

São Paulo, xx de xxxxxx de 200_.

DECLARAÇÃO

Eu,.....(nome)....., portador da cédula de identidade nº ....., declaro, para fins de obtenção de registro de jornalista profissional, que todas as informações e documentos que estou apresentando condizem com a verdade, estando ciente que eventualmente poderei responder judicialmente por falsas informações prestadas.

Assinatura

Última Atualizaçao (13 de novembro de 2008)

SJSP. Como tirar o registro profissional(Mtb http://www.jornalistasp.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=400&Itemid= 119

REALIZAÇÃO:

SEVEN
publications company

ACESSE NOSSO CATÁLOGO!

WWW.SEVENPUBLI.COM

CONECTANDO O **PESQUISADOR** E A **CIÊNCIA** EM UM SÓ CLIQUE.